GOVERNO DO MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

Plano

MAIS IDH

Caderno de Projetos

Versão 2/2016

PLANO MAIS IDH

Caderno de Projetos – Versão 2/2016

Flávio Dino de Castro e Costa – Governador

Carlos Orleans Brandão Júnior – Vice Governador

Comitê Gestor do Plano Mais IDH

Flávio Dino de Castro e Costa (Presidente)
Governador do Maranhão

Francisco Gonçalves da Conceição (Coordenador Executivo)
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular - SEDIHPOP

José Arimatéa Lima Neto Evangelista
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES

Márcio Jerry Saraiva Barroso
Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos - SEAP

Carlos Eduardo de Oliveira Lula
Secretaria de Estado da Saúde - SES

Felipe Costa Camarão
Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Adelmo de Andrade Soares
Secretaria de Estado de Agricultura Familiar - SAF

Julião Amim Castro
Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária - SETRES

Flávia Alexandrina Coelho de Almeida Moreira
Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano - SECID

Gerson Pinheiro de Sousa
Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial - SEIR

Davi de Araújo Teles
Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA/SECID

Felipe Macedo de Holanda
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico – IMESC/SEPLAN

Equipe Técnica

<u>Padronização e qualificação de Projetos</u>

GT de Projetos:

Célia Regiane Maciel – *SAPIDH/SEDIHPOP*

Eurípedes Serra – SAF

Margareth Cutrim – ASSESSORIA ESPECIAL DO GOVERNADOR

Talita Nascimento – IMESC

Wilnete Carvalho – SEDES

<u>Editoração</u>

– SAPIDH/SEDIHPOP

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 6

O PLANO MAIS IDH 8

CONTEXTUALIZAÇÃO 9

OBJETIVO 10

DIRETRIZES 10

METODOLOGIA 10

OS MUNICÍPIOS-FOCO 12

INSTITUCIONALIDADE 13

PROGRAMAS E PROJETOS DA 1ª ETAPA 15

EDUCAÇÃO 17

PROGRAMA ESCOLA DIGNA 19

MOBILIZAÇÃO PELA ALFABETIZAÇÃO 1 (PBA) 36

MOBILIZAÇÃO PELA ALFABETIZAÇÃO 2 (SIM, EU POSSO) 46

LEITURA NO CAMPO 64

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA 71

FORÇA ESTADUAL DE SAÚDE 73

MINHA CASA, MEU MARANHÃO 92

ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA COM REDE PLENA DE DISTRIBUIÇÃO 102

SANEAMENTO BÁSICO RURAL 114

COZINHAS COMUNITÁRIAS 122

TRABALHO E RENDA 135

ATER PARA OS MUNICÍPIOS DO MAIS IDH 137

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS 149

FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR 159

BOLSA ESCOLA (MAIS BOLSA-FAMÍLIA) 166

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL 174

MARANHÃO DESENVOLVIDO MAIS JUSTO E SOLIDÁRIO 188

GESTÃO, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR 201

O PLANO MAIS IDH EM NÚMEROS E MAPAS 203

BUSCA ATIVA 214
MUTIRÃO MAIS IDH 324
COMITÊS MUNICIPAIS MAIS IDH 338

APRESENTAÇÃO

O Governo do Maranhão apresenta, nesta segunda versão do Caderno de Projetos, o conjunto de programas e projetos que compõe a primeira etapa do Plano Mais IDH. Nesta versão, os projetos passaram por uma revisão, pois todos sofreram alguma mudança, seja de coordenação, recursos, alteração de metas, ou fusão de projetos, este último no caso específico da SAF com a junção dos projetos SISTECS, ATER e Formação e capacitação para a agricultura familiar que agora passa a ser denominado Ater para os municípios do Mais IDH. Além da revisão houve a retirada de dois projetos, um da SEDES (Gestão da Política de Assistência Social) entendendo que ele se constitui a própria dinâmica de operacionalização da Política; e outro da SAF (Crédito fundiário) que teve a sua execução em 2015.

O Mais IDH é um Plano de Governo para redução da extrema pobreza, com promoção de justiça social e cidadania para as populações mais vulneráveis. É, antes de tudo, símbolo do compromisso de transformar, para melhor, a realidade do Maranhão e a vida dos maranhenses, fazendo um recorte inicial de trinta municípios-foco (de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM do Estado) para reflexão e ação do Estado.

Traz, dessa forma, o problema da desigualdade social para a agenda político-administrativa, tratando a pobreza, não como tragédia individual, mas como questão de Estado e responsabilidade de todos.

O Maranhão, apesar de belo e cheio de potenciais, possui indicadores sociais desafiadores, determinados historicamente por um modelo de crescimento assentado em concentração de terra e renda, oportunidades para poucos e ausência do Estado na vida dos que mais precisam.

Enfrentar esse cenário exige repensar esse modelo. Mais que isso, exige desenhar um modelo de desenvolvimento capaz de romper com a dicotomia entre econômico e social e, principalmente, com o ciclo perverso da pobreza. E isso se faz com decisão política, intervenção forte do Estado e ampla mobilização social.

É certo que nenhuma ação isolada pode enfrentar a complexidade da realidade social que se tem no Maranhão. Assim, o grande desafio é desenvolver políticas que

irradiem para o entorno dos municípios, articulando iniciativas emergenciais e iniciativas estruturais e criando sinergia nas várias áreas de Governo. Tudo isso com efetiva participação social, de forma que os usuários das políticas públicas e toda sociedade civil possam discutir, propor e fiscalizar.

É importante frisar que o Plano Mais IDH está em construção e possui metodologia diferenciada de planejamento. Tem um ponto de partida, com ações definidas e iniciadas em caráter emergencial enquanto decisão de governo, cujos projetos apresentamos nesta publicação. E, paralelamente, provoca e estimula o debate sobre matriz de desenvolvimento, territorialidade e planejamento participativo, que definirá sua expansão.

Dessa forma, apresentamos a versão 2 do Plano Mais IDH, composta por programas e projetos que efetivamente se iniciaram em 2015 e, nesta segunda versão, acrescentados os projetos da Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária - SETRES.

Flávio Dino

Governador do Maranhão

O PLANO MAIS IDH

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Maranhão enfrenta uma grave contradição. O Produto Interno Bruto do Estado (soma de todas as riquezas produzidas) saltou de R$ 52,1 bilhões em 2011 para R$ 58,8 bilhões em 2012, garantindo que o Maranhão ocupasse o 4º lugar na economia do Nordeste e o 16º na economia do País. No entanto, ocupa o 26º lugar em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o segundo pior do País.

Cresceu economicamente nos últimos anos, mas a maioria de sua população ainda vive em condição de vulnerabilidade social.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 divulgado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e o PNUD (Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento no Brasil), o IDH do Maranhão é 0,639, praticamente empatado com Alagoas (0,631), que ocupa a última posição no índice geral. No indicador de renda, o Maranhão fica em último lugar, com índice de 0,612.

Vinte e três cidades do Maranhão estão entre as 100 cidades do Brasil com pior IDH, mas dentre as 200 cidades brasileiras com melhor IDH, nenhuma é maranhense. Dos nossos 217 municípios, cerca de 140 possuem IDH baixo. Assim, enquanto o índice de extrema pobreza caiu para 6% no País, no Maranhão essa condição ainda atinge mais de 20% da população, ou seja, um em cada cinco maranhenses sobrevive com menos de R$ 70 por mês. E, pior, cerca de 60% dos domicílios maranhenses encontram-se em algum nível de insegurança alimentar.

Direitos básicos foram negados durante décadas a parcela significativa da população. Muitos sequer sobrevivem ao primeiro ano de vida, porque a mortalidade infantil atinge 28 de cada mil nascidos no Estado, enquanto a média nacional é de 16 óbitos. Muitos outros são condenados a mortes simbólicas como o analfabetismo. Cerca de 20% dos maranhenses com 15 anos ou mais não sabem ler e escrever, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2012, o que representa quase um milhão de pessoas. No campo, esse índice cresce para 40,3%, a mais alta taxa do país.

Apenas 65,8% dos domicílios possuem rede de abastecimento d´água nas sedes dos municípios. Se considerarmos a zona rural, esse índice cai drasticamente. No caso específico dos municípios beneficiados pelo Mais IDH, quase a metade não tem nem 50% dos domicílios atendidos por rede de distribuição nas sedes.

Esse cenário persiste (e nos desafia) após uma década de política de transferência de renda, de aumento regular do salário mínimo e de outras políticas federais voltadas para o combate a pobreza e a promoção do desenvolvimento rural, que elevaram o IDH do Brasil de um patamar "muito baixo" (0,493 em 1991) para um patamar "alto" (0,727).

O Plano Mais IDH, então, é uma estratégia do Governo do Maranhão para enfrentamento dessa realidade, instituído pelo Decreto N° 30612, de 02 de janeiro de 2015, composto por diferentes programas e projetos.

OBJETIVO

Promover a redução da extrema pobreza e das desigualdades sociais no meio urbano e rural, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

DIRETRIZES

- Integração das políticas públicas com base no planejamento territorial;
- Ampliação dos mecanismos de participação popular na gestão de políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos municípios;
- Ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania;
- Inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais, calcado em um desenvolvimento que atenda às especificidades de cada um deles;
- Valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.

METODOLOGIA

As ações do Plano são definidas pelo Comitê Gestor do Mais IDH, sendo planejadas e executadas pelas diversas áreas do Governo Estadual, de forma descentralizada e articulada, tendo como foco inicial os 30 municípios maranhenses com menores

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Essas ações são marcadas pela emergência do enfrentamento aos baixos indicadores sociais, limitadas, inicialmente, às possibilidades do orçamento já previamente definido e às diretrizes do Planejamento Plurianual – PPA 2012-2015.

Paralelo a isso, foi-se desenvolvendo no ano de 2015 um movimento de reflexão, pesquisa e debate, que previu diagnóstico avançado dos municípios, mobilização e diálogos sobre desenvolvimento com diferentes setores da sociedade civil e processo de PPA (Planejamento Plurianual) e orçamento participativo, com objetivo de expandir o Plano Mais IDH.

Todas as ações e projetos do Mais IDH devem pautar-se em dois aspectos primordiais: a articulação de políticas públicas, o que exige uma sinergia entre as diferentes áreas de Governo, e foco na elevação dos indicadores sociais que impactam direta ou indiretamente o Índice de Desenvolvimento Humano.

Sobre critério de seleção dos municípios

A escolha da metodologia do IDHM (PNUD/IPEA/FJP) como critério de seleção dos municípios se deu após estudos do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico – IMESC, que apontou uma composição de indicadores de mais fácil monitoramento para efeito de políticas públicas e principalmente demonstrou que os 30 municípios com maior vulnerabilidade social (indicadores mais baixos) estão distribuídos de maneira mais ampla pelas regiões do Maranhão no ranking do IDHM, o que facilita uma estratégia de Governo baseada no diálogo entre combate a pobreza e matriz de desenvolvimento territorial.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM é calculado, decenalmente, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP), para estados e municípios, através dos dados do Censo, com metodologia adaptada do IDH Global. O índice é formado por três dimensões: Renda (indicador: Renda mensal per capita), Longevidade (Indicador: Esperança de vida ao nascer) e Educação (Indicadores: percentual de crianças de 05/06 anos na escola; percentual de crianças de 11 a 13 anos nos anos finais do Ensino Fundamental; percentual de adoles-

centes de 15 a 17 anos com fundamental completo; percentual de pessoas entre 18 e 20 anos com ensino médio completo).

OS MUNICÍPIOS-FOCO DA PRIMEIRA ETAPA

Ranking	Município	UF	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
1	Fernando Falcão	MA	0,443	0,417	0,728	0,286
2	Marajá do Sena	MA	0,452	0,400	0,774	0,299
3	Jenipapo dos Vieiras	MA	0,490	0,445	0,766	0,346
4	Satubinha	MA	0,493	0,450	0,720	0,369
5	Água Doce do Maranhão	MA	0,500	0,494	0,697	0,363
6	Lagoa Grande do Maranhão	MA	0,502	0,480	0,731	0,360
7	São João do Carú	MA	0,509	0,487	0,684	0,397
8	Santana do Maranhão	MA	0,510	0,445	0,758	0,394
9	Arame	MA	0,512	0,525	0,701	0,365
9	Belágua	MA	0,512	0,417	0,707	0,455
9	Conceição do Lago-Açu	MA	0,512	0,492	0,738	0,370
9	Primeira Cruz	MA	0,512	0,448	0,722	0,414
13	Aldeias Altas	MA	0,513	0,500	0,720	0,374
14	Pedro do Rosário	MA	0,516	0,475	0,696	0,415
14	São Raimundo do Doca Bezerra	MA	0,516	0,478	0,700	0,410
14	São Roberto	MA	0,516	0,475	0,738	0,391
17	São João do Soter	MA	0,517	0,486	0,711	0,401
18	Centro Novo do Maranhão	MA	0,518	0,508	0,717	0,382
18	Itaipava do Grajaú	MA	0,518	0,456	0,726	0,419
18	Santo Amaro do Maranhão	MA	0,518	0,454	0,738	0,416
21	Brejo de Areia	MA	0,519	0,507	0,677	0,408
21	Serrano do Maranhão	MA	0,519	0,440	0,735	0,433
23	Amapá do Maranhão	MA	0,520	0,503	0,688	0,406
24	Araioses	MA	0,521	0,497	0,709	0,402
24	Governador Newton Bello	MA	0,521	0,509	0,718	0,387
26	Cajari	MA	0,523	0,456	0,747	0,421
27	Santa Filomena do Maranhão	MA	0,525	0,461	0,722	0,435
28	Milagres do Maranhão	MA	0,527	0,465	0,764	0,413
29	São Francisco do Maranhão	MA	0,528	0,503	0,733	0,400
30	Afonso Cunha	MA	0,529	0,471	0,725	0,434
	Maranhão		0,639	0,612	0,757	0,562

INSTITUCIONALIDADE

É uma política de desenvolvimento humano do Estado, portanto, permanente, com uma configuração institucional que permite integração, cooperação e participação social, em três dimensões:

Comitê Gestor

Tem a tarefa de discutir, propor, deliberar, validar e monitorar projetos, programas e estratégias no âmbito do Plano Mais IDH. É presidido pelo Governador do Estado e integrado pelo titular dos seguintes órgãos:

Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP (Coordenação Executiva)

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES

Secretaria de Estado de Assuntos Políticos e Federativos - SEAP

Secretaria de Estado da Saúde - SES

Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Secretaria de Estado de Agricultura Familiar - SAF

Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária - SETRES

Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano - SECID

Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial - SEIR

Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA/SECID

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico – IMESC/SEPLAN

Comitê Executivo

Presidido pela Coordenação Executiva do Comitê Gestor, é formado por todos os técnicos do Governo do Estado que coordenam ações, projetos e programas do Plano Mais IDH, com objetivo de garantir articulação das ações e espaço de reflexão e debate entre as equipes envolvidas.

Comitês Municipais

São instâncias de participação e controle social, criadas nos 30 municípios do Plano Mais IDH, com a finalidade de acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações do Estado e propor políticas públicas correlatas de elevação do IDH. São abertos a ampla participação, com representação do poder público municipal (legislativo e executivo) e da sociedade civil. Funcionam como um fórum e possuem uma coordenação executiva local paritária, formada por membros indicados pelo poder público e membros da sociedade civil, eleitos democraticamente pela plenária.

Parcerias

As ações podem contar, em alguns casos, com parcerias do Governo Federal, dos governos municipais, empresas, instituições e organizações não governamentais, observadas a intersetorialidade, a transdisciplinariedade, a integralidade e a participação popular.

PROGRAMAS E PROJETOS DA 1ª ETAPA

Nesta segunda versão da primeira etapa do Plano Mais IDH foram consolidados 19 projetos. Os quadros abaixo apresentam um panorama geral destes programas e projetos (Quadro 1 – Por Secretaria Responsável ; Quadro 2 – Por Área da Política).

QUADRO 1 – PROGRAMAS E PROJETOS POR SECRETARIA

SECRETARIA	ÁREA DA POLÍTICA	Nº/NOME DO PROJETO
SES	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	1. FORÇA ESTADUAL DE SAÚDE
SEDUC	EDUCAÇÃO	2. PROGRAMA ESCOLA DIGNA
	EDUCAÇÃO	3. MOBILIZAÇÃO PELA ALFABETIZAÇÃO (PBA)
	EDUCAÇÃO	4. JORNADA DE MOBILIZAÇÃO PELA ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO – "SIM, EU POSSO!"
SEDES	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA (SAN)	5. COZINHAS COMUNITÁRIAS
	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA (SANEAMENTO)	6. SANEAMENTO BÁSICO RURAL
	GESTÃO (ASSISTÊNCIA SOCIAL)	7. BUSCA ATIVA
	TRABALHO E RENDA (TRANSFERÊNCIA DE RENDA)	8. BOLSA –ESCOLA (MAIS BOLSA-FAMÍLIA)
SECID	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA (HABITAÇÃO)	9. MINHA CASA, MEU MARANHÃO
SAF	TRABALHO E RENDA (GERAÇÃO DE RENDA)	10. ATER PARA OS MUNICÍPIOS DO MAIS IDH
		11. FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR
		12. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS
	EDUCAÇÃO	13. LEITURA NO CAMPO.
SETRES	TRABALHO E RENDA (QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL)	14. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
	TRABALHO E RENDA (GERAÇÃO DE RENDA)	15. MARANHÃO DESENVOLVIDO MAIS JUSTO E SOLIDÁRIO
SEDIHPOP	CIDADANIA	16. MUTIRÃO MAIS IDH
	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	17. COMITÊS MUNICIPAIS MAIS IDH
CAEMA	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	18. ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA COM

	(SANEAMENTO)	REDE PLENA DE DISTRIBUIÇÃO
IMESC	PESQUISA/PLANEJAMENTO	19. O PLANO MAIS IDH EM NÚMEROS E MAPAS

QUADRO 2 – PROGRAMAS E PROJETOS POR ÁREA DA POLÍTICA

ÁREA DA POLÍTICA (PELO FOCO PRINCIPAL)	Nº/NOME DO PROJETO	SECRETARIA/ÓRGÃO RESPONSÁVEL
EDUCAÇÃO	01.PROGRAMA ESCOLA DIGNA	SEDUC
	02.MOBILIZAÇÃO PELA ALFABETIZAÇÃO (PBA)	
	03. JORNADA DE MOBILIZAÇÃO PELA ALFABETIZAÇÃO DO MARANHÃO (SIM, EU POSSO)	
	04. LEITURA NO CAMPO	SAF
SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	01.FORÇA ESTADUAL DE SAÚDE	SES
	02.MINHA CASA, MEU MARANHÃO	SECID
	03.ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA COM REDE PLENA DE DISTRIBUIÇÃO	CAEMA
	04.SANEAMENTO BÁSICO RURAL	SEDES
	05.COZINHAS COMUNITÁRIAS	SEDES
TRABALHO E RENDA	01 ATER PARA OS MUNICÍPIOS DO MAIS IDH	SAF/ITERMA
	02.REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	SAF/ITERMA
	03.FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR	SAF
	04. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	SETRES
	05. MARANHÃO DESENVOLVIDO MAIS JUSTO E SOLIDÁRIO	SETRES
	06.BOLSA-ESCOLA (MAIS BOLSA FAMÍLIA)	SEDES
PLANEJAMENTO, GESTÃO, CAPACITAÇÃO, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	01. O PLANO MAIS IDH EM NÚMEROS E MAPAS	IMESC
	02. BUSCA ATIVA	SEDES
	03. MUTIRÃO MAIS IDH	SEDIHPOP
	04. COMITÊS MUNICIPAIS MAIS IDH	SEDIHPOP

Educação

Secretaria de Estado da Educação

Secretaria Adjunta de Ensino

São Luís

2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 Título do Projeto: PROGRAMA ESCOLA DIGNA

1.2 Órgão Executor: Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/SASSE/SAE.

1.3 Localização Geográfica: O Projeto será desenvolvido nos 25 municípios integrantes do Plano MAIS IDH: Fernando Falcão, Marajá do Sena, Jenipapo dos Vieiras, Satubinha, Água Doce do Maranhão, São João do Caru, Conceição do Lago Açu, Arame, Belágua, Primeira Cruz, Aldeias Altas, Pedro do Rosário, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, São João do Sóter, Itaipava do Grajaú, Santo Amaro, Centro Novo, Brejo de Areia, Serrano do Maranhão, Araioses, Gov. Newton Belo, Cajari, Santa Filomena e Afonso Cunha.

1.4 Período de execução:

Início: Fevereiro/2015.

Término: Dezembro/2018.

1.5 Coordenação do Projeto:

Titular: Gaudino Marcos Cantanhede Gusmão

Cargo: Coordenador do Programa Escola Digna

Contato**:** cantagusmar@gmail.com (98) 98112 4237

Suplente: Claudia Simone Carneiro Lopes

Cargo: Coordenadora de Escola Digna - Assessoria técnico-pedagógica

Contato: (98) 98308 1009 - 99965-6209

Email: claudiasimonec@gmail.com

2. JUSTIFICATIVA

A existência de instalações escolares precárias é uma realidade na educação maranhense. Nelas, estudantes e professores, em situações de vulnerabilidade, tentam realizar o processo de ensino e de aprendizagem.

Contudo, estas instalações não dispõem de salas de aula adequadas ao exercício do ensino e da aprendizagem, não possuem espaços de convivência e socialização e não possuem espaços de leitura, ou seja, não oferecem as condições mínimas necessárias para o desenvolvimento do processo educativo.

Diante dessa realidade, o Programa Escola Digna foi criado com a finalidade de promover a substituição dos referidos espaços, considerados inadequados e que não atendem à real necessidade das práticas pedagógicas escolares. Para isso, prevê a construção de escolas de alvenaria, com salas de aula, espaços de convivência, espaços de leitura e refeitório, garantindo a estudantes e professores o direito à educação de qualidade e com dignidade.

No entanto, a partir da compreensão de que o espaço físico escolar por si só não resulta em melhoria do processo de aprendizagem, o projeto também prevê assessorias técnico-pedagógicas aos municípios atendidos, tendo em vista qualificar as práticas pedagógicas nele desenvolvidas. O conteúdo orientador dessas assessorias deverá levar em conta a realidade social de extrema pobreza dos municípios onde será executado este projeto, que garante a continuidade das ações educativas nos municípios e deverá estar associado a um conjunto amplo de políticas públicas de combate à pobreza.

Quando tratamos da oferta de Educação Básica, os dados apontam para grandes desafios, principalmente no que se refere ao atendimento educacional com qualidade às crianças, jovens e adultos. Por condicionantes diversas, as regiões Norte e Nordeste concentram os piores indicadores educacionais do país, condição ainda mais acentuada no caso do Maranhão, que possui déficits educacionais que precisam ser superados.

Dentre os indicadores relevantes para a qualidade educacional brasileira destaca-se o *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica* – Ideb. Os quadros abaixo comparam os dados em níveis nacional, regional (Nordeste) e estadual (Maranhão).

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

IDEB TOTAL	**IDEB OBSERVADO**					**METAS PROJETADAS**				
	2005	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2021**
BRASL	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	3,9	4,2	4,6	4,9	6,0

NE	2,9	3,5	3,8	4,2	4,2	3,0	3,3	3,7	4,0	5,2
MA	2,9	3,7	4,1	4,1	4,1	2,9	3,3	3,7	4,0	5,2

FONTE: INEP/MEC

ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

IDEB TOTAL	IDEB OBSERVADO					METAS PROJETADAS				
	2005	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2021**
BRASL	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	3,5	3,7	3,9	4,4	5,5
NE	2,9	3,1	3,4	3,5	3,6	2,9	3,0	3,3	3,7	4,9
MA	3,0	3,3	3,6	3,6	3,6	3,0	3,2	3,5	3,9	5,0

FONTE: INEP/MEC

ENSINO MÉDIO

IDEB TOTAL	IDEB OBSERVADO					METAS PROJETADAS				
	2005	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2021**
BRASL	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,4	3,5	3,7	3,9	5,2
NE	3,0	3,1	3,3	3,3	3,5	3,0	3,1	3,3	3,6	4,9
MA	2,7	3,0	3,2	3,1	3,0	2,8	2,9	3,0	3,3	4,6

FONTE: INEP/MEC

LEGENDA: **Metas alcançadas** **Metas não alcançadas**

Com relação às metas, os anos finais do Ensino Fundamental precisam melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, pois deveríamos alcançar a meta de 3,9 e obtivemos no Estado a média de 3,6. O Ensino Médio também não alcançou a média mínima de 3,3, estipulada pelo Ministério da Educação.

A tabela a seguir demonstra um comparativo da qualidade educacional oferecida pela rede estadual de ensino, com um alcance de apenas 2,8 em 2013, não atingindo a média estipulada pelo MEC, de 3,0.

IDEB DO ESTADO DO MARANHÃO POR REDE – ENSINO MÉDIO

Rede	IDEB – ENSINO MÉDIO									
	Ideb observado					Projeções				
	2005	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2021**
BRASIL	3.4	3.5	3.6	3.7	3,7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2
NORDESTE	3,0	3,1	3,3	3,3		3,0	3,1	3,3	3,6	4,9
MARANHÃO TOTAL	2,7	**3,0**	**3,2**	**3,1**	3,0	2,8	2,9	3,0	3,3	4,6
MARANHÃO REDE PRIVADA	4,6	**4,7**	**4,8**	**4,8**	**4,8**	4,7	4,8	4,9	5,2	6,3
MARANHÃO REDE ESTADUAL	2,4	**2,8**	**3,0**	**3,0**	**2,8**	2,5	2,6	2,7	3,0	4,2

Fonte: INEP/MEC

LEGENDA: **Metas alcançadas** **Metas não alcançadas**

Assim, destacamos a necessidade de uma intervenção significativa no Ensino Médio Estadual ou os estudantes ficarão à margem da preparação dos jovens num contexto amplo.

Além do IDEB outro indicador de qualidade da Educação Básica são as taxas de rendimento cuja análise perpassa por uma correlação com os dados regionais e nacionais, como bem demonstra a tabela a seguir:

TAXAS (2013) DE APROVAÇÃO, ABANDONO, EVASÃO, PROMOÇÃO, REPETÊNCIA E REPROVAÇÃO NO MARANHÃO

APROVAÇÃO	**Ensino Fundamental - anos iniciais**	**Ens. Fundamental - anos finais**	**Ensino Médio**
Maranhão	90,40%	83,40%	76,50%
Região Nordeste	88,00%	78,50%	77,70%
Brasil	91,70%	84,10%	78,70%
ABANDONO	**Ensino Fundamental - anos iniciais**	**Ens. Fundamental - anos finais**	**Ensino Médio**
Maranhão	2,40%	5,30%	12,00%
Região Nordeste	2,60%	6,80%	12,50%
Brasil	1,40%	4,10%	9,10%
REPROVAÇÃO	**Ensino Fundamental - anos iniciais**	**Ens. Fundamental - anos finais**	**Ensino Médio**
Maranhão	7,20%	11,30%	11,50%
Região Nordeste	9,40%	14,70%	9,80%
Brasil	6,90%	11,80%	12,20%

Fonte: INEP/MEC 2012

Observa-se que a aprovação no Maranhão, nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, está acima da média da região Nordeste e abaixo da nacional. Os anos finais apresentam taxas de aprovação menores que no início do ensino fundamental. Já no ensino médio a aprovação é menor que a média do Nordeste e do Brasil, em torno de 76% o que representa quase 25% de improdutividade escolar com altos índices de reprovação e repetência. Na medida em que a Educação Básica evolui, os problemas com a produtividade dos sistemas educacionais e com a qualidade da aprendiza-

gem aprofundam-se proporcionalmente. Não só a reprovação e o abandono aumentam, como a distorção idade/série vai ampliando de forma cumulativa.

MARANHÃO - TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE – 2013

Ensino Fundamental – Anos Iniciais	Ens. Fundamental – Anos Finais	Ensino Médio
20,50%	36,40%	42,80%

Fonte: INEP/MEC 2013

A partir do diagnóstico apresentado, a Secretaria de Estado da Educação- SEDUC propõe, no Programa Escola Digna, a instituição *do Pacto Pela Qualidade da Escola Pública no Estado do Maranhão*. O referido Pacto, por meio do Regime de Colaboração com os municípios, busca oferecer subsídios para elaboração e implementação de orientações curriculares a partir das Diretrizes Nacionais e Estaduais, bem como efetivar o plano de continuidade do processo de municipalização do Ensino Fundamental e dar apoio às secretarias municipais quanto às escolas que se encontram com baixos indicadores educacionais.

Dito de outro modo, o regime de colaboração com os municípios visa estabelecer o desenvolvimento de ações técnico-pedagógicas, de fundamental importância para a qualificação do processo de ensino e aprendizagem e para o fortalecimento da escola enquanto instituição responsável por tal processo.

Para dar impulso a um conjunto de ações de desenvolvimento socioeconômico, incluindo-se o Programa Escola Digna, o Plano de Ações Mais IDH foi instituído por meio do decreto nº 30.612 de 02 de janeiro de 2015 e tem como finalidade promover ações para superar a pobreza extrema e desigualdades sociais no meio urbano e rural, por meio de estratégias que têm como princípios: a integração de políticas públicas, a ampliação de mecanismos de participação popular, a ampliação da oferta de programas básicos de cidadania, a inclusão e integração produtiva das populações pobres e a valorização da diversidade social, cultural, econômica e política da população maranhense.

O referido Plano trabalhará com os 30 municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano do Município - IDHM do Estado do Maranhão. Este índice é definido segundo três dimensões: longevidade, educação e renda, cada uma delas com

indicadores que deverão ser impactados em nome do combate à pobreza extrema. Este projeto impacta os indicadores da dimensão Educação, relativos à escolaridade, segundo os parâmetros (subíndices) abaixo enunciados.

O acesso ao conhecimento é medido pela composição de dois subíndices. O primeiro é a **escolaridade da população adulta,** medida pelo percentual de 18 anos ou mais de idade com fundamental completo. Esse dado tem peso 1 para o a definição do índice. O segundo refere-se ao **fluxo escolar da população jovem,** que é medido pelos seguintes subíndices: média aritmética do percentual de crianças entre 5 e 6 anos, frequentando a escola; percentual de jovens entre 11 e 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental (6º e 9º ano); percentual de jovens entre 15 e 17 anos com Ensino Médio Completo. Estes valores de medição têm peso 2 para o índice.

Assim, a reorganização da estrutura física das escolas e os investimentos na melhoria do ensino e da aprendizagem possibilitarão reorganizar os sistemas municipais para ampliação das matrículas, qualificação dos espaços escolares e das práticas pedagógicas e consequentemente, incidirão no aumento do nível de escolaridade da população dos municípios foco do Plano Mais IDH.

Para tanto, este projeto atuará inicialmente na construção de escolas de alvenaria para substituir escolas de taipa, palhoça, barracos existentes nos municípios maranhenses. No que diz respeito, aos 30 municípios, foco do Plano Mais IDH, foram identificadas 237 escolas com estruturas consideradas inadequadas para atendimento dos estudantes, sendo estas o ponto de partida para o referido projeto, que visa contribuir com a formação de um sujeito crítico e transformador.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Garantir infraestrutura física de qualidade nas escolas e assessorar os municípios no processo de ensino e aprendizagem na perspectiva de melhorar os indicadores de escolaridade.

3.2 Objetivos Específicos

- Prover os municípios de infraestrutura escolar em substituição aos espaços inadequados existentes;
- Reorganizar a rede de ensino melhorando o gerenciamento da comunidade escolar;
- Promover assessoramento técnico-pedagógico às secretarias municipais de educação para aprimoramento, melhoria e qualificação do processo educativo.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Crianças, jovens, adultos, idosos e profissionais da educação das redes municipal e estadual de ensino. Gestores públicos municipais de educação.

5. METODOLOGIA

O Programa Escola Digna consiste em uma ação coordenada pela Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, por meio de gestão compartilhada, participativa, que visa promover a articulação de ações entre o Governo Estadual e os governos municipais. De maneira mais específica, é um programa desenvolvido de modo intersetorial, envolvendo, na estrutura institucional da SEDUC, os seguintes setores: a Secretaria Adjunta de Suporte ao Desenvolvimento Educacional, a Subsecretaria de Educação e a Secretaria Adjunta de Ensino.

Por entendermos que assumir o Programa Escola Digna como uma política pública de governo significa garantir direitos à população do Estado, as ações desenvolvidas no referido Programa envolvem dimensões variadas e abrangentes para a formação dos indivíduos, qualificando os espaços escolares, orientando as atividades pedagógicas e curriculares, desenvolvendo um processo de colaboração entre todos os envolvidos. Mediadas pelo Regime de Colaboração com os municípios, as ações a serem desenvolvidas por este programa representam a articulação e a coordenação de objetivos e estratégias entre o Governo do Maranhão e os municípios na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade das escolas maranhenses.

No que se refere às ações de construção das escolas de alvenaria, a ação será efetuada pelo Governo do Estado do Maranhão e entregue aos municípios, que terão a responsabilidade de manter toda a estrutura física, de pessoal e mobiliária necessária ao andamento das ações pedagógicas.

Para isso, com base no Censo escolar 2013, foram realizados levantamentos do quantitativo de escolas de taipa, de palha, de palhoças e barracos que funcionavam precariamente nos municípios contemplados no Plano Mais IDH.

Após a identificação dessas instalações, ocorre o processo de adesão dos municípios por meio de credenciamento realizado em sistema próprio da SEDUC, com a entrega da documentação exigida no cadastro dos municípios. Posteriormente, a equipe técnica de engenharia da SEDUC procede ao mapeamento das escolas identificadas - tanto pelo Censo como pelo credenciamento dos municípios.

Para a execução das obras, o Programa utilizará mão de obra local, a fim de contribuir com o desenvolvimento social e econômico dos municípios atendidos.

Na mesma direção, as ações de assessoria técnico-pedagógicas serão oferecidas pela SEDUC às Secretarias Municipais de Educação e estas serão responsáveis por multiplicar as ações juntos às escolas construídas. Elaboradas de forma articulada entre os setores da Secretaria Adjunta de Suporte ao Desenvolvimento Educacional, a Subsecretaria de Educação e a Secretaria Adjunta de Ensino, as ações pedagógicas são orientadas pelos princípios da inclusão social, do respeito à diversidade, da formação integral dos estudantes, da democracia e participação na gestão educacional e, acima de tudo, de um ensino comprometido com as práticas socioculturais e com a aprendizagem significativa.

Ressalte-se que não haverá um processo de seleção exclusivo para o público que será beneficiado com as referidas ações, pois os mesmos são as crianças, os jovens, os adultos e os idosos participantes das comunidades escolares, incluindo todos os profissionais da educação das escolas que serão construídas nos municípios atendidos pelo Programa.

A operacionalização das ações do projeto se dará segundo o quadro a seguir:

OPERACIONALIZAÇÃO				
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**RESPONSÁVEL**	**PRAZO**	
			INÍCIO	**TÉRMINO**
Prover os municípios de infraestrutura escolar em substituição aos espaços inadequados existentes	Credenciamento e adesão dos municípios ao Programa Escola Digna	Coordenação do Programa Escola Digna	Fev/15	Mar/15
Estruturar a rede de ensino, melhorando o gerenciamento da comunidade escolar				
	Entrega da documentação necessária por parte das Prefeituras à SEDUC	SASSE	Fev/15	Mar/15
	Elaboração do projeto executivo	Equipe de Engenharia da SEDUC	Fev/15	Fev/15
	Visitas técnicas da SEDUC aos municípios para realizar mapeamento das escolas cadastradas e verificar possibilidades de nucleação das escolas	Equipe de Engenharia da SEDUC	Abr/15	Abr/15
	Licitação para execução das obras	SASSE	Jul/15	Set/16
	Construção das escolas	SASSE	Out/15	Dez/17

Promover assessoramento técnico-pedagógico às secretarias municipais de educação para aprimoramento, melhoria e qualificação do processo educativo.	Levantamento das ações pedagógicas para assessoria aos municípios após a adesão ao Programa	Coordenação do Programa Escola Digna	Mar/15	Mar/15
	Elaboração do plano de trabalho referencial para os municípios	Coordenação do Programa Escola Digna	Mai/15	Mai/15
	Implementação das ações de formação e assessoria técnica nos municípios	Coordenação do Programa Escola Digna	Jul/16	Dez/18
	Reunião técnica com prefeitos e secretários municipais para apresentação das tipologias de escolas que serão construídas e das assessorias técnico-pedagógicas	Coordenação do Programa Escola Digna	Mai/15	Mai/15

- **Avaliação dos Serviços e/ou Projeto**

Para analisar e sistematizar as informações do Programa Escola Digna, deve-se proceder à análise de cada uma das etapas que estão previstas no Programa. O monitoramento será um instrumento para melhorar a eficiência, eficácia e impacto do programa proposto. Para isso, a partir das metas e atividades estabelecidas durante as fases de planejamento do programa, será possível identificar e avaliar como os recursos estão sendo utilizados, o andamento de cada uma das ações e o acompanhamento dos impactos dos indicadores.

6. IMPACTOS

- Instalações adequadas, contribuindo para a qualificação do processo de ensino e aprendizagem;
- Condições para ampliação da oferta progressiva e integrada de matrículas no ensino fundamental garantidas;
- Uso de recursos didático-pedagógicos aprimorados;
- Gestão municipal de educação qualificada.

7. PARCERIAS

- **Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ**: Orientação e acompanhamento na aplicação de recursos dos programas federais destinados à educação;

- **Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP**: Garantia do acesso à documentação pessoal aos estudantes;

- **Secretaria de Estado da Igualdade Racial – SEIR**: Realização de atividades que contribuam para a implementação da Lei nº 10.639/03, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de História Africana e Afro-brasileira na educação básica;

- **Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SAF**: Articular o processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar;

- **Secretaria de Estado da Saúde – SES**: Articular o processo de distribuição de vitaminas e ferro na merenda escolar, bem como promover o desenvolvimento de campanhas nutricionais, de atendimento à saúde dos estudantes, através do Programa Saúde na Escola;

- Parceria com a empresa Parnaíba Gás Natural para construção de uma escola e assessoria técnico-pedagógica para o município de Santa Filomena.

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO/ATIVIDADES		VALOR (RS)			FONTE DE RECURSOS
		CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	
AÇÕES					
Construção de escolas de alvenaria em substituição às instalações inadequadas	Elaboração do projeto executivo	-	-	-	
	Licitação do projeto de execução das obras	-	-	-	
	Construção das escolas				
	01 sala (Escola Indígena) (05 escolas)		R$ 275.751,44	R$ 1.378.757,20	
	02 salas (59 escolas)		R$ 388.595,87	R$ 22.927.156,33	
	04 salas (04 escolas)		R$ 511.351,90	R$ 2.045.407,60	**BNDES**
	06 salas (02 escolas)		R$ 718.322,38	R$ 1.436.644,76	
Subtotal 1 (70 escolas)				**R$ 27.787.965,89**	
	Apoio Pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática para estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental	9.639,00		9.639,00	**Fundo Estadual de Educação**
	Correção de fluxo escolar para os anos	9.639,00		9.639,00	

Assessoramento técnico-pedagógico às secretarias municipais de educação para aprimoramento, melhoria e qualificação do processo educativo.	iniciais do Ensino Fundamental Política de incentivo à leitura	9.639,00		9.639,00	
	Elaboração e revisão de Planos Municipais de Educação	128.000,00		128.000,00	
	Temas sócioeducacionais	9.639,00		9.639,00	
	Educação de Jovens e Adultos	9.639,00		9.639,00	
	Mobilização para Alfabetização de Adultos	9.639,00		9.639,00	
	Educação Infantil	9.639,00		9.639,00	
	Educação especial	9.639,00		9.639,00	
	Educação Escolar Quilombola	9.639,00		9.639,00	
	Avaliação da aprendizagem	9.639,00		9.639,00	
	Programa mais Educação	9.639,00		9.639,00	
	Educação do Campo	9.639,00		9.639,00	
Subtotal 2				**243.668,00**	
RECURSOS MATERIAIS					
Reprografia de material	Cartilhas		11.520,00	11.520,00	**Fundo Estadual de Educação**
	Folder		1.800,00	1.800,00	
Subtotal 3				**13.320,00**	
Total Geral				**28.044.953,89**	

9. CONTRAPARTIDA

Prefeituras municipais:

- Disponibilização de terrenos adequados à construção das escolas;

- Disponibilização dos recursos pactuados no termo de adesão para a participação das assessorias técnico-pedagógicas.

10. AVALIAÇÃO

A avaliação e o monitoramento correspondem a uma etapa fundamental ao desenvolvimento das ações do Programa. Para analisar e sistematizar as informações do Programa Escola Digna, deve-se analisar todas as etapas que estão previstas no Programa e realizar periodicamente o monitoramento, instrumento para melhoramento da eficiência, eficácia e o impacto das suas ações sobre o IDHM na dimensão Educação, com foco na Educação Básica.

A base, para tanto, serão as metas para cada ação, o que torna possível saber se os recursos estão sendo bem utilizados e se serão suficientes para o atendimento a todas as etapas do Programa. O quadro abaixo sintetiza as intenções deste projeto quanto ao seu processo de avaliação e monitoramento:

METAS	INDICADORES	FONTE	PERIODICIDADE
Construir 70 escolas	Municípios que aderiram ao Programa Escola Digna	SEDUC/SASSE	ANUAL
	Municípios com a documentação regularizada	SEDUC/SASSE	ANUAL
	Percentual de escolas licitadas	SEDUC/SASSE	ANUAL
	Nº de escolas em construção	SEDUC/SASSE	SEMESTRAL
	Percentual de escolas construídas	SEDUC/SASSE	SEMESTRAL
	Percentual de escolas construídas em funcionamento	SEDUC/SASSE	ANUAL
Assessorar 100% das secretarias muni-	Municípios com o plano de trabalho Técnico-pedagógico elaborado	SEDUC/SAE	ANUAL

cipais de educação dos municípios que fizeram adesão ao Programa	Nº de municípios recebendo capacitações	SEDUC/SAE	ANUAL
	Nº de gestores e professores capacitados por município	SEDUC/SAE	ANUAL
	Nº de visitas técnicas por município	SEDUC/SAE	ANUAL
	Nº de municípios com todas ações de formação e assessoria técnica implementadas	SEDUC/SAE	ANUAL
Ampliar em X% as matrículas realizadas, por município, nas escolas Dignas	Nº de Matrículas, por município, nas escolas Dignas	CENSO/INEP	ANUAL
Reduzir em X% a taxa de abandono das escolas Dignas	Taxa de abandono das escolas Dignas, por município, nas escolas Dignas.	CENSO/INEP	ANUAL
Ampliar em X% a taxa de aprovação nas escolas Dignas	Taxa de aprovação, por município, nas escolas Dignas.	CENSO/INEP	ANUAL
Elevar em X% a nota média da Prova Brasil nas escolas dignas	Nota média da Prova Brasil , por município, nas escolas Dignas	INEP	ANUAL

ANEXOS

01 - QUADRO DOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS NO PROGRAMA ESCOLA DIGNA/N° ESCOLAS

Posição	Município	IDH 2010	Quantidade de escolas
1.	Fernando Falcão	0,443	07
2.	Marajá do Sena	0,452	06
3.	Jenipapo dos Vieiras	0,490	06
4.	Satubinha	0,493	04
5.	Água Doce do Maranhão	0,500	01
6.	Lagoa Grande do Maranhão	0,502	01
7.	São João do Caru	0,509	02
8.	Santana do Maranhão	0,510	-
9.	Arame	0,512	05
10.	Belágua	0,512	02
11.	Conceição do Lago-Açu	0,512	03
12.	Primeira Cruz	0,512	02
13.	Aldeias Altas	0,513	02
14.	Pedro do Rosário	0,516	05
15.	São Raimundo do Doca Bezerra	0,516	02
16.	São Roberto	0,516	02
17.	São João do Sóter	0,517	02
18.	Centro Novo do Maranhão	0,518	03
19.	Itaipava do Grajaú	0,518	02
20.	Santo Amaro do Maranhão	0,518	01
21.	Brejo de Areia	0,519	01
22.	Serrano do Maranhão	0,519	04
23.	Amapá do Maranhão	0,520	-
24.	Araioses	0,521	01
25.	Governador Newton Bello	0,521	01
26.	Cajari	0,523	03
27.	Santa Filomena do Maranhão	0,525	03
28.	Milagres do Maranhão	0,527	-
29.	São Francisco do Maranhão	0,528	-
30.	Afonso Cunha	0,529	01
TOTAL			**70**

OBS: Do total apresentado, 05 são escolas indígenas (com modalidade diferenciada)

Secretaria de Estado da Educação

Secretaria Adjunta de Ensino

Superintendência de Modalidades e Diversidades Educacionais

Supervisão de Educação de Jovens e Adultos

São Luís

2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 Título do Projeto: Programa Brasil Alfabetizado.

1.2 Órgão Executor: Superintendência de Modalidades e Diversidade Educacionais – SUPEMDE/SEDUC por meio da Supervisão de Educação de Jovens e Adultos - SUPE-JA/SEDUC

1.3 Localização geográfica: O Projeto será desenvolvido nas zonas urbanas e rurais em 16 municípios integrantes do Plano Mais IDH: Araioses, Arame, Belágua, Brejo de Areia, Cajari, Centro Novo do Maranhão, Conceição do Lago-Açu, Fernando Falcão, Lagoa Grande do Maranhão, Milagres do Maranhão, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão, São Francisco do Maranhão, São Roberto, Satubinha, Serrano do Maranhão.

1.4 Período de execução:

Início: janeiro/2015.

Término: março/2017.

1.5 Coordenação do Projeto

Titular: Lívia Nara Marques Chaves

Cargo/Função: Gestora do Programa Brasil Alfabetizado

Contatos: (98) 98842 9843 Email: livia_nara19@hotmail.com

Suplente: Carolina Coimbra de Carvalho

Cargo/Função: Supervisora da Educação de Jovens e Adultoss

Contatos: (98) 98868-1030 Email: carol.coimbra@hotmail.com

2. JUSTIFICATIVA

A luta para reduzir o analfabetismo é antiga e sua supressão não tem sido possível. Há tempos, a educação é considerada um dos maiores privilégios dos quais o ser humano pode gozar.

São consideradas analfabetas as pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler nem escrever pelo menos um bilhete simples. Os indivíduos classificados como analfabetos são considerados "cegos sociais" porque não conseguem decodificar o código escrito ao seu redor. Essa condição impõem limitações no desenvolvimento pleno de uma consciência de cidadania e de atividades do cotidiano, como: participação na educação dos filhos, acesso a documentos, inserção no mercado de trabalho, prevenção da saúde, dentre outros.

A taxa de analfabetismo no Brasil ainda é grande (9,6%), são 13,9 milhões de analfabetos acima dos 15 anos de idade em todo território nacional. No Maranhão, a taxa de analfabetismo é de 20,9% da população, cerca de duas vezes maior que a do Brasil (CENSO, 2010). Nos 30 municípios que compõem o Plano Mais IDH, a taxa de analfabetismo é de 33,1%, bem superior à do Estado. Por isso, um dos maiores desafios da política de alfabetização de jovens, adultos e idosos no Maranhão é garantir a universalização e a democratização do ensino para esse público.

Tendo em vista essas elevadas taxas de analfabetismo, o Governo do Maranhão instituiu o Projeto Mobilização pela Alfabetização – PMA. Esse Projeto integra o Plano de Ações Mais IDH, instituído pelo Governo do Maranhão no início do ano de 2015.

O Plano Mais IDH foi Instituído através do Decreto N° 30.612, de 02 de janeiro de 2015 e tem como objetivo principal promover a superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais no meio urbano e rural, por meio de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

O PMA terá impacto na dimensão Educação do IDHM, pois, ao criar turmas de alfabetização para jovens, adultos e idosos e incentivar a matrícula dos egressos em turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, o Projeto contribuirá para reduzir as taxas de analfabetismo e aumentar a escolaridade dessa população.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Reduzir o índice de analfabetismo entre jovens, adultos e idosos.

- **Objetivos Específicos**
  - Alfabetizar jovens, adultos e idosos;
  - Realizar atividades pedagógicas que visem à inserção do aluno no mundo letrado;
  - Promover a progressiva continuidade dos estudos dos egressos do Programa Brasil Alfabetizado - PBA encaminhando-os para matrícula em turmas da Educação de Jovens e Adultos – EJA dos municípios.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Analfabetos com idade de 15 anos ou mais de 16 municípios integrantes do Mais IDH: Araioses, Arame, Belágua, Brejo de Areia, Cajari, Centro Novo do Maranhão, Conceição do Lago-Açu, Fernando Falcão, Lagoa Grande do Maranhão, Milagres do Maranhão, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão, São Francisco do Maranhão, São Roberto, Satubinha, Serrano do Maranhão.

5. METODOLOGIA

A coordenação geral do Programa ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação do Maranhão – SEDUC, por meio da SUPEJA/SUPEMDE. A gestão do Projeto será desenvolvida juntamente c om as Unidades Regionais de Educação – URE e as Secretarias Municipais de Educação – SEMED e o Comitê Municipal do Mais IDH. Caberá às URE's e as SEMED's disponibilizarem um técnico para acompanhar a execução das atividades pedagógicas do Projeto nos municípios. Os Comitês Municipais Mais IDH atuarão durante todo o processo de implementação do Programa, desde a mobilização do público potencialmente beneficiário até a avaliação dos resultados alcançados pelo mesmo.

O Projeto Mobilização pela Alfabetização - PMA é o recorte do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) para 16 municípios do Plano Mais IDH. Segundo o MEC, o PBA é voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O PBA é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo.

É pré-requisito de participação do município no PBA, a assinatura do termo de adesão pelos representantes municipais, a saber: Prefeitura e/ou Entidades Civis. O período de execução das turmas de alfabetização do PBA é de 8 meses, com períodos distintos de início e término em cada município. Estes contarão com equipes de alfabetizadores-coordenadores de turmas e alfabetizadores. Cada alfabetizador-coordenador de turmas ficará responsável por, no mínimo, cinco turmas. Cada turma será composta por um alfabetizador e, no mínimo, sete alfabetizandos na zona rural e 15 na zona urbana. Os alfabetizadores-coordenadores de turmas e alfabetizadores serão contratados por meio de chamadas públicas e serão parceiros na mobilização e cadastramento dos alfabetizandos.

As aulas terão duração de duas horas e meia por dia, de segunda-feira a quinta-feira, e a sexta-feira será reservada para o planejamento (elaboração dos planos de aula e confecção dos materiais didáticos).

A metodologia de trabalho do PBA é realizada por etapas de execução com ações distintas e inter-relacionadas, a saber:

- Mobilização: nessa etapa é realizada a convocação dos aprovados na chamada pública do ciclo anterior para a seleção do público beneficiário em parceria com os municípios;

2) Cadastro de turmas: o cadastro das turmas será feito no Sistema Brasil Alfabetizado - SBA que será alimentado diariamente com as seguintes informações: cadastramento de alfabetizandos, de alfabetizadores e de turmas, controle das turmas ativadas, freqüência de alfabetizadores-coordenadores e de alfabetizadores. A partir do SBA atualizado, essas informações serão migradas para o Sistema de Gestão de Bolsa – SGB, para geração do pagamento das bolsas para os alfabetizadores-coordenadores de turmas e alfabetizadores.

3) Gestão técnico-pedagógica do projeto: elaboração dos instrumentos de acompanhamento do projeto, distribuição dos livros didáticos, kits escolares, material pedagógico dos alfabetizadores, distribuição de gêneros alimentícios, reprodução dos testes cognitivos de entrada e saída, reuniões pedagógicas mensais, oficinas para orientar a aplicação dos testes e a confecção de material pedagógico que serão utilizados em sala de aula.

- Formação inicial e continuada ao longo da execução do Programa;
- Capacitação para os técnicos regionais e municipais que serão multiplicadores junto aos alfabetizadores-coordenadores de turmas e aos alfabetizadores;
- Acompanhamento técnico-pedagógico aos alfabetizadores - coordenadores de turmas e alfabetizadores: no decorrer (da execução) do ciclo do projeto a ser realizado pelos técnicos do Estado, como contrapartida para o êxito do Programa.

4) Encaminhamento dos egressos do PBA para matrícula na EJA dos municípios: será formalizado para o poder público municipal e Ministério Público por meio de um relatório informando os alfabetizados aptos a ingressar na EJA.

A concepção metodológica do PBA é baseada nos pressupostos teóricos de Paulo Freire que enfatiza e respeita o contexto no qual o alfabetizador-coordenador de turma, o alfabetizador e o alfabetizando estão inseridos, suas experiências, expectativas, necessidades, diferenças étnico-culturais, socais e de gênero, favorecendo a participação ativa e crítica destes na construção de conhecimentos e saberes, tirando-os da condição de passividade e colocando-os no status de sujeitos da aprendizagem.

A mobilização para o cadastramento do público beneficiário (alfabetizandos) será feita em articulação com os parceiros, utilizando-se das seguintes estratégias: mídia escrita e televisionada, carros e motos de som, cartazes, CadÚnico, agentes de saúde, dentre outras. A meta inicial é atender 21.084 pessoas analfabetas com idade de 15 anos ou mais. A determinação da quantidade do público beneficiário de cada município será feita após a fase de mobilização, cadastramento e ativação de turmas nos municípios.

QUADRO 01 – DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES – ATIVIDADES

OPERACIONALIZAÇÃO				
OBJETIVOS	**AÇÕES / ATIVIDADES**	**RESPONSÁVEL**	**PRAZO**	
			INÍCIO	**TÉRMINO**
Alfabetizar jovens, adultos e idosos	Assinatura do termo de Adesão ao Programa pelos parceiros	Secretaria de Estado da Educação/ Prefeituras/ Entidades Civis	Jan/16	Fev/16
	Convocação de aprovados na Chamada Pública (2013) do Seletivo de Alfabetizadores-Coordenadores de Turma e Alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado;	SEDUC	Mar/16	Mai/16
	Licitações - Formação inicial e continuada para Alfabetizadores e Coordenadores Alfabetizadores de Turma; - Aquisição de material escolar e pedagógico; - Aquisição de gêneros alimentícios;	SEDUC	Mai/16	Set/16
	- Reprodução dos testes cognitivos de entrada e saída.	SEDUC	Jul/16	Ago/16
	Inserção dos alfabetizandos cadastrados na Mobilização no SBA;	SEDUC/SEMED/alfabetizadores-coordenadores de Turma	Jan/16	Mai/16
Realizar atividades pedagógicas que	Formação continuada mensal com carga horária de 8h diárias;	SEDUC	Set/16	Mar/17

visem a inserção dos alfabetizandos no mundo letrado;	Realização de Oficinas para orientar a aplicação dos testes e a confecção de material pedagógico que serão utilizados em sala de aula	SEDUC	Ago/16	Ago/16
	Acompanhamento pedagógico para os Alfabetizadores-Coordenadores de Turma	SEDUC	Ago/16	Mar/17
	Capacitação para os Alfabetizadores realizada pelos os Alfabetizadores-Coordenadores de Turma	SEDUC	Ago/16	Mar/17
Incentivar a progressiva continuidade dos estudos dos egressos do PBA para a realização de matrícula dos mesmos em turmas da Educação de Jovens e Adultos – EJA pelos municípios.	Articulação entre Técnicos da SEDUC, Coordenadores do PBA e Secretários municipais para abertura de vagas para receberem os egressos do PBA.	SEDUC/SEMED	Ago/16	Mar/17
	Monitoramento das matrículas dos alunos egressos do PBA nas turmas da EJA	SEDUC/SEMED	Mar/17	Jun/17

A avaliação do PBA será processual, permitindo identificar avanços e dificuldades ao longo do processo, mantendo ou modificando as estratégias de trabalho, utilizando instrumentos de registro e observação dos trabalhos realizados.

O Programa adota os instrumentos de avaliação de entrada e de saída (testes cognitivos de leitura e escrita e matemática), cuja intenção é diagnosticar para conhecer e agir, permitindo assim que o alfabetizador organize as atividades que desenvolverá em sala de aula de maneira que contemple as necessidades específicas de cada alfabetizando.

6. IMPACTOS

- Taxa de analfabetismo de jovens, adultos e idosos reduzida;
- Alfabetização de jovens, adultos e idosos universalizada.

7. PARCERIAS

Ministério da Educação - MEC: financiamento para material didático, gêneros alimentícios, testes cognitivos de entrada e saída, formações iniciais e continuada e pagamento das bolsas.

Secretarias Municipais de Educação - SEMED: cessão das salas de aulas, mobilização e cadastramentos dos alfabetizando e acompanhamento do funcionamento das turmas, matriculas dos egressos do PBA em salas da EJA.

Comitê Municipais Mais IDH: mobilização, cadastramento e acompanhamento do funcionamento das turmas.

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO/ ATIVIDADES	VALOR (R$)		TOTAL POR MUNICÍPIO	TOTAL GERAL	FONTE DE RECURSOS
	CUSTEIO	INVESTIMENTO			
AÇÕES					
Formação Inicial e Continuada do Coordenador e Alfabetizador	439.281,93	-	27.455,12	439.281,93	FNDE/ MEC
Testes cognitivos Entrada e saída	17.000,00	-	1.062,50	17.000,00	FNDE/ MEC
Diárias para Técnicos da SEDUC que farão acompanhamento técnico-pedagógico	188.880,00	-	85.605,00	188.880,00	TESOURO ESTADUAL
Subtotal 1				**645.161,93**	
RECURSOS HUMANOS					
Bolsa – Coordenador-Alfabetizador de Turma (143 bolsas no valor de R$ 600 por 8 meses)	686.400,00	-	42.900,00	686.400,00	FNDE/ MEC

Bolsa – Alfabetizador (815 bolsas no valor de R$ 400 por 8 meses)	2.608.000,00	-	163.000,00	2.608.000,00	FNDE/ MEC
Subtotal 2				**3.294.400,00**	
RECURSOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS					
Material escolar/Aluno (6.941 Kits no valor unitário de R$ 6,20)	43.034,20	-	2.689,63	43.034,20	FNDE/ MEC
Material p/ Coordenador-Alfabetizador de Turma e Alfabetizador (materiais para 958 bolsistas no valor unitário de R$ 79,60)	76.256,80	-	4.766,05	76.256,80	FNDE/ MEC
Gêneros Alimentícios - Alunos (valor unitário por turma R$ 740,4)	603.426,00	-	37.714,12	603.426,00	FNDE/ MEC
Distribuição dos Livros do PNLD-EJA	-	-	-	-	MEC
Subtotal 3				**725.717,00**	
Total (1+2+3)				**4.665.278,93**	

9. CONTRAPARTIDA

O Estado garantirá contrapartida de R$ 188.880,00 para as ações de acompanhamento técnico nos municípios.

10. AVALIAÇÃO

METAS	INDICADORES	FONTE	PERIODICIDADE
Alfabetizar 6.941 jovens, adultos e idosos com 15 anos ou mais.	Quantidade de Pessoas alfabetizadas	SBA	Alimentação diária dos sistemas
	Quantidade de alunos Matriculados, por turma	SBA	Alimentação diária dos sistemas
	Quantidade de alunos egressos, por turma	SBA	Alimentação diária dos sistemas
	Quantidade de Alunos Matriculados, por turma	SBA	Alimentação diária dos sistemas
	Quantidade de alunos egressos, por turma	SBA	Alimentação diária dos sistemas
Realizar 05 formações iniciais e 40	Quantidade de Formações Iniciais	SBA	Alimentação diária dos sistemas

continuadas para alfabetizadores-coordenadores e alfabetizadores	Quantidade de Formações Continuadas	SBA	Alimentação diária dos sistemas
Encaminhar 6.941 alunos egressos do PBA para matrícula da EJA	Quantidade de alunos egressos do PBA matriculados na EJA	SBA	Alimentação diária dos sistemas

Secretaria de Estado da Educação

Secretaria Adjunta de Ensino

Superintendência de Modalidades e Diversidades Educacionais

Supervisão de Educação de Jovens e Adultos

São Luís

2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 Título do Projeto: Jornada de Mobilização Pela Alfabetização do Maranhão – "Sim, Eu Posso!" – Círculo de Cultura.

1.2 Órgão Executor: SEDUC/SUPEMDE/SUPEJA com assessoria política pedagógica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

- **Localização Geográfica:**

  O Projeto será desenvolvido nas zonas urbanas e rurais em 08 municípios integrantes do Plano Mais IDH: Aldeias Altas, Água Doce do Maranhão, Governador Newton Bello, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Santana do Maranhão; São João do Carú; São Raimundo do Doca Bezerra.

- **Período de execução:**

  Início: Maio 2016

  Término:Dezembro 2016

1.5 Coordenação Geral do Projeto:

Titular: Imara Helena Alves de Carvalho

Cargo/Função: Coordenadora do Programa Sim, Eu Posso!

Contatos: (98) 986124463 / 981283356 Email: docente_aprendiz@hotmail.com

Suplente: Carolina Coimbra de Carvalho

Cargo/Função: Supervisora da Educação de Jovens e Adultos

Contatos: 98 98868-1030 Email: carol.coimbra@hotmail.com

2. JUSTIFICATIVA

O Estado do Maranhão está situado na região Nordeste do Brasil, ocupando uma área de 333.365,6 Km^2, com uma estrutura de organização geopolítica constituída por 217 municípios e com uma população de 6.574.789 habitantes, sendo que desse total aproximadamente 48,8% vive na zona rural, segundo dados do censo populacional do IBGE de

2010. Esse percentual de 48,8% de população residindo na zona rural caracteriza o estado como sendo em proporção, o maior em população rural do país.

Apesar de o Maranhão compor, geograficamente, a região Nordeste, possui características peculiares no que se refere às questões do clima, da vegetação, da biodiversidade e da transição de biomas, que vai do cerrado à pré - Amazônia, com situações climáticas e de atividades agrícolas ou outras de cunho econômico, diferenciadas dos demais estados que compõem o restante da região Nordeste do país, pois principalmente as chuvas, tão importante para a atividade agrícola, são mais regulares no Maranhão se comparado aos demais estados. Apesar da rica biodiversidade, do potencial agrícola, pesqueiro, turístico, industrial e cultural, o Maranhão ocupa os piores lugares nos indicadores sociais, sendo seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) um dos mais baixos do país (0,639).Vale ressaltar que isto implica em uma população sem instrução ou com menos de um ano de estudo, com um percentual de 72,2% na zona rural e a taxa de analfabetismo entre as pessoas com mais de 15 anos que vivem no campo também é a mais alta do país, com um percentual de 40,3%, enquanto a taxa estadual é de 20,8%.

O Plano de Ações Mais IDH consiste em uma série de medidas que priorizam o desenvolvimento dos 30 municípios que apresentam os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM do estado do Maranhão, apontados pelo Censo 2010.

O eixo Educação, proposto pelo Plano Mais IDH, é também utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD como indicador no processo avaliativo do desenvolvimento humano (DIAGNÓSTICO PRELIMINAR – PLANO DE AÇÃO MAIS IDH, 2015), por isto a relevância deste eixo como proposta de ação pelo Plano. De acordo com o Diagnóstico:

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Educação - IDHM-E do Maranhão, calculado a partir dos dados censitários de 2010, encontra-se na faixa, estabelecida pelo PNUD, de baixo desenvolvimento (0,499 a 0,599). Situando-se na 19º posição no ranking estadual, permanece abaixo do indicador do plano nacional (0,637) que é de médio desenvolvimento (0,599 – 0,699) (DIAGNÓSTICO PRELIMINAR – PLANO DE AÇÃO MAIS IDH, 2015).

Estes dados confirmam a tese de que a educação maranhense precisa de investimentos em ações que mitiguem e superem os baixos índices, como os da taxa de analfabetismo, por exemplo, que é quase duas vezes maior que a média nacional.

A Jornada de Mobilização Pela Alfabetização no Maranhão: “Sim, Eu Posso!” – Círculo de Cultura se insere no bojo da Mobilização para Alfabetização de Jovens e Adultos, uma das treze ações do Programa Escola Digna. A proposta da Mobilização é de reduzir o analfabetismo entre jovens, adultos e idosos nos municípios em destaque no gráfico acima.

Diante de dados estatísticos tão alarmantes, o atual governo do Maranhão assume publicamente que sua prioridade frente à gestão, será a de conduzir políticas públicas voltadas para o combate à pobreza extrema e as desigualdades sociais que vitimam o povo maranhense a quase meio século. A perspectiva, portanto, no momento conjuntural, será a de articular políticas públicas que inseridas no programa de governo, garantam acesso aos direitos, tais como: elevação econômica, avanço educacional com redução dos baixos índices em relação ao Brasil e valorização da cultural do povo maranhense.

E nessa perspectiva, está em construção a proposta de uma Mobilização Pela Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos, através da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), com a assessoria do Movimento Sem Terra – MST do Maranhão, que ocorrerá experimentalmente, nos oito municípios destacados (Consultar Gráfico 01), dos 30 com menor IDHM do Estado, tendo como base didática, a utilização do método de alfabetização cubano denominado: “**Sim, Eu Posso”, do Instituto Pedagógico Latino Americano e Caribenho de Cuba (IPLAC).** Também se propõe ter como referencial teórico os fundamentos dos círculos de cultura da Pedagogia Freireana.

3. OBJETIVOS

- **Objetivo Geral**
    - Reduzir o analfabetismo entre Jovens, Adultos e Idosos em oito municípios integrantes do Plano Mais IDH.

3.2 Objetivos Específicos

- Alfabetizar jovens, adultos e idosos, por meio do Projeto “Sim, Eu Posso!” e da metodologia Freireana dos Círculos de Cultura;
- Garantir recursos humanos para gestão local e execução da jornada de alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos;

- Promover a progressiva continuidade dos estudos dos egressos do Projeto "Sim, Eu Posso!" encaminhando-os para matrícula em turmas da Educação de Jovens e Adultos – EJA dos municípios.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

A Jornada de Mobilização Pela Alfabetização do Maranhão – "Sim, Eu Posso!" – Círculo de Cultura tem como beneficiários diretos jovens, adultos e idosos não alfabetizados.

Tabela 1 – Municípios atendidos pela Jornada: analfabetismo, metas, número de profissionais envolvidos, por Unidade Regional – URE

Município	% de analfabetismo	Nº analfabetos	Meta de turmas Fase I	Meta de Alfabetização Fase I	Nº Turmas/ Educadores Na Fase I	Nº Coord de turma	Nº Coord. Regional
	Regional Barra do Corda						
Jenipapo dos Vieiras	44,77%	6.913	90	1.800	90	09	**02**
Itaipava do Grajaú	44,03%	6.296	106	2.120	106	11	**02**
Sub Total		**13.209**	**196**	**3.920**	**196**	**20**	**04**
	Regional Caxias						
Aldeias Altas	46,67%	11.180	141	2.820	141	14	**03**
Sub Total:	**46,67%**	**11.180**	**141**	**2.820**	**141**	**14**	**03**
	Regional Chapadinha						
Água Doce do Maranhão	43,83%	5.076	76	1.520	76	08	**02**
Santana do Maranhão	40,23%	4.692	100	2.000	100	10	**02**
Sub Total:		**9.768**	**176**	**3.520**	**176**	**18**	**04**
	Regional Pedreiras						
São Rdo. do Doca Bezerra	44,63%	2.718	40	800	40	04	**01**
Sub Total:	**44,63%**	**2.718**	**40**	**800**	**40**	**04**	**01**
	Regional Santa Inês						
São João do Carú	42,90%	5.281	79	1.580	79	08	**02**
Sub Total	**42,90%**	**5.281**	**79**	**1.580**	**79**	**08**	**02**
	Regional Zé Doca						
Gov. Newton Bello	43,99%	5.244	70	1.400	70	07	**02**
Sub Total	**43,99%**	**5.244**	**70**	**1.400**	**70**	**07**	**02**
Total	---	**47.400**	**702**	**14.040**	**702**	**71**	**16**
Total Geral em 2016				**14.040**	**702**	**71**	**16**
Coordenação Geral: 91 (71 coordenadores de turmas + 16 coordenadores regionais + 4 coord. Estaduais)							

Dados sobre o analfabetismo – **FONTE: Censo 2010**

5. METODOLOGIA

5.1. Método, Operacionalização e Gestão

A Jornada será desenvolvida no período de 10 meses: o primeiro mês será destinado à mobilização – Capacitação Estadual da Brigada de Alfabetização do "Sim, eu posso" – Círculo de Cultura –, os três meses posteriores será aplicado o método de alfabetização cubano, o "Sim, eu posso", seguido de cinco meses de aprofundamento de leitura e escrita a partir da metodologia Freireana dos Círculos de Cultura – já o último mês, destina-se ao balanço dos resultados, sistematização e avaliação final, conforme descrição abaixo.

No primeiro momento da Jornada de Alfabetização será feito um trabalho de base nos municípios para sensibilização, cadastramento dos/as alfabetizandos/as e a organização das turmas. Durante o trabalho de base deve ser mapeado, com o apoio do poder público e do Comitê Municipal Mais IDH local, os Jovens, Adultos e Idosos ainda não alfabetizados, realizado o cadastramento dos/as alfabetizadores/as, de coordenadores/as de turma e os possíveis locais e condições de funcionamento das turmas; propõe-se para isso, que seja confeccionada uma ficha cadastral dos alfabetizandos/as, buscando o levantamento de informações sobre os mesmos, a fim de que sejam identificados possíveis problemas de aprendizado – como, por exemplo, o comprometimento da visão, já que este fator consiste em uma das primeiras barreiras que impedem a população de voltar (ou ingressar) às (nas) salas de aula –, assim como para consultar o horário mais adequado ao cotidiano destes, isto é, saber em que horário desejam estudar.

Os primeiros passos do processo para a apropriação da leitura e da escrita será com a utilização do método "Sim, eu posso" ("Yo, sípuedo") do Instituto Pedagógico Latino Americano e Caribenho de Cuba (IPLAC). O método será implementado pelo/a educador/a com a mediação de um programa de alfabetização televisivo organizado em 65 aulas, possibilitando que os jovens, adultos e idosos se apropriem do código linguístico no período de três meses.

A partir das experiências desenvolvidas, o método mostrou-se capaz de motivar os educandos/as a não desistirem e a dar continuidade a sua escolarização. No processo de aprendizagem, buscaremos relacionar a vivência social dos/as educandos/as com a prática pedagógica e a experiência cultural e histórica da relação com o trabalho e com as formas

de organização que buscam a garantia de direitos sociais. O/a educador/a será um/a mediador/a da aprendizagem, se fazendo presente em todo o processo.

Após os três meses, teremos mais cinco meses de trabalho através dos Círculos de Cultura, fundamentada na pedagogia Freireana. Nesse período, os/as educandos/as aprofundarão a leitura e a escrita, serão incentivados ao exercício da palavra, a lerem e escreverem o mundo. Os Círculos serão constituídos em espaços de debate, de pesquisa, de exposição de práticas, de dinâmicas e vivências que possibilitarão a construção coletiva do conhecimento.

Considerando que o mundo letrado na atualidade estende-se para além das páginas do livro, a Jornada de Alfabetização do Maranhão buscará garantir aos/as alfabetizadores/as aos/as alfabetizandos/as o acesso a livros, filmes e ao mundo digital, como instrumentos complementares que contribuirão com o debate das temáticas, com o diálogo entre os pares, com a problematização do processo de leitura e escrita, com os questionamentos da luta e da vida cotidiana com a finalidade de projetar e transformar a realidade local e global dos/as educando/as.

O exercício da leitura e da escrita no Círculo de Cultura se alicerçará no debate das questões centrais do cotidiano como: trabalho, coletividade, alimentação, saúde, formas de organização comunitária, política, economia, direitos sociais, religiosidade, cultura, entre outros. Questões que estão relacionadas à prática social, buscando intervir e alterar as atuais relações no mundo do trabalho e da vida dos/as educando/as.

No Círculo de Cultura, o educador ou a educadora mediará e motivará as discussões e produções de forma que todos ensinem a aprendam mutuamente. Paulo Freire define a alfabetização "como a ação capaz de levar o analfabeto a organizar reflexivamente seu pensamento, desenvolver a consciência crítica, introduzi-lo num processo real de democratização da cultura e de libertação" (FREIRE, 1980).

No processo de alfabetização, a orientação é que cada educador/a seja previamente inserido em um processo de formação continuada logo que iniciada as atividades de alfabetização, que terá duração prevista para 08 (oito) meses, e que o número máximo de educandos/as por turma seja de 20 alfabetizandos/as. Cada educando/a receberá um kit com o propósito de divulgar o projeto, contendo livro, mochila, camiseta, lápis, caneta, caderno, e tanto as escolas quanto os municípios envolvidos terão faixas e banners relati-

vos à Jornada de Alfabetização. Nosso propósito é envolver a sociedade maranhense e universalizar a luta pela superação do analfabetismo.

Propõe-se que após os processos de mobilização dos alfabetizandos/as, cadastramento, formação inicial dos/as educadores/as, se inicie as atividades de sala de aula tendo como orientação que a duração seja de 2 horas e aconteçam em todos os dias úteis da semana, cuidando sempre para que não haja interrupções para não atrapalhar o processo de aprendizagem. Cada turma deve ter um espaço certo onde acontecerão as aulas, e o material básico para funcionar: livros, televisão, pen drivers, kit de filmes do método e outros.

Nesta experiência, optou-se por converter as vídeo-aulas das mídias de DVD para um formato que pudesse ser reproduzido a partir da utilização de pen drivers – sendo a primeira experiência. Com a utilização dos pens drivers, além da redução de custos há também a otimização do processo, porque além das vídeo-aulas do método "Sim, eu posso", poderão ser acrescentados os materiais paradidáticos que serão utilizados no Círculo de Cultura.

A Mobilização Pela Alfabetização contará com uma Coordenação Político-Pedagógica e uma Coordenação Regional, a Brigada de Alfabetização, formada por educadores/as selecionados pelo MST que assessorará a campanha, além dos técnicos da Secretaria de Educação (SEDUC) responsáveis em acompanhar o processo e garantir a implementação das diretrizes político-pedagógicas, o acompanhamento e avaliação das etapas, juntamente com os/as coordenadores/as e alfabetizadores/as. Cada coordenador/a acompanhará dez turmas do projeto.

No que se refere à seleção dos membros da Brigada, serão observados critérios como a experiência na alfabetização de jovens, adultos e idosos, assim como da aplicação do método cubano e do Círculo de Cultura.

Deverá ser feito o controle do funcionamento das turmas, da participação dos alfabetizandos(as), através dos/as alfabetizadores(as) e coordenação, para que se possa avaliar o trabalho e reestruturá-lo quando necessário, de forma a obter os resultados esperados. Organizar mecanismos de avaliação e formas de registro para assegurarmos a análise dos dados obtidos e sistematização do processo. Durante os oitos meses devemos incentivar os/as alfabetizandos/as a continuar os estudos, garantido que os mesmos ingressem na EJA, ou em algum programa que possibilite a continuidade da escolarização.

Será garantida a capacitação e formação dos alfabetizadores/as e coordenadores/as por considerarmos essencial para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, e para prepararmos os mesmos para exercerem o papel de mediadores do conhecimento, bem como buscar políticas públicas que assegurem um processo de formação inicial específica para esses alfabetizadores que se desafiaram na tarefa de superar o analfabetismo nos municípios de abrangência da Jornada de Alfabetização do Maranhão.

No primeiro momento a Brigada de Alfabetização, responsável pela orientação do trabalho, participarão de uma capacitação em São Luís, já os/as alfabetizadores/as e coordenadores, participarão das capacitações iniciais que ocorrerão nas regionais. No decorrer do trabalho de alfabetização, haverá reuniões de planejamento e seminários de avaliação para garantir o acompanhamento eficaz de todo o processo.

O desenho curricular da formação dos alfabetizadores e coordenadores e de todo o processo de alfabetização deverá fundamentar-se nos princípios e concepções de Educação de Jovens e Adultos, saberes acumulados na alfabetização do Instituto Pedagógico Latino Americano e Caribenho de Cuba (IPLAC), a experiência no processo de aquisição dos códigos da leitura e da escrita, no próprio Movimento Social e na sua matriz pedagógica vinculada à luta contra as desigualdades, na educação popular inspirados em Paulo Freire e na pedagogia da práxis.

5.2 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação é elemento indispensável no desenvolvimento de processos educativos. Considerando esta importância, a avaliação será permanente e processual, ou seja, tanto do processo coletivo, envolvendo alfabetizandos/as, alfabetizadores/as e coordenadores/as, como do processo de ensino e aprendizagem que envolve alfabetizadores/as e alfabetizandos/as. Para tanto, a orientação é que nos primeiros três meses seja feita uma avaliação semanal para perceber no alfabetizando/a as dificuldades de aprendizagens, os limites e os avanços conquistados. Ao término dos três meses a avaliação se dará através de uma carta escrita pelo educando, em que cada um deve dedicar a quem desejar, sendo que a leitura deverá ser feita em sala de aula para os/as demais companheiros/as.

Nos meses seguintes devem ser organizados entre alfabetizadores e alfabetizandos momentos de leitura e de produção escrita, para que se tenha um acompanhamento da aprendizagem dos/as alfabetizandos/as e para ir adequando a metodologia caso haja ne-

cessidade. Mensalmente, será realizada, durante a supervisão do Coordenador Regional em sala de aula, uma avaliação coletiva entre alfabetizadores/as e coordenadores/as de turmas visando perceber os limites e avanços no processo de aprendizagem e nos aspectos gerais do trabalho de alfabetização.

Ao término da alfabetização será realizado um seminário estadual, para avaliar o processo, desenvolver novas metodologias, evidenciar o resultado da jornada, e propor políticas públicas em torno da alfabetização e escolarização dos jovens e adultos e idosos.

5.3 Gestão – papel dos sujeitos responsáveis pelo trabalho

5.3.1 Papel do Alfabetizador/a:

- Alfabetizar jovens a partir de 15 anos, adultos e idosos;
- Participar de maneira ativa, assídua e pontual de todos os momentos reservados à formação pedagógica e ao acompanhamento da Jornada;
- Conhecer e utilizar adequadamente os instrumentais de ensino-aprendizagem do método de alfabetização proposto;
- Assistir, antecipadamente, o roteiro audiovisual relativo a cada aula, planejando a abordagem a ser feita junto aos alfabetizandos, definindo as atividades e os materiais necessários a cada aula diária;
- Elaborar o plano de aula previamente de forma a projetar a superação das dificuldades que venham surgir durante o processo de alfabetização;
- Cumprir o tempo diário de aulas semanais;
- Zelar pela frequência e continuidade de estudos de todos os alfabetizandos;
- Fazer o acompanhamento individual do processo de aprendizagem dos/as alfabetizandos/as;
- Realizar periodicamente as avaliações com os alfabetizandos/as, utilizando o instrumental sugerido e demais recursos que julgar necessários;
- Motivar os alfabetizandos a continuarem se escolarizando;
- Participar do processo de formação e de avaliação da Jornada, e nos casos de impedimento, cabe ao alfabetizador a indispensável comunicação, preferencialmente antecipada, a todos os alfabetizandos e ao coordenador da turma.

5.3.2 Papel dos/as Coordenadores/as de Turma:

- Conhecer e orientar adequadamente a utilização dos instrumentais de ensino-aprendizagem do método de alfabetização proposto;
- Participar de maneira ativa, assídua e pontual de todos os momentos reservados à formação pedagógica e do acompanhamento da Jornada;
- Apoiar o alfabetizador nas visitas aos alfabetizandos que se fizerem ausentes por mais de cinco dias, visando seu retorno e continuidade dos estudos;
- Realizar o acompanhamento sistemático das turmas;
- Orientar o alfabetizador sobre a preparação do ambiente educativo, assegurando o funcionamento adequado dos equipamentos eletrônicos que dão suporte às atividades diárias;
- Garantir o estudo e o planejamento juntamente com os/as alfabetizadores/as;
- Produzir os relatórios que devem conter: onde estão as turmas, como são os locais de alfabetização, avanço e dificuldades de alfabetizandos/as e alfabetizadores/as, nível de formação dos/as alfabetizadores/as e como está se dando o envolvimento da comunidade;
- Organizar, conjuntamente com o/a alfabetizador/a, a produção escrita dos educandos/as e frases significativas e manter diálogo constante com a coordenação regional no intuito de garantir a execução e o bom andamento da Jornada.

5.3.3 Papel da Coordenação Regional:

- Realizar trabalho de base nos municípios para divulgação na sociedade, mobilização e cadastramento dos/as alfabetizandos/as, mapeamento dos alfabetizadores/as, dos possíveis locais e condições de funcionamento das turmas.
- Recebimento e distribuição de todo o material didático-pedagógico, para garantir o desenvolvimento do método.
- Assessoria do método “Sim, Eu Posso!” e Círculo de Cultura.
- Realizar as capacitações regionais dos/as alfabetizadores/as e coordenadores/as de turma.
- Definir as áreas-turmas que cada coordenador/a vai acompanhar.
- Planejar, implementar, acompanhar, avaliar e sistematizar o trabalho de alfabetização, juntamente com a Coordenação Política Pedagógica, coordenadores/as de turmas e educadores/as.

5.3.4 Papel da Coordenação Política Pedagógica:

- Construção da proposta, acompanhamento, avaliação e sistematização do trabalho durante todas as fases.
- Assessoria do método "Sim, Eu Posso" e Círculo de Cultura.
- Garantir a capacitação da Coordenação Geral, planejamento e avaliação processual e final.
- Organizar o seminário final de balanço e avaliação do processo da Jornada.

5.3.5 Papel da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC):

- Indicar profissionais para gerenciar e acompanhar todas as ações de Mobilização pela Alfabetização;
- Acompanhar e monitorar o início do Projeto de forma a garantir a elaboração de cadastro dos participantes;
- Coordenar, em conjunto com o MST, a Mobilização pela Alfabetização;
- Mobilizar as SEMED's e prefeituras para apresentação do Projeto;
- Conhecer e divulgar nas URE's a proposta do projeto de Mobilização pela Alfabetização no Maranhão;
- Realizar reuniões com os coordenadores de turmas, alfabetizadores e coordenadores regionais tendo em vista: compartilhar o projeto, apresentar a URE como referência da SEDUC e apresentar atribuições da URE frente ao projeto;
- Promover reuniões técnicas de trabalho com a equipe de formadores e demais profissionais da equipe pedagógica do projeto de forma a garantir a unidade, otimização e articulação das ações para o alcance dos objetivos propostos;
- Acompanhar a implementação do projeto fazendo inclusive o registro das ações para posterior produção de relatórios;
- Viabilizar junto à equipe pedagógica da URE a implementação do acompanhamento das ações de formação;
- Manter atualizado arquivo com o cadastro dos alfabetizadores e também da equipe técnica do projeto;
- Manter o arquivo do diagnóstico inicial dos alfabetizandos;
- Participar da organização dos Seminários Regionais de Avaliação;

- Identificar as principais questões e problemas que possam inviabilizar a realização do projeto tendo em vista resolvê-los.
- Organizar pagamento das bolsas dos alfabetizadores, coordenadores, coordenadores regionais e coordenadores centrais.
- Demandar todo o ordenamento de custeio de materiais e equipamentos junto à Entidade de Execução Financeira – FAPEAD.

5.3.6 Papel do Movimento Sem Terra – MST:

- Assessoria Político - Pedagógica do método "Sim, eu posso" e Círculo de Cultura;
- Coordenar em conjunto com a SEDUC as ações para a Mobilização pela Alfabetização;
- Oferecer formação aos técnicos da SEDUC sobre as ações de Mobilização pela Alfabetização;
- Realizar o diagnóstico inicial dos alfabetizandos;
- Apresentar à equipe da SEDUC o diagnóstico inicial dos alfabetizandos;
- Realizar o diagnóstico final dos alfabetizandos;
- Apresentar à equipe da SEDUC o diagnóstico final dos alfabetizandos;
- Registrar em relatório todas as atividades realizadas nas ações de Mobilização;
- Apresentar à SEDUC relatório das ações desenvolvidas;
- Formar a Brigada de Alfabetização, composta pela coordenação regional e pela coordenação política pedagógica para construção, implementação e acompanhamento do trabalho. (AÇÃO NO QUADRO)
    - Acompanhar todo o processo de desenvolvimento da Jornada.

OPERACIONALIZAÇÃO				
OBJETIVOS	**AÇÕES / ATIVIDADES**	**RESPONSÁVEL**	**PRAZO**	
			INÍCIO	**TÉRMINO**
Contratar a coordenação pedagógica e coordenações regionais	Contratação de 04 membros da Coordenação Política Pedagógica	SEDUC	Fevereiro	Dezembro
	Contratação de 16 Coordenadores regionais	SEDUC	Março	Dezembro
Adquirir equipamentos e materiais didático pedagógicos	Comprar 25 notebooks	SEDUC	Maio	Maio
	Comprar 842 pendrives	SEDUC	Março	Maio

	Comprar 702 televisores	SEDUC	Março	Maio
	Reproduzir 14.040 Cartilhas	SEDUC	Abril	Maio
	Reproduzir 793 Cadernos do Educador	SEDUC	Maio	Maio
	Aquisição de 793 Kits de materiais didáticos	SEDUC	Março	Abril
	Comprar 15.000 sacolas e 15.000 camisas	SEDUC	Abril	Junho
Mobilizar para criação das turmas	Deslocamento da Brigada para fins de mobilização dos alfabetizandos no processo de formação das turmas e mapeamento dos possíveis locais para o funcionamento das turmas	SEDUC	Fevereiro	Abril
Acompanhar pedagogicamente o processo de capacitação para os Coordenadores.	Acompanhamento das Coordenações para o andamento da Jornada de Alfabetização	SEDUC	Fevereiro	Dezembro
Capacitar as equipes que atuaram como multiplicadores e coordenadores do processo de alfabetização	Capacitação para as equipes de coordenação estadual e coordenação regional, para atuarem como multiplicadores no processo de alfabetização	SEDUC	Abril	Abril
Contratar, através do Processo Seletivo, pessoas que possuam qualificações para alfabetizar jovens, adultos e idosos.	Contratação de 71 coordenadores de turmas e 702 alfabetizadores	SEDUC	Março	Abril
Reunir a equipe de Coordenação	Realização de reuniões pedagógicas, para avaliação do processo ensino aprendizagem	SEDUC	Março	Dezembro
Realizar Seminários, como processo de avaliação da metodologia aplicada.	Realização de Seminários	SEDUC	Dezembro	Dezembro

6. IMPACTOS

- Taxa de analfabetismo de jovens, adultos e idosos reduzida;
- Alfabetização de jovens, adultos e idosos universalizada.

7. PARCERIAS

Prefeituras:

- Acolhimento, apoio logístico à Jornada no município, a divulgação e a mobilização para inscrição dos alfabetizandos/as e dos alfabetizadores/as.
- Viabilizar espaço de trabalho nos municípios para o desenvolvimento dos trabalhos da Coordenação Regional, contendo infraestrutura necessária (internet, telefone, computadores, impressora e material de escritório).

Movimento Sem Terra (MST):

- Assessoria Política Pedagógica do método "Sim, Eu Posso" e Círculo de Cultura.

8. RECURSOS NECESSÁRIOS:

DESCRIÇÃO/ ATIVIDADES	VALOR (R$)		TOTAL	FONTE DE RECURSOS
	CUSTEIO	INVESTIMENTO		
Capacitação Estadual	26.958,00	-	26.958,00	TESOURO ESTADUAL
Capacitações Regionais	175.076,00	-	175.076,00	TESOURO ESTADUAL
Reuniões de Coordenadores	6.271,00	-	6.271,00	TESOURO ESTADUAL
Acompanhamento	450.500,00		450.500,00	TESOURO ESTADUAL
Subtotal 1			**2.480.326,00**	
RECURSOS HUMANOS				
Educadores	3.291.840,00		3.291.840,00	TESOURO ESTADUAL
Coordenadores de turma	598.752,00		598.752,00	TESOURO ESTADUAL
Coordenadores Geral	480.160,50		480.160,50	TESOURO ESTADUAL
Coordenação Pedagógica	272.383,92		272.383,92	TESOURO ESTADUAL
Subtotal 2			**4.643.136,42**	
TOTAL GERAL			**7.123.462,42**	

9. CONTRAPARTIDA

Não há contrapartida neste projeto.

10. AVALIAÇÃO

METAS	INDICADORES	FONTE	PERIODICIDADE
Organizar 702 turmas com uma média de 20 alfabetizandos/as	Nº de Turmas organizadas por município; Nº de alfabetizandos matriculados por município	Cadastros de turmas e de matrículas	Bimensal
Alfabetizar 14.040 pessoas residentes nos oito municípios	Nº de pessoas alfabetizadas por município	Relatório final do processo	Semestral
Formar a Brigada de Alfabetização	Brigada formada e em funcionamento.	Relatório	Mensal
Capacitar 71 coordenadores/as	Nºde Coordenadores capacitados por município	Relatório	Bimensal
Capacitar 702 alfabetizadores/as	Nº de alfabetizadores capacitados por município	Relatório	Bimensal

ANEXOS

ANEXO 1 – CRONOGRAMA

TABELA 12 - CRONOGRAMA POLITICO PEDAGÓGICO DE EXECUÇÃO DA JORNADA DE ALFABETIZAÇÃO: "SIM, EU POSSO" – CIRCULO DE CULTURA

ATIVIDADES	**Mês 01**	**Mês 02**	**Mês 03**	**Mês 04**	**Mês 05**	**Mês 06**	**Mês 07**	**Mês 08**	**Mês 09**	**Mês 10**
Capacitação da Brigada de Alfabetização.	**X**									
Mobilização nas Regionais (seleção de coordenação de turma, alfabetizadores/as e inscrição dos alfabetizandos/as).	**X**	**X**								
Capacitações Regionais	**X**									
Início do processo de alfabetização por meio do método "Sim, eu posso".		**X**	**X**	**X**						
Círculo de Cultura.					**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	
Reunião da Brigada de Alfabetização.	**X**			**X**			**X**			**X**
Seminários Regionais de Avaliação (2 dias)					**X**					
Seminário Final de Avaliação.										**X**
Balanço dos resultados, sistematização e avaliação final.										**X**

Secretaria de Estado da Agricultura Familiar

Departamento de Educação do Campo

São Luís

2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 Título do Projeto: LEITURA NO CAMPO

1. 2 Órgão Executor:

Secretaria de Estado da Agricultura Familiar / SAF

Departamento de Educação do Campo

1.3 Localização Geográfica: O projeto será desenvolvido em comunidades rurais dos 30 (trinta) municípios integrantes do Plano MAIS IDH: Fernando Falcão, Marajá do Sena, Jenipapo dos Vieiras, Satubinha, Água Doce do Maranhão, Lagoa Grande do Maranhão, São João do Caru, Santana do Maranhão, Arame, Belágua, Conceição do Lago-Açu, Primeira Cruz, Aldeias Altas, Pedro do Rosário, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, São João do Sóter, Centro Novo do Maranhão, Itaipava do Grajaú, Santo Amaro do Maranhão, Brejo de Areias, Serrano do Maranhão, Amapá do Maranhão, Araioses, Governador Newton Bello, Cajari, Santa Filomena do Maranhão, Milagres do Maranhão, São Francisco do Maranhão e Afonso Cunha.

1.4 Período de execução:

Início: Julho de 2015

Término: julho de 2017

1.5 Coordenação do Projeto:

Titular: Ana Cleide Teixeira Barros

Cargo/função: Coordenadora do Departamento de Educação do Campo

Contatos: (98) 98817 – 9200 – saf.anacleide@yahoo.com.br

Suplente: Adelana Maria Freitas Santos

Cargo/Função: Superintendente de Políticas Públicas

Contatos:(98) 98295-9325 – email: adelanamariafs19@gmail.com

2. JUSTIFICATIVA

O Maranhão faz parte da relação de Estados mais pobres do Brasil, muito atrás de outros estados da região nordeste no que se refere ao desenvolvimento e a efetivação de políticas públicas. No que tange à política de educação, essa realidade não é diferente, como demonstra o Censo IBGE de 2010, que apontou o Maranhão como o quarto Estado com pior taxa de analfabetismo do país, com 19,1% das pessoas acima de 15 anos que não sabem ler, nem escrever. E ainda conta com um percentual de 31,7% de pessoas também acima de 15 anos que são analfabetas funcionais.

É considerada analfabeta funcional a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever um simples bilhete, ainda não tem habilidades de leitura para participar da vida social em suas diversas dimensões, por exemplo, a vivência comunitária, as relações no trabalho e na política, entre outros elementos de participação social.

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada em 2008 pelo Instituto Pró-Livro, apontou o aumento nos índices de leitura do brasileiro: o número de livros lidos por pessoa ao ano subiu de 1,7 para 4,7. Em 2012, a pesquisa foi mais ampla, atingindo a população rural, e chegou ao seguinte resultado: a área rural concentra 66% do total de não leitores no país. Frequentemente, os projetos de incentivo à leitura não alcançam as comunidades rurais, embora existam vários projetos de incentivo à leitura em andamento e outros que se ampliam há anos no Brasil.

Historicamente a educação ofertada às populações que vivem no campo sempre foi marcada pela precariedade e atraso. Na contramão dessa velha história, uma política agrária diferente vem sendo estruturada para atender as necessidades dessas populações.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, por meio da Coordenação Geral de Ação Cultural da Secretaria de Reordenamento Agrário – CGAC/SRA vem contribuindo fortemente para a promoção da leitura no meio rural. Esta ação está alinhada à proposta da XIII Conferência Ibérica Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada no ano de 2003 pela Organização dos Estados Ibéricos Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Nesse encontro, o Brasil assinou a declaração de Santa Cruz de La Sierra, em favor do estabelecimento de políticas para o desenvolvimento de comunidades, entre elas, o fomento da leitura para garantir a equidade social no meio rural.

O Programa de Bibliotecas Rurais ARCA DAS LETRAS é uma iniciativa da Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA criado no ano de 2003, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Conforme informações do MDA, ao longo dos 10 anos de existência do Programa no Brasil, até o ano de 2014 apenas 481 bibliotecas foram implantadas no Estado do Maranhão. Essa dificuldade de acesso à leitura é um dos fatores que expressa o alto grau de exclusão da população e baixos indicadores dos municípios de menor IDHM.

A Biblioteca constitui-se de um móvel contendo acervo de literatura de autores nacionais e literatura infantil. Além desses, estão disponíveis também livros técnicos e especializados em administração rural, agricultura familiar, saúde, meio ambiente, livros didáticos de português, matemática, ciências, história, geografia e sociologia. Para o Programa Arca das Letras chegar às comunidades rurais, o MDA articula diversos órgãos federais, estaduais, municipais, organizações não governamentais, movimentos sociais e sindicais para implantar uma política que vem transformando a realidade no meio rural em diversas localidades do país.

Neste contexto, o Programa de Bibliotecas Rurais "Arca das Letras", é um mecanismo de enfrentamento das dificuldades de acesso à informação, tem um papel fundamental na consolidação de práticas sociais que influenciam o resgate cultural, promove a melhoria educacional e aumento da qualidade de vida dos moradores do campo, além de trazer oportunidades para que a população rural tenha acesso ao que existe de mais básico para uma vida digna.

Implantar as bibliotecas nos municípios integrantes do Plano MAIS IDH é uma ação da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SAF que acredita que o acesso à leitura é um forte elemento de transformação social das comunidades rurais. Esta ação configura-se não apenas em materialidade de uma política de leitura de ampla abrangência. Trata-se, particularmente, de uma resposta à necessidade de inclusão de populações que historicamente foram sendo excluídas dos processos de construção do desenvolvimento local.

Fomentar o acesso à leitura nas comunidades rurais é uma ação necessária, pois se espera, indiretamente, influenciar na dimensão educação do IDHM, na medida em que poderá despertar o interesse da população beneficiada para o ingresso e/ ou retorno à educação formal.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Promover a inclusão social das populações de comunidades rurais dos 30 municípios de menor IDHM do Maranhão, por meio do acesso à leitura.

3.2 Objetivos Específicos

- Implantar bibliotecas rurais nos municípios;
- Realizar atividades socioeducativas que estimulem e promovam o acesso à leitura;

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Pessoas de todas as faixas etárias que residam nas comunidades rurais dos municípios integrantes do Plano MAIS IDH.

5. METODOLOGIA

A gestão deste projeto é de responsabilidade da SAF, por meio do Departamento de Educação do Campo. Consiste numa gestão democrática, com a participação da comunidade, voltada para uma perspectiva de desenvolvimento territorial, fortalecimento da convivência comunitária e incentivo das atividades culturais.

As atividades a serem desenvolvidas contarão com a colaboração dos Agentes de leitura, os quais serão voluntários, moradores das comunidades rurais, escolhidos por consulta comunitária, que ficarão responsáveis pelas bibliotecas. Para tanto, receberão orientações em técnicas de organização de livros, manutenção de biblioteca, ampliação de acervos, incentivo à leitura e controle de empréstimo de livros.

A perspectiva metodológica a ser adotada baseia-se na metodologia do Programa Arca das Letras. Para o programa, a leitura é vista como uma prática social, não se resume apenas à educação institucionalizada, é um processo dinâmico e ativo, que implica na capacidade do leitor compreender e refletir sobre o texto, fazendo conexão com as ideias próprias.

Fundamenta-se nos princípios do autor Paulo Freire que acreditava que o processo educativo não é neutro, mas sim de natureza política, e enfatizava a participação crítica e democrática dos educandos como sujeito do conhecimento. Para este autor, a leitura do mundo ou da realidade é anterior à leitura da palavra, o que significa estabelecer conexões entre a linguagem e o contexto de quem fala e de quem lê e escreve. Assim, o ato de ler tem o poder de transformar as pessoas e a sociedade. De acordo com o relato do autor pode-se concluir:

> *A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela (...) podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas, por uma certa forma de "escrevê-lo" ou de "reescrevê-lo", quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente* (FREIRE, 1987).

Para identificar as comunidades que irão receber as bibliotecas, será necessário um processo de mobilização comunitária, envolvendo os atores locais, como: Comitês municipais Mais IDH; membros da comunidade (professores, agricultores familiares, estudantes...) e lideranças comunitárias; pessoas que atuam em ações culturais; representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; representantes das comunidades tradicionais; entre outros.

Após a identificação das comunidades, será realizado um encontro para apresentação do projeto. O objetivo desse primeiro encontro é sensibilizar os participantes sobre a importância da leitura para o desenvolvimento pessoal e coletivo, informá-los sobre a gestão das bibliotecas e fazer uma consulta comunitária para a constituição do acervo de acordo com o público local.

A Consulta Comunitária segue o roteiro básico orientado pelo Programa:

- Apresentar os objetivos do programa ARCA DAS LETRAS e o funcionamento geral da biblioteca, sensibilizando para a importância da leitura e dos livros para o desenvolvimento das pessoas e da comunidade;
- Abrir a conversa com os participantes da reunião, solicitando que comentem sobre o que acham de receber a biblioteca;
- Perguntar se a comunidade tem interesse em receber a biblioteca;
- Perguntar que assuntos interessam à comunidade;

- Perguntar se há escolas funcionando na comunidade;
- Perguntar se há jovens / adultos que saem da comunidade para estudar;
- Solicitar que a comunidade escolha o local mais adequado para instalar a ARCA, lembrando que deve ser de fácil acesso e que a biblioteca funciona melhor na casa de um voluntário, que passa a emprestar os livros em horários previamente combinados, não atrapalhando as atividades domésticas;
- A Biblioteca não deve ficar na Escola, preferencialmente deve ser instalada na comunidade, sendo na casa do agente, na associação ou em local indicado pelos participantes da reunião. Utiliza-se essa dinâmica para que todos da comunidade tenham acesso em qualquer horário e também no fim de semana, inclusive para ter um local para o aluno pesquisar quando a escola estiver fechada;
- Explicar que a Arca das Letras poderá ter uma comissão de Agentes de Leitura, composta por 3 agentes, sendo pelo menos um deles necessariamente morador da casa onde a biblioteca irá funcionar;
- Explicar que os Agentes de Leitura serão capacitados para cuidar da biblioteca e emprestar os livros;
- Preencher o Formulário – Consulta Comunitária para cada comunidade e devolvê-lo e encaminhar ao MDA, para que as informações orientem quanto à seleção dos livros.

A comunidade indicará o Agente de Leitura que irá atuar como responsável pela gestão local da biblioteca. Os agentes serão capacitados por técnicos do Programa Arca das Letras em eventos coletivos organizados pela SAF, em municípios centrais das regionais. Esta sistemática visa à integração dos agentes que dedicam parte do seu tempo livre de forma voluntária para conduzir as atividades que promovam o incentivo à leitura.

O local de funcionamento da biblioteca será identificado com uma placa que deverá ser fixada na área externa, assim, todos que passarem pelo local saberão que ali funciona um espaço onde será possível fazer empréstimo de livros, bem como outras atividades culturais. Os critérios de funcionamento, dias e horários serão definidos em reunião, envolvendo a comunidade e os agentes de leitura.

As bibliotecas serão implantadas contendo acervos selecionados a partir das sugestões dos beneficiários, que devem estar em conformidade com as necessidades

relacionadas à produção, cultura, economia, política, vivência comunitária e outros aspectos locais.

Quadro 1. Demonstrativo de Ações

OPERACIONALIZACÃO			
OBJETIVOS	AÇÕES/ATIVIDADES	PRAZO	
		INÍCIO	TÉRMINO
Implantar bibliotecas rurais nos municípios	Mobilização dos atores locais	Abr/2015	Jan/2017
	Identificação das comunidades	Abr/2015	Jan/2017
	Reunião com as comunidades para aplicar a Consulta Comunitária e identificar os agentes de leitura	Abr/2015	Jan/2017
	Licitação e contratação da empresa para construção dos móveis	Abr/2016	Mai/2016
	Construção dos móveis	Jul/2016	Dez/2016
	Encaminhar os relatórios ao Programa Arca das Letras para montagem dos acervos	Ago/2016	Jan/2017
	Mobilização dos Agentes de leitura para receberem a capacitação do Programa Arca das Letras	Out/2016	Jan/2017
	Realização dos eventos de capacitação Entrega das bibliotecas para as comunidades identificadas	Out/2016 Nov/2016	Mar/2017 Mar/2017
Desenvolver atividades socioeducativas que estimulem e promovam o acesso à leitura	Realização de ações periódicas de incentivo à leitura: empréstimos e leitura de livros, Saral, rodas de leituras, contação de história, dentre outros.	Nov/2016	Jul/2017

A Avaliação das ações do projeto será realizada por meio de contatos semanais via telefone para os agendes de leitura, pela coordenação do projeto, para fazer levantamento do andamento das atividades.

6. IMPACTO

O presente projeto tem impacto direto na educação e indireto em qualidade de vida e renda, uma vez que as bibliotecas implantadas com agentes de leitura capacitados nas comunidades serão indutoras de desenvolvimento de cidadãos mais informados, críticos e mais instrumentalizados para mudar sua realidade.

7. PARCERIAS

- Programa Arca das Letras: fornecimento dos acervos e capacitação dos agentes de leitura.
- Comitês Municipais Mais IDH: Identificação das comunidades.
- STTRs: Identificação das comunidades e consulta comunitária.

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO/ATIVIDADES	VALOR (RS)			FONTE DE RECURSOS
	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	
AÇÕES/ATIVIDADES				
Construção dos 150 móveis		62.500,00	62.500,00	Tesouro Estadual
TOTAL GERAL		**62.500,00**	**62.500,00**	**Tesouro Estadual**

9. CONTRAPARTIDA

Não há contrapartida neste projeto.

10. AVALIAÇÃO

METAS	INDICADORES	FONTE	PERIODICIDADE
Implantar 150 bibliotecas rurais	N° de comunidades selecionadas	Relatório de acompanhamento	Trimestral
	N° de móveis confeccionados	Relatório de acompanhamento	Trimestral
	N° de relatórios de consulta comunitária encaminhados ao Programa Arca das Letras	Relatório de acompanhamento	Trimestral
	N° de agentes de leitura selecionados	Relatório de acompanhamento	Trimestral
	N° de bibliotecas entregues	Relatório de acompanhamento	Trimestral
Atender 3.000 pessoas	Nº de pessoas que acessaram a biblioteca	Relatório de acompanhamento	Trimestral
	N° de atividades socioeducativas	Relatório de acompanhamento	Trimestral
	Nº de pessoas nas atividades socioeducativas	Relatório de acompanhamento	

Saúde e Qualidade de Vida

Secretaria de Estado da Saúde

Secretaria Adjunta de Atenção Primária e Vigilância em Saúde

São Luís

2016

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

1.1. TÍTULO DO PROJETO: Força Estadual de Saúde do Maranhão - FESMA

1.2. ÓRGÃO EXECUTOR: Secretaria de Estado da Saúde – SES/Secretaria Adjunta dePolítica de Atenção Primária eVigilância em Saúde.

1.3. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: As ações serão realizadas nas áreas urbanas e rurais dos 30 municípios integrantes do Plano Mais IDH, distribuídos em 13 das 19 Regiões de Saúde:

- **REGIÃO DE BACABAL:** Marajá do Sena, Conceição do Lago-Açu e Brejo de Areia.
- **REGIÃO DE BARRA DO CORDA:** Jenipapo dos Vieiras, Arame, Itaipava do Grajaú e Fernando Falcão.
- **REGIÃO DE CAXIAS:** Aldeias Altas, São João do Sóter e Afonso Cunha.
- **REGIÃO DE CHAPADINHA:** Água Doce do Maranhão, Araioses, Milagres do Maranhão e Santana do Maranhão.
- **REGIÃO DE ITAPECURU:** Belágua.
- **REGIÃO DE PINHEIRO:** Pedro do Rosário eSerrano do Maranhão.
- **REGIÃO DE PEDREIRAS:** Lagoa Grande do Maranhão, São Raimundo do Doca Bezerra e São Roberto.
- **REGIÃO DE PRESIDENTE DUTRA:** Santa Filomena do Maranhão
- **REGIÃO DE ROSÁRIO:** Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão.
- **REGIÃO DE SANTA INÊS:** Satubinha, São João do Carú e Governador Newton Bello.
- **REGIÃO DE TIMON:** São Francisco do Maranhão.
- **REGIÃO DE VIANA:** Cajari.
- **REGIÃO DE ZÉ DOCA:** Centro Novo do Maranhão e Amapá do Maranhão.

1.4. PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Início: Abril/2015

Término: Dezembro/ 2018

1.5. COORDENAÇÃO DO PROJETO:

TITULAR: Silvia Maria Costa Amorim

TELEFONE: (98) 98899-26662 e (98) 99135-2692

EMAIL: silvia_amorim.amorim@hotmail.com

SUPLENTE: Violeta Maria Soares Filgueiras

TELEFONE: (98) 991001106(Institucional) ou (98)988983109

EMAIL:violetfilgueiras@gamail.com

2. JUSTIFICATIVA

O Sistema Único de Saúde criado pela Constituição Federal de 1989 e regulamentado pela Lei Orgânica da Saúde, a Lei Federal 8080 em 1990, se constitui uma das políticas públicas mais efetivas dos últimos anos. A sua principal diretriz é a universalidade de acesso aos seus serviços.

Ao longo destes anos, é posto o grande desafio de alteração do paradigma da lógica centrada na doença, focada na assistência puramente hospitalar, para uma lógica baseada em estratégias de prevenção e promoção da saúde, vigilância em saúde e, pondo a atenção primária à saúde, organizada e exercendo o seu papel resolutivo e coordenadora e ordenadora do cuidado dos usuários no território de sua responsabilidade e em consonância com as redes de atenção à saúde, existentes no território.

Ampliar o acesso da população às ações e serviços assistenciais, bem como às estratégias de prevenção e promoção da saúde, vigilância e assistência passa cotidianamente, por um forte e contínuo processo de pactuação e negociação entre os três entes federados (Governo Federal, Estados e Municípios), traduzindo-se numa co-gestão da rede de serviços que compõe o sistema de saúde.

O Maranhão tem como missão, apoiar institucionalmente as ações da Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para sua organização, para o funcionamento da Estratégia Saúde da Família (ESF) e da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde - EACS nos termos da Portaria MS nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, que define no seu anexo as Diretrizes Gerais da Atenção Básica assim descrita: Atenção Básica, caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação; Desenvolvida por meio do exercício de práticas de cuidado e gestão, democráticas e participativas, sob a forma de trabalho em equipe; Utiliza tecnologias de cuidado complexas e variadas que devem auxiliar no manejo das demandas e necessidades de saúde de maior frequência e relevância em seu território, observando critérios de risco, vulnerabilidade, resiliência e o imperativo ético de que toda demanda, necessidade de saúde ou sofrimento deve ser acolhida; Considera o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral; dentre outros.

No tocante a competência do Estado para com a Atenção Básica de Saúde, podemos apresentar as de maior importância, inclusive as que justificam a criação da Força

Estadual de Saúde do Maranhão (Fesma): prestar apoio institucional aos municípios no processo de implantação, acompanhamento, e qualificação da Atenção Básica e consolidação da Estratégia Saúde da Família - ESF; definir estratégias de articulação com as gestões municipais do Sistema Único de Saúde – SUS, com vistas à institucionalização da avaliação da Atenção Básica e Vigilância em Saúde; disponibilizar aos municípios instrumentos técnicos e pedagógicos que facilitem o processo de formação e educação permanente dos membros das equipes de gestão e de atenção à saúde; articular instituições, em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde - SMS, para formação e garantia de educação permanente aos profissionais de saúde das equipes de Atenção Básica e das equipes de Saúde da Família; e promover o intercâmbio de experiências entre os diversos municípios, para disseminar tecnologias e conhecimentos voltados à melhoria dos serviços da Atenção Básica.

Como parte da Política Nacional de Atenção Básica e foi implementado pelo Ministério da Saúde com justificativas de natureza política, técnica, econômica, social e cultural com o objetivo de apoiar, incorporar e implementar experiências que já vem sendo desenvolvidas na rede publica de diversos estados e municípios, entre os quais destacam-se aquelas no âmbito da medicina tradicional chinesa, da homeopatia, da fitoterapia, da medicina antroposófica e do termalismo-crenoterapia (BRASIL,2006), dentre as ações a serem desenvolvidas pela Força Estadual de Saúde do Maranhão, inclui-se a fitoterapia clínica cujo objetivo é valorizar as plantas medicinais através da implantação de hortos comunitários e farmácias viva, oferecendo uma medicina alternativa de elevado alcance social.

De acordo com os dados estatísticos do Sistema de Informação de Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde, o Maranhão apresenta um indicador de mortalidade infantil e materna nos seguintes níveis: de cada 1000 (mil) crianças nascidas, 25,06 não sobreviverão ao primeiro ano de vida e a morrem 91 mulheres por causas obstétricas evitáveis. (SIM/SES-MA, 2015).

De acordo com dados do IBGE, censo de 2010, o Estado tem ainda o maior número de crianças entre oito e nove anos de idade analfabetas no país, representando quase 40% das crianças do estado nessa faixa etária que não sabem ler e escrever, enquanto que a média nacional é de 11,5% (IBGE, 2010). A população de grande parte do estado ainda sofre com problemas de saneamento básico e de desnutrição infantil, apresentando altos

índices de desnutrição entre as crianças de zero a cinco anos, de acordo com levantamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), 2012.

Neste quadro sócio sanitário, temos ainda as maiores taxas de internação por complicação e óbitos por doenças cardiovasculares como hipertensão arterial e diabetes mellitus. E as ações, serviços de saúde se apresentam em geral, de forma fragmentada e pouco resolutiva agravando ainda mais o ciclo de pobreza-exclusão-adoecimento. Nesse sentido, há de se pensar em alternativas eficazes com escopo de quebrar esse ciclo perverso e degradante das condições de saúde e qualidade de vida de nossa população. Entre as doenças negligenciadas, o Maranhão é o primeiro estado do Nordeste com a maior prevalência da Hanseníase, e o terceiro do Brasil em números absolutos de novos casos diagnosticados por ano. Em 2014, foram detectados no país 31.064 casos, desses, 15% no Estado do Maranhão. O percentual de cura para esses registros foi de 82%, abaixo da média nacional de 84%. A partir desse cenário é possível pensar-se em intervenções pontuais de impacto nos indicadores de morbidade e mortalidade, sobretudo, com atuação focada na denominada nosologia prevalente, isto é, os agravos que mais frequentemente adoecem e levam a óbitos.

Pretende-se com o foco em 05 prioridades (Redução da Mortalidade Infantil e Materna, Redução de complicações por Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus, Redução na Incidência de casos de Hanseníase) impactar diretamente o indicador Expectativa de vida ao nascer, que compõe a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, IDH-M, em município de menor IDH-M, definidos como prioritários pelo Comitê Gestor do Plano de Ações “Mais IDH”.

Nesse sentido, o Governo do Estado criou a Força Estadual de Saúde do Maranhão-Fesma por meio do Decreto nº 30.616, de 02 de janeiro de 2015 que possui como diretrizes operacionais de atuação: apoiar os municípios quando esgotadas suas capacidades de resposta e em situação de insuficiência na assistência; apoiar a educação permanente; na articulação com as demais instâncias do SUS, na provisão de força de trabalho, de logística e de recursos materiais para assegurar a execução das ações de saúde, como vista a melhoria dos indicadores de saúde destes municípios.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Fortalecer a gestão municipal, a Atenção Primária e Vigilância em Saúde por meio de equipes multidisciplinares a fim de melhorar indicadores de saúde com foco na redução da mortalidade infantil, mortalidade materna, internações por complicações por diabetes mellitus, por hipertensão, além de ampliar o número de contatos por hanseníase examinados.

3.2. Objetivos Específicos

- Fomentar, apoiar tecnicamente e executar medidas e práticas de promoção, prevenção, assistência e vigilância em saúde;
- Apoiar institucionalmente a gestão municipal de saúde;
- Realizar Educação Permanente para os profissionais das equipes multidisciplinares e da rede de saúde local e de políticas públicas municipais afins;
- Fomentar a incorporação do projeto de fitoterapia (Farmácia Viva) nos 30 municípios de menor IDH-M.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

O público beneficiário será prioritariamente pessoas em situação de risco: crianças menores de um ano, gestantes, hipertensos, diabéticos e portadores de hanseníase.

Os participantes do projeto estão distribuídos em 13 Regiões de Saúde incluindo as populações das Zonas Urbanas e Rurais, com cobertura de 422.684 pessoas.

5. METODOLOGIA

A Força Estadual de Saúde do Maranhão -Fesma é um programa de cooperação entre estado e municípios com piores IDHM. O programa foi criado para executar medidas de apoio à gestão, à prevenção, assistência e vigilância em saúde, com foco inicial de atuação na mortalidade infantil; mortalidade materna; diabetes; hipertensão; hanseníase, saúde das populações indígenas e grupos com maior vulnerabilidade.

A Fesma é coordenada pela Secretaria de Estado da Saúde – SES, em conjunto com a Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação de Políticas Públicas. As Regionais de Saúde apoiam tecnicamente as ações desenvolvidas pelas equipes da Fesma nos municípios acompanhando a execução das ações dessas equipes.

A interlocução das equipes da Fesma com a coordenação estadual se dá por meio de Tutorias que são encarregadas de sistematizar e intermediar as demandas das equipes. Os Tutores são técnicos estaduais dos diversos departamentos da Superintendência de Atenção Primária em Saúde.

As equipes da Fesma desenvolvem em conjunto com os municípios ações de:

- Apoio Institucional por meio da implantação de instrumentos de intervenção, com o objetivo de fortalecer o processo trabalho e de reorganização da gestão da Atenção Primária e Vigilância em Saúde;
- Assistência e vigilância em saúde na perspectiva de transmissão de metodologia para fortalecimento da gestão de saúde local.

O desenvolvimento da proposta de trabalho terá como eixo metodológico norteador o fortalecimento da gestão pública compartilhada, estimulando a participação dos sujeitos locais e das instâncias de pactuação, deliberação e controle social (Conselhos Municipais de Saúde, Comitês Municipais Mais IDH, Comissões Intergestoras Regionais - CIR), pautada na realidade concreta dos municípios.

A operacionalização do programa dar-se-á por meio de ações imediatas, o Mutirão de Saúde Mais IDH e o Projeto Piloto para implantação do Programa da Força Estadual de Saúde, e a médio prazo, a implantação do programa com 30 equipes multidisciplinares que atuarão nos municípios.

O Mutirão de Saúde Mais IDH iniciará como a primeira etapa para diagnóstico e articulação com os gestores regionais e municipais, com vistas ao apoio das ações nos municípios. Durante os Mutirões serão realizadas ações de mobilização para a prestação de serviços de saúde, tais como: atendimento médico, odontológico e de enfermagem, com dispensação de medicamentos da Farmácia Básica; avaliação nutricional em estudantes; atividades físicas e educativas; exames laboratoriais e de imagem (mamografia).

O Projeto Piloto será iniciado em junho de 2015 estruturado com seis equipes multidisciplinares, implantado nas Regiões de Saúde de: Região de Caxias – municípios de Afonso Cunha, Aldeias Altas e São João do Sóter; Região de Itapecuru-Mirim - município de Belágua; Região de Pinheiro- município de Pedro do Rosário; e Região de Barra do Corda - município de Jenipapo dos Vieiras.

Os profissionais que atuarão no Programa Força Estadual de Saúde, serão em número de 120 (30 Médicos, 60 Enfermeiros, 04 Cirurgiões Dentistas, 04 Farmacêuticos, 04 Nutricionistas, 04 Psicólogos, 03 Assistentes Sociais, 03 Fisioterapeutas, 03 Educadores Físicos, 03 Terapeutas Ocupacionais, 02 Fonoaudiólogos), para tanto será realizado processo seletivo para provimento desses cargos.

O processo seletivo será executado em duas etapas sendo a primeira de Conhecimentos Gerais e Específicos, e a segunda por meio de Curso de Formação de Profissional onde ao termino da segunda etapa os profissionais aprovados irão contribuir no apoio à gestão municipal para aperfeiçoamento da Atenção Primária e Vigilância em Saúde.

A equipe multidisciplinar deverá planejar, organizar, desenvolver e avaliar ações que respondam às necessidades da comunidade, na articulação com os diversos setores envolvidos na promoção da saúde. As atividades serão iniciadas a partir do diagnóstico situacional do território de atuação, que buscará conhecer a população sob sua responsabilidade sanitária, as ferramentas utilizadas de apoio à gestão municipal será o método de procura de casos e plano de intervenção, o método visa realizar a busca e análise de eventos ocorridos no território, como: óbitos de crianças e de mulheres, internações por complicação de doenças crônicas (Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus) e controle de endemias negligenciadas (Hanseníase).

Para assegurar aos profissionais e usuários a garantia de maior desempenho e maior resolutividade, os procedimentos serão realizados por meio das regras contidas nos protocolos clínicos e operacionais dos programas e agravos, o que possibilitará a uniformização e execução dos procedimentos com maior segurança, efetividade e resolutividade no âmbito dos Sistemas Único de Saúde.

A Força Estadual de Saúde do Maranhão – Fesma caminhará em consonância com o Plano de Ação "Mais IDH", de forma integrada com os diversos órgãos do Governo do Estado, em estreita articulação com os municípios. As ações serão executadas de forma descentralizada e integrada, por meio da conjugação de esforços entre os entes Estado e Município, observadas a intersetorialidade, a transdisciplinaridade, a integralidade, a participação da sociedade civil e o controle social.

Quadro 1: **QUADRO DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES.**

Operacionalização			
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**PRAZO**	
		INÍCIO	**TÉRMINO**
Fomentar, apoiar tecnicamente e executar medidas e práticas de promoção, prevenção, assistência e vigilân-	Elaboração do Termo de Referência - Processo Licitatório da empresa responsável pelo certame.	Jan/2015	Fev/2015
	Elaboração de documentos técnicos e jurídicos para garantia da operacionalização das ações da FESMA, tanto para o suprimento da necessidade de pessoal, quanto de insumos e apoio logísticos.	Jan/2015	Fev/2015
	Realização de Mutirão de Saúde Mais IDH para articulação com os gestores regionais e municipais, assistência e	Mar/2015	Mai/2015

cia em saúde.	educação em saúde.		
	Estruturação do Projeto Piloto em seis municípios.	Jun/2015	Dez/2015
	Realização do diagnóstico situacional do território de atuação, onde buscarão conhecer a população geral e população alvo, equipamentos sociais, sob sua responsabilidade sanitária.	Jul/2015	Set/2015
	Realização Processo Seletivo e contratação para provimento de cargo de 120 profissionais - Fesma inicialmente em 30 municípios do Plano Mais IDH, (30 Médicos, 04 Cirurgiões Dentistas 60 Enfermeiros, 04 Nutricionistas, 04 Psicólogos, 03 Fisioterapeutas, 04 Farmacêuticos, 03 Educadores Físicos, 03 Assistentes Sociais, 02 Fonoaudiólogos e 03 Terapeutas Ocupacionais).	Out/2015	Mar/2016
	Planejamento e programação das metas de média complexidade.	Jan/2016	Mar/2016
	Construção dos fluxos de acesso para as referências e contra referência e instrumentos de regulação na Região de Saúde.	Jan/2016	Mar/2016
	Elaboração de Protocolos técnicos e de Gestão.	Jan/2016	Mar/2016
	Efetivação de parceria técnica, institucional e financeira com entidades governamentais, não governamentais, nacionais e internacionais com interesse em investimentos na Atenção Básica de Saúde.	Jan/2016	Dez/2018
	Realização de Seminários nos municípios para apresentação das Equipes da Fesma para a gestão municipal e população em geral.	Abr/2016	Abr/2016
	Implantação do Programa da Força Estadual de Saúde - Fesma: atividades nos municípios distribuídas em 20h para a assistência à população e 20h para o apoio à gestão (consultas, atendimento multiprofissional, mobilização social, atendimento domiciliar, atividades educativas, capacitação, investigação de óbitos infantis e maternos e outros, reunião da equipe Fesma com equipe local, reunião intersetorial e conselho local e de controle social e participação de atividades dos outros projetos do Programa Mais IDH realizado no município).	Abr/2016	Dez/2018
	Monitoramento das equipes Fesma por meio de Tutorias	Abr/2016	Dez/2018
Apoiar institucionalmente a gestão municipal de saúde	Apoio Institucional por meio da implantação dos instrumentos de intervenção, para fortalecer o processo trabalho e de reorganização da gestão da Atenção Primária e Vigilância em Saúde	Ago/2016	Dez/2018
	Apoio e monitoramento dos sistemas de informação, e capacitação das equipes de operadores de sistemas para consolidação dos dados e dos indicadores.	Jun/2015	Dez/2018
Realizar Educação Permanente para os profissionais das	Oficinas, cursos e seminários para qualificação dos profissionais da Fesma, profissionais da rede de saúde local e das políticas afins.	Abr/2016	Dez/2018
	Oficinas dos Sistemas de Informação em Saúde e do Sis-	Abr/2016	Dez/2018

equipes multidisciplinares e da rede de saúde e de políticas públicas municipais, afins.	tema de Informação da Fesma (SISFESMA).		
	Oficinas de Planificação da Atenção Primária em Saúde com foco no apoio à Gestão.	Jul/2016	Nov/2016
	Oficinas de fitoterapias (Farmácia Viva)	Jul/2016	Dez/2018
Fomentar a incorporação do projeto de fitoterapia (Farmácia Viva) juntamente com os gestores, profissionais de saúde e sociedade civil organizada	Implantação do Projeto de Fitoterapia como linha de ação do aproveitamento da flora medicinal maranhense da Farmácia Viva	Set/2016	Dez/2018

6. IMPACTOS

- 30 municípios com adesão ao Programa da Força Estadual de Saúde - Fesma;
- 30 equipes de profissionais da Fesma implantadas;
- Equipes de profissionais de saúde e de políticas afins municipais capacitadas;
- Indicadores de risco de saúde melhorados;
- Cofinanciamento implantado;
- Projeto de fitoterapia implantado.

7. PARCERIAS

Secretarias Municipais de Saúde: co-responsáveis pelas atividades desenvolvidas pelas equipes multidisciplinares; monitoramento das equipes multidisciplinares;

Secretarias Municipais de Educação: ações de educação em saúde nas escolas;

Secretarias Municipais de Assistência Social: busca ativa e acompanhamento familiar;

Secretaria Estadual de Agricultura Familiar: integração dos técnicos da agricultura com técnicos da saúde para apoio às comunidades nas práticas do cultivos de plantas fitoterápicas;

Comitês Municipais Mais IDH: identificação e mobilização das Comunidades no acompanhamento das ações;

Universidade Federal do Maranhão - UFMA;

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

8. RECURSOS

DESCRIÇÃO/ATIVIDADES		VALOR (RS)			FONTE DE RECURSOS
		CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	
AÇÕES	**ATIVIDADES**				
Execução de medidas para implantação do Programa da Força Estadual de Saúde	Mutirão	375.678,67		375.678,67	Tesouro Estadual
	Projeto Piloto	3.436.928,98		3.436.928,98	
	Diagnóstico Situacional	79.500,00		79.500,00	
	Seleção de Pessoal	1.465.680,00		1.465.680,00	
Realização de Apoiar institucional	Apoio às Equipes da Fesma e Gestão Municipal	255.000,00		255.000,00	
Realização de Educação Permanente	Seminários, Oficinas, Audiências Públicas, Fóruns Comunitários	1.060.000,00		1.060.000,00	
Implantação do Projeto de Fitoterapia	Projeto de Fitoterapia (Farmácia Verde)	200.000,00		200.000,00	
RECURSOS HUMANOS					
Remuneração de profissionais (profissionais de saúde e motoristas)		24.829.302,00		24.829.302,00	Tesouro Estadual
RECURSOS MATERIAIS					
Locação de veículos		1.600.000,00		1.600.000,00	Tesouro Estadual
Combustível		900.000,00		900.000,00	
Medicamentos		9.000.000,00		9.000.000,00	
Materiais Médicos Hospitalares Laboratoriais		1.000.000,00		1.000.000,00	
Equipamentos		500.000,00		500.000,00	
Fardamentos		200.000,00		200.000,00	
Material Gráfico		750.000,00		750.000,00	
Diárias		918.000,00		918.000,00	
Despesas Diversas		400.000,00		400.000,00	
TOTAL		**50.770.089,65**		**50.770.089,65**	

9. CONTRAPARTIDA

Prefeitura dos 30 Municípios: Disponibilidade de Recursos Humanos, Insumos, Materiais de Consumo Diversos, Apoio Institucional e a estrutura física das Unidades Básicas de Saúde para atuação da Força Estadual de Saúde do Maranhão – Fesma e as equipes da Estratégia de Saúde da Família municipais.

10. AVALIAÇÃO

META	INDICADORES	PERIODI-CIDADE	FONTE
1. Implantar a Força Estadual de Saúde do Maranhão – Fesma nos 30 municípios de menor IDHM	Realização de Mutirão de Saúde Mais IDH	3 meses	SES
	Implantação do Projeto Piloto para o Programa da Força Estadual de Saúde	6 meses	SES
	Contratação de empresa para realização da gestão e apoio logístico da Força Estadual de Saúde -Fesma	12 meses	SES/EMSERH
	Realização de seletivo para contratação de profissionais da equipe da Fesma	4 meses	SES/EMSERH
	Diagnóstico situacional do território de atuação da Fesma	2 meses	SES/EMSERH
	Apoio e monitoramento das ações e indicadores de saúde locais, por meio de sistema de informação	Bimestral	SES/EMSERH
2. Executar medidas e práticas de promoção, prevenção, assistência e vigilância em saúde.	Realização de atendimento para população geral		SISFESMA
	Realização de ações de educação em saúde para população em geral	Mensal	SISFESMA
	Realização de atendimento para crianças na faixa etária de 0 a 9 ano	Mensal	SISFESMA
	Realização de atendimento para Gestantes	Mensal	SISFESMA
	Realização de atendimento para Hipertensos	Mensal	SISFESMA
	Realização de atendimento para Diabéticos	Mensal	SISFESMA
	Realização de exames para contatos de portadores de hanseníase	Mensal	SINAN

3. Apoiar institucionalmente a gestão municipal de saúde	Implantação de planos de intervenção	Anual	SES
4. Educação Permanente para os profissionais das equipes multidisciplinares e da rede de saúde e de políticas públicas municipais, afins, no 30 municípios	Realização de Oficinas, Cursos e Seminários para qualificação dos profissionais da Fesma, profissionais da rede de saúde local e das políticas afins.	Trimestral	SES
5. Implantar projeto de fototerapia (Farmácia Viva) nos 30 municípios de menor IDH-M	Implantação de projeto de fitoterapia (Farmácia Viva)	Anual	SES
6. Melhorar os resultados do Pacto de Indicadores nos 30 municípios	Número de óbitos em menores de um ano	Anual	SIM
	Número de óbitos materno em determinado período e local de residência	Anual	SIM
	Taxa de internação por complicações de Hipertensão Arterial	Anual	SIA/SIH
	Proporção de Internação por complicações por diabetes melitus	Anual	SIA/SIH
	Proporção de nascidos vivos de mães com sete consultas ou mais no pré-natal.	Anual	SINAN
	Proporção de contatos intradomiciliares de casos novos de hanseníase examinados	Mensal	SINAN

Ano Base: 2013

ANEXOS

TABELA 1 - População residente em nos 30 municípios prioritários, de menor IDH-M distribuídos em 13 Regionais de Saúde, Estado do Maranhão, 2015.

MUNICÍPIO	POP. 2012/MS	REGIÃO DE SAÚDE	Pop. p/ Região
Brejo de Areia	4.997	BACABAL	27.925
Conceição do Lago-Açu	15.116		
Marajá do Sena	7.812		
Arame	32.012	BARRA DO CORDA	70.756
Fernando Falcão	9.664		
Itaipava do Grajaú	13.214		
Jenipapo dos Vieiras	15.866		
Afonso Cunha	6.136	CAXIAS	48.829
Aldeias Altas	24.942		
São João do Sóter	17.751		
Água Doce do Maranhão	11.964	CHAPADINHA	76.576
Araioses	44.049		
Milagres do Maranhão	8.260		
Santana do Maranhão	12.303		
Belágua	7.039	ITAPECURU	7.039
Lagoa Grande do Maranhão	12.606	PEDREIRAS	31.948
São Raimundo do Doca Bezerra	5.801		
São Roberto	6.238		
Santa Filomena	7.303	PRESIDENTE DUTRA	7.303
Pedro do Rosário	23.658	PINHEIRO	34.288
Serrano do Maranhão	10.630		
Primeira Cruz	14.478	ROSÁRIO	29.057
Santo Amaro do Maranhão	14.579		
Governador Newton Bello	10.246	SANTA INÊS	38.715
Satubinha	12.705		
São João do Caru	15.764		
São Francisco do Maranhão	12.033	TIMON	12.033
Cajari	18.764	VIANA	18.764
Amapá do Maranhão	6.631	ZÉ DOCA	26.754
Centro Novo do Maranhão	20.123		

Fonte: DATASUS

TABELA 2 - População residente por gênero, nos 30 municípios prioritários de menor IDH-M, Estado do Maranhão, 2015.

MUNICÍPIO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Afonso Cunha	3.088	3.048	6.136
Água Doce do Maranhão	6.206	5.758	11.964
Aldeias Altas	12.905	12.037	24.942
Amapá do Maranhão	3.395	3.236	6.631
Araioses	22.783	21.266	44.049
Arame	16.712	15.300	32.012
Belágua	3.700	3.339	7.039
Brejo de Areia	2.560	2.437	4.997
Cajari	9.719	9.045	18.764
Centro Novo do Maranhão	10.644	9.479	20.123
Conceição do Lago-Açu	7.811	7.305	15.116
Fernando Falcão	5.063	4.601	9.664
Governador Newton Bello	5.164	5.082	10.246
Itaipava do Grajaú	6.798	6.416	13.214
Jenipapo dos Vieiras	8.185	7.681	15.866
Lagoa Grande do Maranhão	6.626	5.980	12.606
Marajá do Sena	4.271	3.541	7.812
Milagres do Maranhão	4.263	3.997	8.260
Pedro do Rosário	12.303	11.355	23.658
Primeira Cruz	7.716	6.762	14.478
Santa Filomena do Maranhão	3.781	3.522	7.303
Santana do Maranhão	6.349	5.954	12.303
Santo Amaro do Maranhão	7.741	6.838	14.579
São Francisco do Maranhão	6.088	5.945	12.033
São João do Carú	8.111	7.653	15.764
São João do Soter	9.074	8.677	17.751
São Raimundo do Doca Bezerra	3.029	2.772	5.801
São Roberto	3.235	3.003	6.238
Satubinha	6.533	6.172	12.705
Serrano do Maranhão	5.678	4.952	10.630

Fonte:IBGE,2012

TABELA 3 - População residente por faixa etária, nos 30 municípios prioritários de menor IDH-M, Estado do Maranhão, 2015.

MUNICÍPIO	MENOR 1 ano	1 A 4	5 A 9	10 A 14	15 A 19	20 A 29	30 A 39	40 A 49	50 A 59	60 A 69	70 A 79	80 e +	TOTAL
Afonso Cunha	115	621	767	762	696	1.048	740	538	393	256	123	77	6.136
Água Doce do Maranhão	194	942	1.281	1.238	1.284	2.221	1.604	1.160	775	677	415	173	11.964
Aldeias Altas	537	2.547	2.906	2.825	2.474	4.680	2.956	2.266	1.701	1.170	607	273	24.942
Amapá do Maranhão	155	544	861	878	688	1.214	813	569	392	330	142	45	6.631
Araioses	721	3.485	4.526	4.946	4.419	8.189	5.889	4.094	3.140	2.435	1.494	711	44.049
Arame	666	3.028	4.062	3.867	3.527	6.044	3.872	2.711	1.864	1.337	688	346	32.012
Belágua	180	778	958	1.076	773	1.204	730	562	386	201	119	72	7.039
Brejo de Areia	83	371	631	694	578	863	612	463	349	201	95	57	4.997
Cajari	340	1.580	2.238	2.178	2.011	3.602	2.394	1.541	1.366	815	463	236	18.764
Conceição do Lago Açu	323	1.529	1.992	1.934	1.460	2.657	1.960	1.172	1.050	568	361	110	20.123
Centro Novo do Maranhão	421	1.902	2.612	2.550	1.944	4.149	2.781	1.670	1.032	700	294	68	15.116
Fernando Falcão	223	933	1.191	1.239	1.138	1.666	1.217	820	555	376	197	109	9.664
Governador Newton Bello	214	910	1.235	1.215	1.101	1.919	1.294	909	633	468	234	114	10.246
Itaipava do Grajaú	273	1.247	1.523	1.652	1.539	2.515	1.550	1.127	758	617	295	118	13.214
Jenipapo dos Vieiras	385	1.540	1.934	1.893	1.774	2.815	2.121	1.366	789	633	411	205	15.866
Lagoa Grande do Maranhão	233	1.109	1.607	1.570	1.499	2.203	1.499	1.154	836	530	243	123	12.606
Marajá do Sena	159	739	1.020	1.077	950	1.256	1.115	666	471	238	85	36	7.812
Milagres do Maranhão	140	778	1.085	1.027	797	1.491	1.053	598	617	362	213	99	8.260
Pedro do Rosário	543	2.380	3.006	2.765	2.354	4.443	2.726	2.096	1.486	1.022	599	238	23.658
Primeira Cruz	293	1.316	1.861	1.961	1.570	2.402	1.837	1.158	907	627	332	214	14.478
Santa Filomena do MA	143	591	765	915	803	1.251	1.014	657	533	375	176	80	7.303
Santana do Maranhão	180	904	1.361	1.568	1.343	2.444	1.597	959	785	626	380	156	12.303
Santo Amaro do Maranhão	276	1.390	1.803	1.896	1.670	2.849	1.766	1.076	804	591	298	160	14.579
São Francisco do Maranhão	173	803	1.154	1.366	1.181	1.992	1.574	1.223	1.056	826	488	194	12.033
São João do Carú	332	1.423	2.072	2.098	1.668	2.842	2.036	1.266	944	601	369	113	15.764

MUNICÍPIO	MENOR 1 ano	1 A 4	5 A 9	10 A 14	15 A 19	20 A 29	30 A 39	40 A 49	50 A 59	60 A 69	70 A 79	80 e +	TOTAL
São João do Soter	324	1.680	2.254	2.078	1.635	2.770	2.055	1.566	1.468	1.022	637	262	17.751
São Raimundo do Doca Bezerra	99	457	634	696	691	1.061	728	532	431	286	124	62	5.801
São Roberto	132	552	575	709	707	1.211	951	590	349	275	131	56	6.238
Satubinha	241	1.142	1.638	1.594	1.314	2.383	1.758	1.064	710	459	287	115	12.705
Serrano do Maranhão	221	943	1.308	1.269	994	1.833	1.351	906	852	521	292	140	10.630
TOTAL	**8.452**	**38.837**	**51.570**	**52.168**	**45.202**	**77.954**	**53.605**	**36.586**	**27.197**	**18.927**	**10.490**	**4.763**	**422.684**

Fonte: IBGE 2012

RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS E QUIPAMENTOS UTILIZADOS NO PROGRAMA FORÇA ESTADUAL DE SAÚDE

MEDICAMENTOS	
AAS 100 mg	Glibenclamida 5 mg
Ácido Fólico 5 mg	Hidroclorotiazida 25 mg
Albendazol 150mg	Losartana Potássica 100 mg
AlbendazolSusp.	Losartana Potássica 50 mg
Ambroxol Inf.	Mebendazol Susp. 20 mg/ml
Amoxicilina Susp. 250 mg/ml	Metformina 850 mg
Captopril 25 mg	Metildopa 250 mg
Cefalexina 250 mg/ml	Metronidazol 250 mg
Cefalexina 500 mg	Metronidazol creme vag.
Cetoconazol 200 mg	Metronidazol Susp.
Cetoconazol Creme	Neomicina Pomada
Ciprofloxacino 500 mg	Nistatina Creme vg.
Dexametasona Creme	Paracetamol 500 mg
Dexclofenriramina0,4mg/ml solução oral	Paracetamol Gts
Diclofenaco de Sódico 50 mg	Penicilina Benzatina 1.200UI
Dipirona 500 mg	SabultamolSusp
Dipirona Gotas	Sulfametoxazol TrimetropimSusp 250mg
Dramin B6	Sulfato Ferroso CPR
Enalapril 10 mg	Sulfato Ferroso GTS
Fluconazol comp. 150mg	
INSUMOS	**EQUIPAMENTOS**
Álcool a 70%	Estetoscópio para uso Adulto
Álcool Gel	Estetoscópio para uso Infantil
Algodão Hidrófilo	Estetoscópio de Pinard
Aparelho para teste de glicemia	Tenciômetro para uso Adulto
Descartex 11Litros	Tenciômetro para uso Infantil
Gases	Tenciômetro para usos Obesos
Lanceta Digital	Detector Fetal
Luvas	Antopometro
Mascaras	Balança tipo banheiro
Tira reagente para glicemia	Fita métrica
Tiras reagente para proteinuria	
Tiras reagente para teste de gravidez	

Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano

Secretaria Adjunta de Habitação

São Luís

2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

- **Título do Projeto:** Minha Casa, Meu Maranhão

1.2 Órgão Executor:

Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano - SECID

Secretaria Adjunta de Habitação - SAHAB

1.3 Localização Geográfica:

MUNICÍPIO	POVOADO	Nº DE HABITAÇÕES PLANEJADAS
Santana do Maranhão	Morros	24
	Canto Sujo	09
	Coqueiro do Magú	03
	Canto da Ilha	04
	Riachão	54
	São João	06
Total de Habitações Planejadas em Santana do Maranhão		**100**
Belágua	Piquizeiro	50
	Juçaral dos Mendes	21
	Anajá	08
	Preazinho	12
	Pilões	05
Total de Habitações Planejadas em Belágua		**96**
Marajá do Sena	Chapada Grande	35
	Centro dos Lopes	03
	Novo Marajá	62
Total de Habitações Planejadas em Marajá do Sena		**100**
Cajari	São Miguel	50
	Gameleira	58
Total de Habitações Planejadas em Cajari		**108**
Santa Filomena	Grota de Laje	42
	Mato Verde	17
	Faveira	20

	Formosa	21
Total de Habitações Planejadas em Santa Filomena		**100**
Amapá do Maranhão	Curtiçal	36
	Bela Vista	23
	Vertente	10
	Nova Vida	31
Total de Habitações Planejadas em Amapá do Maranhão		**100**
Serrano do Maranhão	Portinho	50
	Olho D'Água	26
	Sindim	11
	Vila Nova	13
Total de Habitações Planejadas em Serrano do Maranhão		**100**
Lagoa Grande do Maranhão	Marajá do Encontro	31
	Vila Davi	11
	Lagoa do Encontro	58
Total de Habitações Planejadas em Lagoa Grande do Maranhão		**100**
Água Doce do Maranhão	Iguajiru	11
	Freixeiras	38
	Coqueiro	51
Total de Habitações Planejadas em Água Doce do Maranhão		**100**
Araioses	Matinha	44
	Baixão das Palmeiras	56
Total de Habitações Planejadas em Araioses		**100**
Conceição do Lago Açu	Centrinho	43
	Lapela	30
	Alto da Paz	27
Total de Habitações Planejadas em Conceição do Lago Açu		**100**
Satubinha	Encruzilhada	40
	Bacuri	16
	Sapucaia do Albino	30
	Sumauma / Tapera	14
Total de Habitações Planejadas em Satubinha		**100**
São João do Sóter	Porção	48
	Cabeceira II	26

	Santo Antonio	26
Total de Habitações Planejadas em São João do Sóter		**100**
Afonso Cunha	Posse Loloia	78
	Vila Santa Maria	22
Total de Habitações Planejadas em Afonso Cunha		**100**
Governador Newton Bello	Santa Luzia	46
	Marajá	50
Total de Habitações Planejadas em Governador Newton Bello		**96**
TOTAL DE HABITAÇÕES PLANEJADAS		**1.500**

1.4 Período de Execução:

Início: Maio/2015

Término: Fevereiro/2017

1.5 Coordenação do Projeto:

Titular: Jorge Carlos Araújo de Araújo

Cargo: Chefe do Departamento de Organização Social

Telefone: (98) 3133 1400

Email: jorgecarlosaa@hotmail.com

Suplente: Rafael de Araújo Santos

Cargo: Supervisor do Fundo Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano

Telefone: (98) 3133 1400

E-mail: rafaelsan00@hotmail.com

2. JUSTIFICATIVA

A dificuldade de acesso a condições de moradia digna e adequada é um problema que hoje atinge grande parcela da população brasileira, principalmente as camadas de baixa renda, como consequência de uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais.

Estimativas produzidas pela Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do **IPEA (2013)** indicam que o déficit habitacional brasileiro é de 8,8% em 2011, segundo dados consolidados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Do-

micílios (PNAD/IBGE,2010) o que em números absolutos significa 5,4 milhões de moradias.

O déficit habitacional se caracteriza quando há pelo menos uma das quatro situações seguintes: domicílios precários (rústicos ou improvisados); situação de coabitação (famílias conviventes, com intenção de se mudar ou residentes em cômodos); domicílios cujo valor do aluguel é superior a 30% da renda domiciliar total (excedente de aluguel); e domicílios alugados com mais de três habitantes utilizando o mesmo cômodo (adensamento excessivo).

O déficit habitacional no Estado do Maranhão é de aproximadamente 483 mil unidades. Destas, estima-se que 289 mil estejam nas zonas rurais dos municípios. Desse total, 342.743 habitações são consideradas precárias; 81.102 moradias são coabitadas; 43.951 habitações têm valor alto de aluguel (correspondente a 30% ou mais da renda familiar) e 14.401 são ocupadas por mais de três moradores em cada dormitório.

Ainda segundo o IBGE, o Maranhão também é o estado que possui maior índice de casas de taipa e de palha, bem como apresenta o menor índice de habitações com esgotamento sanitário.

Nos municípios que integram o Plano Mais IDH esta realidade não é diferente, o que nos revela a importância de políticas sociais como forma de garantir melhores condições de vida à população. Cerca de 90% dos habitantes dos municípios contemplados na primeira etapa do Projeto estão em situação de pobreza e aproximadamente 70% das pessoas com mais de 18 anos possuem apenas o ensino fundamental e ocupação informal de trabalho (Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD).

O Plano Mais IDH tem por finalidade alterar o quadro de extrema pobreza e desigualdades sociais no meio urbano e rural dos municípios de menor IDHM e a construção de moradias dignas é condição *sine qua non* para o êxito do referido Plano, considerando seus impactos na melhoria da qualidade de vida e, particularmente, da longevidade da população.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Prover o acesso a habitabilidade digna para a população rural, visando à melhoria da sua qualidade de vida.

3.2 Objetivos Específicos:

- Diminuir os déficits habitacionais da população rural dos municípios do Plano MAIS IDH;
- Desenvolver ações sócio-educativas que possibilitem, aos beneficiários, uma intervenção crítica e qualificada frente às questões do cotidiano, despertando-os para o exercício da cidadania;
- Promover curso de capacitação de Geração de Trabalho e Renda, respeitando os interesses e as potencialidades produtivas e de mercado.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda bruta anual de até R$ 15.000,00 (quinze mil reais) e residentes em moradias com pouca ou nenhuma condição de habitabilidade, nas zonas rurais dos quinze municípios contemplados, inicialmente, pelo projeto.

5. METODOLOGIA

A coordenação e monitoramento deste projeto serão de responsabilidade da Secretaria Estadual das Cidades e Desenvolvimento Urbano - SECID, que atuará na fiscalização das obras, validação dos relatórios de medição e acompanhamento, monitoramento e análise dos indicadores de desempenho.

A execução das obras e o trabalho técnico social serão licitados e de responsabilidade da empresa contratada.

O acompanhamento das etapas de execução e o controle social do projeto, no âmbito municipal, serão realizados pelo Comitê Municipal do Mais IDH, mobilizando as

famílias, lideranças comunitárias, identificando possíveis conflitos ou entraves que sejam nocivos ao bom andamento do projeto e a correta aplicação dos recursos.

Os beneficiários contemplados não terão ônus, sendo as habitações e demais atividades planejadas totalmente custeadas pelo Governo do Estado do Maranhão.

As famílias foram selecionadas com base em critérios técnicos, previamente estabelecidos pela equipe do Governo do Estado do Maranhão, considerando a viabilidade de construção das unidades habitacionais. A situação documental dos terrenos e o acesso aos povoados, previamente selecionados, também foram critérios utilizados para a seleção dos beneficiários.

Além destes, outros critérios foram utilizados para a definição das famílias, quando das visitas às localidades pela equipe técnica:

- Terem Renda Bruta Anual de até R$ 15.000,00;
- Serem residentes na zona rural dos municípios;
- Serem agricultores familiares e trabalhadores rurais;
- Existência de pessoas com deficiências ou idosos, na família;
- Mulheres chefes de família;
- Terem moradia de taipa coberta de palha ou ausência de moradia.

OPERACIONALIZAÇÃO			
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**PRAZO**	
		INÍCIO	**TÉRMINO**
Diminuir os déficits habitacionais da população rural dos municípios do Plano Mais IDH Desenvolver ações socioeducativas que possibilitem, aos beneficiários, uma intervenção crítica e qualificada frente às questões do cotidiano, despertando-os para o exercício da cidadania	Licitar o Projeto de Engenharia	Maio/2015	Jun/2016
	Execução das Obras Civis	Mar/2016	Fev/2017
	Fiscalização das Obras	Abr/2016	Fev/2017
	Ações de Mobilização e Organização Comunitária	Abr/2016	Fev/2017
	Ações de Educação Sanitária, Ambiental e Patrimonial	Abr/2016	Fev/2017
	Ações de Educação Financeira	Abr/2016	Fev/2017
	Ações de Pós-ocupação	Abr/2016	Fev/2017

Promover curso de capacitação de Geração de Trabalho e Renda, respeitando os interesses e as potencialidades produtivas e de mercado.	Ações de Capacitação de Geração de Trabalho e Renda	Out/2016	Fev/2017

O projeto visa o aproveitamento da mão de obra local, onde serão identificadas as disponibilidades em cada município e povoado, sendo realizadas também ações de qualificação com o objetivo de gerar trabalho e renda durante o período de execução das atividades, minimizando a falta de oportunidades dos mercados locais.

O processo de avaliação será realizado durante todas as etapas do projeto, sendo uma constante ao final de cada marco planejado. As avaliações serão realizadas mediante relatórios entregues pelas empresas contratadas, consultas diretas à população beneficiária e acompanhamento da evolução dos indicadores previamente planejados.

6. IMPACTOS

- Acesso garantido a moradias dignas para a população rural;
- Melhoradas as condições básicas de higiene e segurança, proporcionando mais qualidade de vida;
- Geradas oportunidades de trabalho e renda, por meio do aproveitamento e qualificação da mão de obra local;
- Garantido o exercício da cidadania pelo direito à moradia digna.

O resultado do projeto impactará diretamente no indicador Longevidade, do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, que nos municípios contemplados nesse primeiro momento, por este Projeto**,** configuram-se como a seguir:

MUNICÍPIO	IDHM*	INDICADOR LONGEVIDADE*
Santana do Maranhão	0,510	0,758
Belágua	0,512	0,707
Marajá do Sena	0,452	0,774
Cajari	0,523	0,747
Santa Filomena	0,525	0,722
Amapá do Maranhão	0,520	0,688
Serrano do Maranhão	0,519	0,735
São João do Sóter	0,517	0,711
Afonso Cunha	0,529	0,725
Governador Newton Bello	0,521	0,718
Lagoa Grande do Maranhão	0,502	0,731
Água Doce do Maranhão	0,500	0,697
Araioses	0,521	0,709
Conceição do Lago Açu	0,512	0,738
Satubinha	0,493	0,720

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD.

7. PARCERIAS

A parceria é fundamental para o bom desempenho e concretização das ações do Projeto. Serão parceiros deste projeto:

- Secretarias das Prefeituras Municipais, especialmente as Secretarias de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente – apoio técnico dos profissionais para realização das atividades voltadas ao desenvolvimento sócio-econômico-ambiental;
- Comitês Municipais do Plano Mais IDH - acompanhar o desenvolvimento das ações do Projeto e apoiar na mobilização comunitária;
- Secretaria de Estado de Agricultura Familiar - capacitar grupo de famílias, beneficiárias, para incremento da produção local (Ater e Fomento);

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - responsável pelo Abastecimento de Água nos povoados dos Municípios que ainda não possuem.

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO / ATIVIDADES	VALOR R$			FONTE DE RECURSOS
	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	
AÇÕES				
Execução do Projeto Técnico de Engenharia – Construção das Unidades Habitacionais	-	42.750.000,00	42.750.000,00	FUMACOP
Execução do Projeto Técnico Social – Ações Sócio-educativas e Curso de Geração de Trabalho e Renda	-	750.000,00	750.000,00	FUMACOP
TOTAL	**-**	**43.500.000,00**	**43.500.000,00**	**FUMACOP**

10. AVALIAÇÃO

Seguem abaixo os indicadores planejados:

METAS	INDICADORES		FONTE	PERIODICIDADE
Construir 1.500 unidades habitacionais em 15 municípios	1	% de habitações entregues		
		% de moradias inadequadas substituídas por município	Relatórios de Medição e Fiscalização de Obras	Trimestral
Realizar atividades sócio-educativas com todas as famílias	2	% de Ações Sócio-educativas Realizadas	Relatórios de Medição e Acompanhamento	Trimestral

contempladas				
Realizar capacitação de Geração de Trabalho e Renda com pelo menos um membro de cada família contemplada	3	% de famílias qualificadas, por município.	Relatórios de Medição e Acompanhamento	Trimestral
		% de mão de obra local contratada.		

Fórmulas de Cálculo dos Indicadores:

1 – Número de Habitações planejadas / Número de Habitações Entregues;

2 – Número de Ações Sócio-educativas planejadas / Número de Ações Sócio-educativas realizadas;

3 – Número de Cursos de Geração de Trabalho e Renda planejados / Número de Cursos de Geração de Trabalho e Renda realizados;

4 - Número de residentes locais qualificados/ Número de residentes locais contratados

Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão

Diretoria de Engenharia e Meio Ambiente

São Luís

2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 Título do projeto: Abastecimento de água tratada com rede plena de distribuição.

1.2 Órgão executor: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA/Diretoria de Engenharia e Meio Ambiente – DE.

1.3 Localização geográfica: O projeto será executado nas sedes dos municípios abrangidos pelo Plano MAIS IDH. Destes, são operados pela CAEMA: Arame, Conceição do Lago Açu, Primeira Cruz, Aldeias Altas, Araioses, Gov. Newton Belo, Cajari, Santa Filomena, São Francisco do Maranhão, Afonso Cunha, Satubinha. Os não operados pela CAEMA são: Fernando Falcão, Marajá do Sena, Jenipapo dos Vieiras, Água Doce do Maranhão, Lagoa Grande do Maranhão, São João do Caru, Santana do Maranhão, Belágua, Pedro do Rosário, São Raimundo Doca Bezerra, São Roberto, São João do Sóter, Centro Novo, Itaipava do Grajaú, Santo Amaro, Brejo de Areia, Serrano do Maranhão, Amapá do Maranhão e Milagres do Maranhão.

1.4 Período de execução:

Início: Fevereiro / 2015

Término Dezembro / 2016

1.5. Coordenação do projeto:

Titular: José Luiz Ribeiro Bastos

Cargo: Diretor de Engenharia e Meio Ambiente

Contato: 99115-4489/3219-5104; e-mail: jlrb05@gmail.com

Suplente Sérgio Pereira dos Anjos Neto

Função: Chefe da Assessoria da Diretoria de Engenharia e Meio Ambiente

Contato: 99973-0085 e-mail: sdosanjosneto@gmail.com

2. JUSTIFICATIVA

A indisponibilidade de água tratada leva o ser humano a consumir água de fontes alternativas de qualidade duvidosa (não potável), o que pode causar prejuízo à sa-

úde, com transmissão de doenças de veiculação hídrica, tais como: cólera, doenças diarreicas agudas, giardíase, hepatite A, amebíase, febre tifoide, dentre outras. Esta realidade se agrava nos municípios de menor IDHM.

A rede de abastecimento de água no país atende em média 82% dos domicílios existentes nas sedes municipais. No Nordeste esse índice diminui para 68% e, no Maranhão, para 65,8% (IBGE, 2010). No universo dos 30 municípios de menor IDHM do Maranhão, 22 estão abaixo do índice estadual e 13 atendem a menos de 50% das residências, conforme dados do Diagnóstico Preliminar do Plano de Ação MAIS IDH (IMESC, 2015).

Para enfrentar as situações de extrema pobreza no Maranhão, o Governo do Estado instituiu, por meio do Decreto nº 30.612 de 12 de Janeiro de 2015, o Plano MAIS IDH que, dentre outras ações, consta a ampliação da cobertura dos serviços públicos de saneamento, mediante a ampliação dos sistemas já existentes, objetivando atender a 100% das populações residentes nas sedes dos 30 municípios constantes do mencionado Plano.

A longevidade é uma das dimensões que compõem o IDHM, sendo também determinada pela qualidade de vida influenciada por um ambiente ecologicamente equilibrado. Assim, a relação entre índices de saúde e condições ambientais de um território indica o quadro de saúde da sua população, impactando diretamente a *Expectativa de Vida ao Nascer*, indicador da Longevidade.

O tema saneamento básico, especificamente o abastecimento de água, é importante para análise de uma realidade epidemiológica, pois são inúmeras as doenças relacionadas diretamente ao uso e qualidade da água consumida.

A expansão de Sistemas de abastecimento de água tratada, para o atendimento pleno às populações residentes, irá se constituir em um importante fator para a melhoria dos indicadores de saúde, sendo possível, sobretudo, assegurar dignidade a essa população com acesso à água potável e conseqüente diminuição no número de doenças de veiculação hídrica, contribuindo para a mudança de realidade nas sedes dos 30 municípios de menor IDHM do Maranhão.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Ampliar os sistemas de abastecimento de água tratada para atendimento pleno das populações residentes nas sedes dos 30 municípios integrantes do Plano MAIS IDH.

3.2 Objetivos Específicos

- Ampliar sistemas de abastecimento de água nas sedes municipais não operadas pela CAEMA;
- Ampliar os sistemas de abastecimento de água nas sedes municipais operadas pela CAEMA;
- Desenvolver ações socioeducativas, ambientais e sanitárias para o exercício da cidadania da população beneficiada.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

O público beneficiário deste projeto será 100% dos domicílios da área urbana das sedes municipais dos 30 municípios do Plano MAIS IDH.

	Municípios	Domicílios
1.	Afonso Cunha	1.022
2.	Água Doce do Maranhão	1.051
3.	Aldeias Altas	4.259
4.	Amapá do Maranhão	1.629
5.	Araioses	3.777
6.	Arame	3.923
7.	Belágua	1.099
8.	Brejo de Areia	960
9.	Cajari	1.339
10.	Centro Novo do Maranhão	1.858
11.	Conceição do Lago Açu	2.143
12.	Fernando Falcão	509
13.	Gov. Newton Bello	1.341
14.	Itaipava do Grajaú	1.428
15.	Jenipapo dos Vieiras	853
16.	Lagoa Grande do Maranhão	1.850
17.	Marajá do Sena	389
18.	Milagres do Maranhão	592
19.	Pedro do Rosário	1.983
20.	Primeira Cruz	1.341
21.	Santa Filomena do Maranhão	895

22.	Santana do Maranhão	620
23.	Santo Amaro do Maranhão	1.215
24.	São Francisco do Maranhão	1.501
25.	São João do Carú	2.130
26.	São João do Sóter	2.226
27.	São Raimundo Doca Bezerra	583
28.	São Roberto	957
29.	Satubinha	1.223
30.	Serrano do Maranhão	1.421
Total		**46.117**

Fonte: Caema

5. METODOLOGIA

Os sistemas de abastecimento de água atualmente operados pelo próprio município, após ampliação realizada pela CAEMA, passarão a ser operados pela Companhia mediante Contrato de Concessão. Esse processo já se encontra em andamento. Assim, em todas as sedes municipais será implantado um escritório da CAEMA com a finalidade de atender a comunidade local, prestando serviço nas áreas administrativa, operacional, comercial e de atendimento ao público.

O Projeto de Engenharia ampliará o Sistema de Abastecimento de Água, o que possibilitará melhorias consideráveis na distribuição e tratamento da água. Mas, é importante que a população tenha consciência da adequada utilização e conservação deste serviço, como elemento fundamental para a melhoria das condições de saúde pública e preservação do meio ambiente enquanto garantia de direitos.

Para que essa mudança de postura aconteça é imprescindível que a implementação do Trabalho Social ocorra simultaneamente às obras, a fim de que se possa trabalhar aspectos culturais e comportamentais da população atendida, garantindo a sustentabilidade das ações implantadas.

Este Trabalho Social prevê atividades relacionadas a três eixos básicos:

- Mobilização e Organização Comunitária;
- Educação Sanitária e Ambiental;
- Geração de Trabalho e Renda.

A **mobilização e organização comunitárias** favorecerão a participação efetiva das famílias em todas as fases do projeto, promovendo o seu empoderamento. O tra-

balho prevê reuniões com as organizações e lideranças comunitárias e Comitê Municipal MAIS IDH em todas as ações.

A **educação sanitária e ambiental** terá como foco a adoção de novos hábitos de higiene, o uso responsável e conservação dos equipamentos implantados. Será desenvolvida por meio de eventos de sensibilização e capacitação de agentes multiplicadores, além de campanhas educativas.

A **geração de trabalho e renda** será centrada na qualificação da mão de obra local, não especializada, com ofertas de cursos profissionalizantes que estimulem ao empreendedorismo e oportunize a inserção no mercado de trabalho. Será também identificada a mão de obra local qualificada para inserção nas obras de ampliação dos sistemas.

As atividades da operacionalização estão descritas conforme quadro abaixo:

OPERACIONALIZAÇÃO			
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**PRAZO**	
		INÍCIO	**TÉRMINO**
Ampliar sistemas de abastecimento de água nas sedes municipais **não operadas** pela CAEMA	Licitação e contratação de serviços de elaboração de Projetos Básicos e Executivos de 19 Sistemas de Abastecimento de Água.	Maio/15	Junho/15
	Elaboração de Projetos Básico e Executivos de 19 Sistemas de Abastecimento de Água.	Julho/15	Setembro/16
	Celebração de Contratos de Concessão para exploração de serviços de abastecimento de água para as Sedes Municipais.	Maio/15	Outubro/16
	Regularização Fundiária dos terrenos nos quais serão construídas as estruturas físicas projetadas.	Junho/15	Outubro/16
	Licitação e contratação das obras de ampliação de 19 Sistemas de Abastecimento de Água.	Julho/15	Setembro/16
	Execução das obras de ampliação de 19 Sistemas Abastecimento de Água.	Agosto/15	Dezembro/16
	Acompanhamento de Projetos e Fiscalização de Obras.	Maio/15	Dezembro/16
Ampliar os sistemas de abastecimento de água nas sedes municipais	Licitação e contratação de serviços de elaboração de Projetos Básicos e Executivos de 10 Sistemas de Abastecimento de Água.	Maio/15	Junho/15

operadas pela CAEMA;	Elaboração de Projetos Básico e Executivos de 10 Sistemas de Abastecimento de Água.	Julho/15	Setembro/16
	*Contratação e Elaboração de Projeto Básico e Executivo do município de Primeira Cruz.	Fevereiro/14	Setembro/14
	Renovação de Contratos de Concessão para exploração de serviços de abastecimento de água para as Sedes Municipais com contratos vencidos.	Maio/15	Outubro/16
	Regularização Fundiária dos terrenos nos quais serão construídas as estruturas físicas projetadas.	Junho/15	Outubro/16
	Licitação e contratação das obras de ampliação de 10 Sistemas de Abastecimento de Água.	Julho/15	Setembro/16
	Execução das obras de ampliação de 10 Sistemas de Abastecimento de Água.	Agosto/15	Dezembro/16
	Execução da obra de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Primeira Cruz	Outubro/14	Maio/15
	Acompanhamento de Projetos e Fiscalização de Obras	Maio/15	Dezembro/16
Desenvolver ações socioeducativas, ambientais e sanitárias para o exercício da cidadania da população beneficiada	Elaboração do Termo de Referência do Projeto de Trabalho Social - PTS	Maio/15	Junho/15
	Licitação e contratação da execução do PTS	Junho/15	Agosto/16
	Execução dos PTS nos 30 municípios inseridos no Plano MAIS IDH	Agosto/15	Dezembro/16
	Supervisão e acompanhamento das ações previstas no PTS	Agosto/15	Dezembro/16
	Pesquisa de avaliação pós intervenção	Abril/17	Junho/17

*O município de Primeira Cruz está entre os 11 municípios operados pela CAEMA, entretanto já se encontrava com obras desde outubro de 2014.

A avaliação dos serviços de engenharia e do trabalho social será realizada de forma permanente e sistemática junto à população por meio de metodologias participativas sob a coordenação do Serviço Social da CAEMA. Seis meses após o término do projeto será realizada pesquisa avaliativa dos resultados previstos.

6. IMPACTO

- População das sedes dos municípios com acesso universal a água potável, contribuindo para redução de doenças de veiculação hídrica;
- Nível de consciência social mais elevado quanto à preservação do meio ambiente e conservação dos equipamentos públicos.

7. PARCERIAS

Comitê Municipal MAIS IDH	Mobilizar a população para o acompanhamento e fiscalização do projeto.
Prefeituras Municipais	Celebração de Contrato de Concessão nos municípios não operados pela CAEMA e Renovação de Concessão nos municípios operados pela CAEMA com concessões vencidas.

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES/AÇÕES		VALOR (RS)			FONTE DE RECURSO
		CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	
Ampliar os sistemas de abastecimento de água tratada para o atendimento pleno das populações residentes nas sedes dos 30 municípios beneficiados com o Plano MAIS IDH.	Licitação e contratação de serviços de elaboração de Projetos Básicos e Executivos de 19 Sistemas de Abastecim. de Água.	-	-	-	BNDES
	Elaboração de Projetos Básico e Executivo de 19 Sistemas de Abastecim. de Água.	-	2.676.359,40	2.676.359,40	
	Renovação de Contratos de Concessão para exploração de serviços de abastecimento de água para as Sedes Municipais com contratos vencidos	-	-	-	
	Celebração de Contratos de Concessão para exploração de serviços de abastecimento de água para as Sedes Municipais.	-	-	-	
	Regularização Fundiária dos terrenos nos quais serão construídas as estruturas físicas projetadas.	-	-	-	
	Licitação e contratação das obras de ampliação de 18 Sistemas de Abastecimento de Água.	-	-	-	
	Execução das obras de ampliação dos 19 Sistemas Abastecimento de Água.	-	86.748.537,07	86.748.537,07	
	Execução do Projeto de Trabalho Social – PTS	3.576.996,00	-	3.576.996,00	**Tesouro Estadual**
SUBTOTAL DAS ATIVIDADES/AÇÕES		**3.576.996,00**	**89.424.896,47**	**93.001.892,47**	-
RECURSOS HUMANOS					
3 - Equipes de fiscalização de obras civis	3 Engenheiros Civis	657.273,00	-	657.273,00	**Tesouro Estadual**
	3 Técnicos em Saneamento	394.363,80	-	394.363,80	
	3 Motoristas	262.909,20	-	262.909,20	
2 - Equipes de fiscalização dos poços tubulares	2 Geólogos	438.182,00	-	438.182,00	
	2 Técnicos em Saneamento	262.909,20	-	262.909,20	
	2 Motoristas	175.272,80	-	175.272,80	
SUBTOTAL RECURSOS HUMANOS		**2.190.910,00**	-	**2.190.910,00**	
RECURSOS MATERIAIS					
Locação de veículos, Combustível, lubrificantes e materiais.		938.961,53	-	938.961,53	**Tesouro Estadual**
SUBTOTAL RECURSOS MATERIAIS		**938.961,53**	**-**	**938.961,53**	
TOTAL GERAL		**6.706.867,53**	**89.424.896,47**	**96.131.764,00**	**-**

OBS.: Os valores de investimentos e custeio refletem a situação presente dos custos dos projetos e despesas com recursos humanos e materiais.

9. CONTRAPARTIDA

Este projeto não possui contrapartida.

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

METAS	INDICADORES	FONTE	PERIODICIDADE
Atender 46.117 domicílios com Abastecimento Pleno	N° de Licitações realizadas.	Relatório de acompanhamento	Trimestral
	N° de Projetos Básico e Executivos elaborados.	Relatório de acompanhamento	Trimestral
	N° de Contratos de concessão municipais celebradas ou renovadas	Relatório de acompanhamento	Trimestral
	N° de obras contratadas	Relatório de acompanhamento	Trimestral
	N° de obras de ampliação em andamento	Relatório de acompanhamento	Trimestral
	N° de obras de ampliação finalizadas	Relatório de acompanhamento	Trimestral
	N° ligações ativas por município	Relatório de acompanhamento	Trimestral
	N° ligações existentes por município	Relatório de acompanhamento	Trimestral
	N° ligações com hidrômetro por município	Relatório de acompanhamento	Trimestral
	Percentual de cobertura por rede de água por município	Relatório de acompanhamento	Trimestral
	Percentual de tratamento de água por município	Relatório de acompanhamento	Trimestral
Atingir 92.234 pessoas da população atendida com ações sócio educativas	N° de ações socioeducativas realizadas, por municípios.	Relatório de acompanhamento	Mensal
	N° de pessoas alcançadas com as ações socioeducativas por município	Relatório de acompanhamento	Mensal
	Nº de capacitações profissionais realizadas por mu-	Relatório de acompanhamento	Mensal

	nicípio		
	Nº de pessoas capacitadas para o mercado de trabalho	Relatório de acompanhamento	Mensal
	Nº de pessoas capacitadas e contratadas nas obras da Caema.	Relatório de acompanhamento	Mensal
	Nº de pessoas residentes no município contratadas nas obras da Caema	Relatório de acompanhamento	Mensal
	Nº Total de pessoas contratadas nas obras da Caema	Relatório de acompanhamento	Mensal
Diminuir em 60% as internações hospitalares por doenças de veiculação hídrica	Taxa de internação hospitalar por doenças de veiculação hídrica	SEMUS	Anual

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Gerência de Inclusão Socioprodutiva

São Luís

2016

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 Título do Projeto: SANEAMENTO BÁSICO RURAL

1.2 Órgão Executor: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social –SEDES/ Gerência de Inclusão Socioprodutiva – GISP

1.3 Localização Geográfica: O projeto será desenvolvido na zona rural e perímetros urbanos dos municípios: Fernando Falcão, Marajá do Sena, Jenipapo dos Vieiras, Satubinha, Água Doce do Maranhão, Lagoa Grande do Maranhão, São João do Caru, Santana do Maranhão, Arame, Belágua, Conceição do Lago Açu, Primeira Cruz, Aldeias Altas, Pedro do Rosário, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, São João do Sóter, Centro Novo do Maranhão, Itaipava do Grajaú, Santo Amaro do Maranhão, Brejo de Areia, Serrano do Maranhão, Amapá do Ma, Araioses, Governador Newton Belo, Cajari, Santa Filomena do Maranhão, Milagres do Maranhão, São Francisco do Maranhão e Afonso Cunha.

1.4 Período de Execução:

Início: Fevereiro 2015

Término: Dezembro de 2017

1.5 Coordenação do Projeto:

Titular: Martinho Andrade de Lima:

Cargo/função: Gerente de Inclusão Socioprodutiva – GISP

Contatos: Fone:(98)99199-1906

Email: martinho.lima@sedes.ma.gov.br

Suplente: Roberto Murad Mouchrek

Cargo/função: Superintende de Infraestrutura de Desenvolvimento Social

Contatos: Fone: (98) 99197-2035

Email: robertomouchrek@yahoo.com.br

2. JUSTIFICATIVA

A existência de um grande contingente de famílias em situação de extrema pobreza, sem acesso à rede pública de abastecimento de água, impacta negativamente o IDH dos municípios do Maranhão, pela grande quantidade de doenças transmitidas por veiculação hídrica.

Segundo dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos- IMESC, a situação do abastecimento de água, no que se refere à rede geral no Estado do Maranhão é de 65,88%. No caso dos 30 municípios que integram o Plano Mais IDH, o abastecimento é de 45,69%, apresentando um déficit de 54,31%. Destes, a grande maioria não dispõe de tratamento de água, quase sempre consumida diretamente de poços, igarapés, nascentes, água de chuva e carros-pipa.

GRÁFICOS 01 E 02 - SITUAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ESTADO DO MARANHÃO

Quanto à rede geral de esgoto ou pluvial, ainda segundo o IMESC, a situação não é menos grave, tanto no Estado do Maranhão quanto nos 30 municípios referidos. Esta situação está retratada no quadro e gráficos a seguir:

Maranhão / Municípios	Total	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro tipo	Não tinham
Maranhão (Unid)	1.653.701	192.625	248.163	746.505	125.581	13.483	99.316	228.028
Maranhão (%)	100,00	11,65	15,01	45,14	7,59	0,82	6,01	13,79
Municípios	93.462	692	5.943	37.809	8.949	153	7.304	32.612

(Unid)								
Municí-pios (%)	100,00	0,74	6,36	40,45	9,58	0,16	7,81	34,89

O Governo do Estado do Maranhão, sensível aos problemas que afetam o grande contingente de famílias maranhenses que vivem em situação de extrema pobreza, criou o Plano Mais IDH, formatado a partir dos indicadores componentes das três dimensões do Índice de Desenvolvimento Municipal- IDHM (educação, longevidade e renda), refletindo assim o seu compromisso em melhorar a qualidade de vida dessa população, por meio da conjugação de esforços entre o Governo do estado e os Municípios, iniciando suas ações pelos 30 municípios de menor IDH.

Para a melhoria da qualidade de vida das pessoas é imprescindível que tenham acesso à água potável, além de adequado sistema de esgotamento sanitário. Os serviços que integram o abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário são de extrema importância para o desenvolvimento das cidades e, particularmente, para elevar a Expectativa de Vida, indicador único da dimensão Longevidade.

3. OBJETIVOS:

3.1 Objetivo Geral

Melhorar a qualidade de vida de famílias residentes na área rural e periurbana dos 30 municípios do Plano MAIS IDH, por meio da implantação de sistemas de abastecimento de água.

3.2 Objetivos Específicos:

- Implantar 93 (noventa e três) Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água- SSAA com vistas a garantir o acesso à água potável;
- Desenvolver ações socioeducativas, visando conscientizar a população para o uso adequado da água.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO:

Famílias que se encontram em situação de extrema pobreza e de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal – CA-

DÚNICO, residentes nas zonas rurais e perímetros urbanos dos 30 municípios do Plano MAIS IDH.

5. METODOLOGIA

A gestão do Programa Saneamento Básico Rural será realizada pela Gerência de Inclusão Socioprodutiva – GISP e tem caráter intersetorial (entre setores da GISP), cabendo à Superintendência de Infraestrutura e Desenvolvimento Social a medição das obras, à Unidade Gestora de Programas o monitoramento, avaliação dos indicadores sociais e metas alcançadas e o trabalho social.

A responsabilidade pelo processo de seleção das comunidades a serem beneficiadas é da Gerência de Inclusão Socioprodutiva-GISP, que adotou, entre outros, os seguintes critérios:

- Áreas de assentamentos;
- Áreas quilombolas;
- Áreas indígenas.

A população beneficiada com este Projeto participará de oficinas com vistas à sua conscientização para o uso adequado da água, possibilitando o entendimento da correta utilização dos serviços implantados como elemento fundamental para a melhoria das condições de saúde pública e preservação do meio ambiente, bem como do seu empoderamento.

Para atender a esta necessidade, a Unidade Gestora de Programas terá a responsabilidade de desenvolver ações socioeducativas por meio de palestras e oficinas, nas temáticas social, ambiental e sanitária, durante todo o processo de execução do Projeto.

O controle social é a participação da sociedade civil na gestão pública, garantindo aos cidadãos e cidadãs espaços para influenciarem na condução das políticas públicas, além de possibilitar o acompanhamento, a avaliação e a fiscalização das instituições governamentais. Neste Projeto este controle será realizado pelo Comitê Municipal do Mais IDH.

Quadro 1. Demonstrativo de Ações

OPERACIONALIZACÃO				
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**RESPONSÁVEL**	**PRAZO**	
			INÍCIO	**TÉRMINO**
Implantar Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com vistas a garantir o acesso à água potável	- Seleção das comunidades - Cessão Gratuita de Posse dos terrenos - Elaboração do Projeto Básico - Elaboração do Termo de Referência - Licitação dos lotes - Construção dos SSAA - Acompanhamento e Avaliação	SEDES/GISP	Fev/2015 Out/2015 Abri/2015 Jun/2015 Fev/2016 Jun/2016 Jun/2016	Ago/2016 Out/2016 Set/2015 Ago/2016 Dez/2016 Dez/2017 Dez/2017
Desenvolver ações socioeducativas, visando sensibilizar a população para o uso adequado da água.	Realização de oficinas, palestras nas temáticas social, ambiental e sanitária.	SEDES/UGP	Set/2016	Jun/2018

A avaliação dos serviços será realizada ao longo da execução das obras pela equipe da Superintendência de Infraestrutura e Desenvolvimento Social e a avaliação junto à comunidade será feita pela Unidade Gestora de Programas, setores da GISP.

6. IMPACTO

- Famílias atendidas com práticas e estilos de vida mais saudáveis;
- Reduzidos os casos de doenças de veiculação hídricas
- Salubridade ambiental melhorada.

7. PARCERIAS

Comitê Municipal MAIS IDH e demais instâncias de controle Social	Acompanhar e avaliar a implantação das ações do Projeto.

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO/ATIVIDADES		VALOR (RS)			FONTE DE RECURSOS
		CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	
AÇÕES					
Implantar Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com vistas a garantir o acesso à água potável	Seleção das comunidades	-	-	-	
	Elaboração do Projeto Básico	-	-	-	
	Elaboração do Termo de Referência	-	-	-	
	Licitação dos lotes	-	-	-	
	Construção dos SSAA	-	26.014.067,00	26.014.067,00	FUMACOP
	Acompanhamento e Avaliação	-	-	-	
RECURSOS MATERIAIS e EQUIPAMENTOS					
TOTAL GERAL			26.014.067,00	26.014.067,00	

OBS.: 1. As atividades não orçadas significam rubricas de custeio operacional que serão assumidas integralmente pela SEDES. 2. O orçamento dos SSAA baseou-se em valor médio porque as profundidades dos poços são variáveis e definidas quando da execução. 3. O valor das placas está incluído no orçamento de construção dos SSAA.

9. CONTRAPARTIDA

Prefeituras, Entidades e Particulares	Cessão Gratuita de Posse das áreas para implantação dos SSAA

10. AVALIAÇÃO

METAS	INDICADORES	FONTE	PERIODICIDADE	DEFASAGEM
Implantar 93 SSAA até dezembro/2017	Cessão gratuita de posse dos terrenos	SEDES/GISP	Mensal	-
	Licitação dos lotes			
	Nº de sistemas em construção			

	Nº de sistemas implantados			
	Nº de sistemas em funcionamento			
Envolver 4.200 famílias com ações socioeducativas	Nº de atividades socioeducativas realizadas, por município.	SEDES/GISP	Mensal	
	Nº de famílias participantes das atividades, por município			
Diminuir em 60% as internações hospitalares por doenças de veiculação hídrica	Taxa de internação hospitalar por doenças de veiculação hídrica nas localidades atendidas	SES	Anual	

REFERÊNCIAS

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos/**IMESC-** Diagnóstico Preliminar do Plano de Ação Mais IDH

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –**IBGE**/Senso Demográfico Brasileiro-2010

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil-2013/Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento-**PNUD**

Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada- **IPEA**

Ministério do Desenvolvimento Social a Combate à Fome -**MDS**.

Secretaria Nacional de Avaliação e Gestão da Informação- **SAGI/MDS**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Secretaria Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional

Gestão de Programas de SAN

São Luís

2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 Título do Projeto: Cozinha Comunitária

1.2 Órgão Executor:

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES

Secretaria Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional - SASAN

Gestão de Programas de SAN

1.3 Localização Geográfica: O projeto será desenvolvido nas sedes dos 30 municípios que integram o Plano Mais IDH: Fernando Falcão; Jenipapo dos; Itaipava do Grajaú; Arame; São Raimundo do Doca Bezerra; São Roberto; Marajá do Sena; Santa Filomena do Maranhão; Lagoa Grande do Maranhão; Serrano; Centro Novo; Amapá do Maranhão; Cajari; São João do Carú; Pedro do Rosário; Governador Newton Belo; Satubinha; Conceição do Lago Açu; Brejo de Areia; Santo Amaro; Primeira Cruz; Araioses; Água Doce do Maranhão; Santana do Maranhão; Milagres do Maranhão; Belágua; Afonso Cunha; Aldeias Altas; São João do Sóter; São Francisco do Maranhão.

1.4 Período de execução:

Início: Março/2015

Término: Dezembro/2018

1.5 Coordenação do Projeto:

Titular: Lourvídia Serrão A. Caldas

Cargo/função: Secretária Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional

Contatos: 98 99174 1407 – 98800 6782,

E-mail: lourvidia@uol.com.br

Suplente: Priscila Rodrigues de Araujo

Cargo/ função: Gestora de Programa de SAN

Contatos: 98 98845 6065

E-mail: araujo-priscila@hotmail.com

2. JUSTIFICATIVA

A insegurança alimentar não está ligada apenas à escassez de alimentos, mas também à dificuldade de acesso aos alimentos e aos meios de produção. A fome e a desnutrição formam um círculo vicioso, agravando a pobreza, produzindo efeitos cumulativos e irreversíveis, tanto físicos quanto psicológicos, fatos que comprometem a formação e desenvolvimento dos indivíduos.

Segundo dados da PNAD/IBGE 2013, 60,9% da população maranhense se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, sendo 37,1% em insegurança alimentar leve, 13,9% em insegurança alimentar moderada, e 9,8% em insegurança alimentar grave, como demonstrado no gráfico abaixo. Segunda a mesma fonte, o Estado do Maranhão tem o maior índice de insegurança alimentar do Brasil.

Os 30 municípios de Menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM apresentam situação de extrema pobreza que se reflete principalmente na situação de insegurança alimentar e nutricional atingindo parcela considerável da sua população. Com base nesta realidade, o Governo do Estado do Maranhão, por meio do Decreto n.º 30.612 de 02 de janeiro de 2015, instituiu o Plano de Ações "Mais IDH", com vistas a " [...] promover a superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais no meio urbano e rural, por meio da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável." (Art 1º).

Esta situação só será revertida por meio da ação integrada de políticas públicas que assegurem a produção e o consumo de alimentos, bem como a distribuição e comercialização do excedente, que gere renda à população desses municípios.

Para contribuir com o enfrentamento dessa problemática, a SEDES/SASAN implantará Cozinhas Comunitárias nos Municípios inseridos no Plano de Ações Mais IDH, que façam adesão ao Projeto.

As Cozinhas Comunitárias são Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, destinados ao preparo de refeições saudáveis, nutricionalmente balanceadas e de qualidade, que serão ofertadas gratuitamente à população em situação de insegurança alimentar e nutricional, garantindo a esse público o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Este projeto impactará diretamente nas dimensões Saúde e Renda do IDHM, uma vez que a garantia de uma alimentação saudável, associada à praticas socioeducativas e ações de qualificação profissional na área de gastronomia, promoverá maior qualidade de vida.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Contribuir para a redução da insegurança alimentar e nutricional e para o incremento de renda da população dos Municípios inseridos no Plano Mais IDH

3.2 Objetivos Específicos

- Implantar Cozinhas Comunitárias;
- Garantir alimentação saudável e equilibrada, com proteínas, carboidratos, sais minerais, vitaminas, fibras e água;
- Promover Educação Alimentar e Nutricional (EAN) associada à prática de atividades físicas;
- Reduzir transtornos alimentares;
- Promover capacitação na área de gastronomia;
- Contribuir para o fortalecimento da comercialização da agricultura familiar local.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade social.

5. METODOLOGIA

A implantação das Cozinhas Comunitárias estará condicionada à adesão do Executivo Municipal, e consequente doação do terreno. O Projeto poderá sofrer alterações, desde que o Município não apresente as condições físicas necessárias e suficientes à implantação das Cozinhas, conforme planejado.

A gestão da Cozinha Comunitária será compartilhada pelo Estado e Município, sob coordenação de um técnico do Estado, com operacionalização e manutenção por uma empresa contratada pelo Estado por meio de processo licitatório.

Cada Cozinha Comunitária estará comprometida com a produção de 200 a 500 refeições por dia, durante pelo menos cinco dias por semana, dias úteis, sempre respeitando as características culturais, hábitos alimentares da região e contingente populacional, conforme quadro a seguir:

ORD	Munípios + IDH	IDHM 2010	N.º de habitantes	N.º de habitantes Zona Urbana	N.º de Refeições Diárias
1.	Afonso Cunha	0,529	6.351	3.234	200
2.	Água Doce do Maranhão	0,500	12.257	3.133	200
3.	Aldeias Altas	0,513	25.823	13.634	500
4.	Amapá do Maranhão	0,520	6.789	4.841	200
5.	Araioses	0,521	45.255	12.551	500
6.	Arame	0,512	32.015	12.551	500
7.	Belágua	0,512	7.273	3.263	200
8.	Brejo de Areia	0,519	9.166	2.853	200
9.	Cajari	0,523	18.943	4.284	200
10.	Centro Novo	0,518	21.013	5.522	200
11.	Conceição do Lago Açu	0,512	15.782	6.869	350
12.	Fernando Falcão	0,443	10,073	1.506	200
13.	Governador Newton Belo	0,521	10.011	4.291	200
14.	Itaipava do Grajaú	0,518	15.609	4.296	200
15.	Jenipapo dos Vieiras	0,490	16.124	2.519	200
16.	Lagoa Grande do Maranhão	0,502	11.111	5.499	200
17.	Marajá do Sena	0,452	7.658	1.158	200
18.	Milagres do Maranhão	0,527	8.284	1.760	200
19.	Pedro do Rosário	0,516	24.475	5.890	200
20.	Primeira Cruz	0,512	14.918	4.289	200
21.	Santa Filomena do Maranhão	0,525	7.576	2.293	200
22.	Santana do Maranhão	0,510	12.987	1.842	200
23.	Santo Amaro	0,518	15.375	3.630	200
24.	São Francisco do Maranhão	0,528	11.966	4.104	200
25.	São João do Carú	0,509	15.520	6.323	350
26.	São João do Sóter	0,517	18.095	6.646	350
27.	São Raimundo do Doca Bezerra	0,516	5.230	1.731	200
28.	São Roberto	0,516	6.529	2.845	200
29.	Satubinha	0,493	13.487	3.634	200
30.	Serrano do Maranhão	0,519	10.859	4.227	200

Além do fornecimento diário de alimentação, as Cozinhas Comunitárias também se configuram como espaços de capacitação da população, oferecendo cursos na área de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), Gastronomia, além de possibilitar a convivência social, a realização de atividades físicas e laborais, por meio da integração de políticas públicas direcionadas a este público específico.

O controle social se dará com a participação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e de Assistência Social, e acompanhamento pelo Comitê Municipal Mais IDH e pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/MA).

A equipe da SEDES/SASAN juntamente com técnicos dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da Secretaria de Assistência Social de cada Município, realizará o processo de seleção das famílias, considerando pelo menos um dos seguintes critérios:

- Pessoas em situação de Insegurança Alimentar e/ou Risco Nutricional;
- Famílias/indivíduos cadastrados no CADUNICO;
- Famílias/indivíduos beneficiárias no Programa Bolsa Família;
- Grupos populacionais específicos (povos e comunidades tradicionais);
- Famílias/indivíduos identificados pela Busca Ativa.

A Cozinha Comunitária funcionará de 2ª a 6ª feira, em dias úteis, e as refeições serão produzidas e servidas nas próprias instalações da Cozinha Comunitária, no horário de 11h às13h30. Fornecerá alimentação (almoço), para a população selecionada, que garanta a Ingestão Diária Recomendada – IDR, de acordo com os parâmetros da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO/OMS.

A quantidade de refeições a ser fornecida em cada município dependerá do público identificado, com limite mínimo de 200 e máximo de 500 refeições/dia.

O cardápio da refeição será elaborado pelo nutricionista da SEDES/SASAN, observando a produção dos alimentos locais e ou regionais. Os gêneros alimentícios, a serem utilizados no cardápio da cozinha, deverão ser adquiridos pela empresa contratada na quantidade mínima de 30% na compra direta dos produtores da agricultura familiar do município, e 20% no comercio da região ou do Estado.

O projeto de construção das Cozinhas Comunitárias, a produção e a oferta das refeições ficarão sob a responsabilidade das empresas contratadas pela SEDES/SASAN, por meio de processos licitatórios, devendo ser priorizada a contratação de mão-de-obra local. A aquisição de equipamentos e a capacitação ficarão sob a responsabilidade da SEDES/SASAN.

QUADRO 01 - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES – ATIVIDADES

OPERACIONALIZAÇAO				
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**RESPONSÁVEL**	**PRAZO**	
			INÍCIO	**TÉRMINO**
Implantar Cozinhas Comunitárias;	- Identificação do terreno;	SEDES/SASAN	Mar/2015	Jun/2015
	- Levantamento dos documentos e doação do terreno (Planta de Situação e memorial descritivo do terreno)	SEDES/SASAN/GISP MUNICÍPIO	Mar/2015	Ago/2015
	- Elaboração de planta arquitetônica;	SEDES/GISP	Mar/2015	Set/2015
	- Elaboração dos Termos de Referência;	SEDES/SASAN/GISP	Mar/2015	Set/2015
	- Realização de Licitações	SEDES/SASAN CCL	Set/2015	Fev/2017
	- Construção	SEDES/SASAN EMPRESA CONTRATADA	Nov/2016	Jul/2017
	- Aquisição dos equipamentos e utensílios	SEDES/SASAN EMPRESA CONTRATADA	Fev/2017	Jul/2017
Garantir alimentação saudável e equilibrada, com proteínas, carboidratos, sais minerais, vitaminas, fibras e água;	-Elaboração dos Termos de Referência;	SEDES/SASAN	Nov/2016	Dez/2016
	- Realização de Licitações	SEDES/SASAN CCL	Jan/2017	Mai/2017
	- Contratação de Empresa para Serviço de Alimentação, com o fornecimento de 200 a 500 refeições/dia balanceadas nutricionalmente, em ambientes estruturados em conformidade com as orientações dos ór-	SEDES/SASAN/ EMPRESA CONTRATADA	Mai/2017	Jul/2017

	gãos de vigilânciasanitária.			
	- Palestras educativas;	SEDES/SASAN/ EQUIPE MUNICIPAL	Jul/2017	Dez/2018
	- Elaboração e produção de material educativo (cartilhas, folders, banners);	SEDES/SASAN	Jul/2016	Jul/2017
Promover Educação Alimentar e Nutricional (EAN) associada à prática de atividades físicas;	- Atividades físicas e laborais com regularidade de no mínimo duas vezes na semana;	EQUIPE MUNICIPAL	Jul/2017	Dez/2018
	- Atividade de esporte e lazer, de acordo com a potencialidade cultural de cada município (capoeira, dança de salão, danças regionais).	EQUIPE MUNICIPAL	Jul/2017	Dez/2018
Reduzir transtornos alimentares;	- Diagnóstico do perfil do usuário;	EQUIPE MUNICIPAL	Mar/2017	Jun/2017
	- Atendimento multiprofissional (Nutricionista, psicólogo e assistente social), agendado, uma vez por semana com cada profissional;	EQUIPE MUNICIPAL	Jul/2017	Dez/2018
	- Encaminhamento para as unidades básicas de saúde, conforme demandar cada caso;	EQUIPE MUNICIPAL	Jul/2017	Dez/2018
	- Monitoramento sistemáticos dos atendimentos dos beneficiários.	SEDES/SASAN EQUIPE MUNICIPAL	Jul/2017	Dez/2018
Promover capacitação na área de gastronomia	-Realização de 15 cursos por ano para capacitação de 535 beneficiários da Cozinha em cada Município	SEDES/SASAN/ EMPRESA CONTRATADA	Jul/2017	Dez/2018
Contribuir para o fortalecimento da comercializa-	- A empresa contratada para fornecer alimentação deverá adquirir do produtor da	SEDES/SASAN/ EMPRESA CONTRATADA	Jul/2017	Dez/2018

ção da agricultura familiar local.	agricultura familiar o mínimo de 30% dos insumos necessários ao cardápio da Cozinha Comunitária			

Em cada modalidade oferecida haverá um critério de avaliação sobre o perfil nutricional, a distribuição de refeições, realização dos cursos e atividades físicas. No refeitório haverá uma urna, colocada pela empresa contratada, onde cada usuário poderá deixar sua opinião e sugestões sobre os serviços oferecidos.

Cada beneficiário passará por uma avaliação nutricional e reavaliação a cada um ano para verificação do seu estado nutricional antes e depois da implantação das Cozinhas Comunitárias, com vistas a mensurar o impacto social deste equipamento.

A avaliação nutricional será feita pelo profissional nutricionista do município, com apoio dos parceiros, Instituições de Ensino Superior (IES), que fará uso de alguns parâmetros como peso, altura, índice de massa corporal (IMC), circunferência da cintura, e outros.

6. IMPACTO

- Índices de insegurança alimentar e nutricional reduzidos;
- Adoção de hábitos alimentares saudáveis;
- Pessoas qualificadas em gastronomia com condições de geração de renda.
- Possibilitado o aumento da comercialização dos produtos da agricultura familiar, por meio da aquisição de gêneros alimentícios para a cozinha comunitária.

7. PARCERIAS

INSTITUIÇÃO	AÇÃO-ATIVIDADES
Serviço Social da Indústria – SESI	- Cursos de Multiplicadores em Educação Alimentar (unidades de cozinha fixas e semi-fixas).
Serviço Nacional de	- Capacitação para produção, processamento e comercialização de alimentos.

Aprendizagem Rural – SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI	- Cursos de Educação Alimentar e Nutricional (Curso de Manipulação de Alimentos).
Instituições de Ensino Superior - IES (IEMA, UFMA, UEMA, IFMA)	- Assessoria na elaboração de materiais educativos de SAN; - Apoio na realização das campanhas educativas; - Apoio na realização de teleconferência e videoconferência nos polos das IES.
Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas – SEBRAE	- Realização de cursos de empreendedorismo, cooperativismo e associativismo.
Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	- Doação de material educativo.
Secretaria de Estado da Saúde (SES)	- Incluir ações da atenção primária em saúde com orientações aos beneficiários (equipamentos, profissionais e material educativo).
Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF)	- Capacitação e assistência técnica aos produtores aos agricultores familiares para fornecimentos de parte dos gêneros alimentícios do cardápio da Cozinha.
Secretaria Municipal de Assistência/Desenvolvimento Social	- Seleção dos beneficiários da Cozinha; - Apoio nas campanhas educativas de SAN; - Disponibilizar profissional, Assistente Social, para garantir a intersetorialidade das ações de SAN.
Secretaria Municipal de Saúde	- Disponibilizar profissionais: Psicólogo, Técnico/Auxiliar de Enfermagem e Nutricionista, para garantir as ações programáticas de SAN.
Secretaria Municipal de Educação	- Disponibilizar o Educador Físico para realização das atividades físicas.
Prefeitura Municipal	- Assumir a responsabilidade da manutenção da Cozinha (despesas com água, luz, telefone, vigilância e limpeza).

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO/ATIVIDADES		VALOR (R$)			FONTE DE RECURSOS
		CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	
AÇÕES					
IMPLANTAR A COZINHA COMUNITÁRIA	Identificação do terreno;	50.000,00	-	50.000,00	SEDES
	Levantamento dos documentos e doação do terreno (Planta de Situação e memorial descritivo do terreno)	-	-	-	-

	Elaboração de planta arquitetônica;	-	-	-	-
	Elaboração dos Termos de Referencia;	-	-	-	-
	Realização de Licitações	-	-	-	-
	Construção	-	23.113.178,12	23.113.178,12	BNDES
	Aquisição dos equipamentos e utensílios	1.628.010,90	5.660.371,20	7.288.382,10	BNDES
GARANTIR ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E EQUILIBRADA, COM PROTEÍNAS, CARBOIDRATOS, SAIS MINERAIS, VITAMINAS, FIBRAS E ÁGUA;	Elaboração dos Termos de Referencia;	-	-	-	-
	Realização de Licitações	-	-	-	-
	Contratação de Empresa para Serviço de Alimentação, com o fornecimento de 200 refeições/dia balanceadas nutricionalmente.	10.627.200,00	-	10.627.200,00	SEDES
	Contratação de Empresa para Serviço de Alimentação, com o fornecimento de 350 refeições/dia balanceadas nutricionalmente.	2.324.700,00	-	2.324.700,00	SEDES
	Contratação de Empresa para Serviço de Alimentação, com o fornecimento de 500 refeições/dia balanceadas nutricio-	3.354.000,00	-	3.354.000,00	SEDES

	nalmente. Palestras educativas; Elaboração e produção de material educativo (cartilhas, folders, banners);	- 1.000.000,00	-	- 1.000.000,00	- SEDES
PROMOVER EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EAN) ASSOCIADA À PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS; **REDUZIR TRANSTORNOS ALIMENTARES;**	Atividades físicas e laborais com regularidade de no mínimo duas vezes na semana; Atividade de esporte e lazer, de acordo com a potencialidade cultural de cada município (capoeira, dança de salão, danças regionais). Diagnóstico do perfil do usuário; Atendimento multiprofissional (Nutricionista, psicólogo e assistente social), agendado, uma vez por semana com cada profissional;	- - - -	- - - -	- - - -	- - - -
	Encaminhamento para as unidades básicas de saúde, conforme demandar cada caso; Monitoramento sistemáticos dos atendimentos dos beneficiá-	- -	- -	- -	- -

PROMOVER CAPACITAÇÃO NA ÁREA DE GASTRONOMIA	rios. Realização de 15 cursos por ano para capacitação de 535 beneficiários da Cozinha em cada Município				
CONTRIBUIR PARA O FORTALECIMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL	A empresa contratada para fornecer alimentação deverá adquirir do produtor da agricultura familiar o mínimo de 30% dos insumos necessários do cardápio da Cozinha Comunitária	-	-	-	-
Subtotal 1		18.983.910,90	28.773.549,32	**47.757.460,22**	
RECURSOS HUMANOS					
Coordenador da Cozinha		45.000,00	-	45.000,00	SEDES
Subtotal 2		45.000,00		**45.000,00**	
Total (1+2)				**47.802.460,22**	

9. CONTRAPARTIDA

As Prefeituras disponibilizarão profissionais que compõem o quadro técnico das secretarias para prestarem atendimento na Cozinha Comunitária, de acordo com escala de trabalho.

- Técnico/Auxiliar de Enfermagem (01);
- Educador Físico (01);
- Nutricionista (01);
- Psicólogo (01)
- Assistente Social (01).

Será também de sua responsabilidade a Manutenção Predial: segurança e limpeza externa.

10. AVALIAÇÃO

META	INDICADORES	FONTE	PERIODICIDADE
Implantar 30 Cozinhas	Nº de Municípios adesos ao projeto Nº de Municípios com terrenos doados para o projeto Nº de Licitações para construção realizadas Nº de Licitações para a compra de equipamentos realizadas N° de Cozinhas em Construção N° de Cozinhas Construídas N° de Cozinhas em Funcionamento	SEDES/SASAN	SEMESTRAL
Realizar pelo menos 3 cursos por ano para capacitação de beneficiários da Cozinha em cada Município	Nº de cursos, treinamentos e/ou capacitações de beneficiários realizadas N° de beneficiários capacitados Nº de materiais sobre educação alimentar distribuídos	SEDES/SASAN	ANUAL
Atendimento e avaliação e nutricional de no mínimo 200 pessoas por município	Nº de eventos em educação alimentar realizados N° de refeições diárias servidas, por município Nº de pessoas avaliadas, por município	SEDES/SASAN	MENSAL
Realizar 5 eventos em Educação Alimentar e Nutricional (EAN), por município, por ano	Nº de materiais sobre educação alimentar distribuídos Nº de eventos em educação alimentar realizados	SEDES/SASAN	ANUAL
Adquirir, no mínimo, 30% de alimentos oriundos da agricultura familiar	Percentual de compra de produtos oriundos da agricultura familiar para produção das refeições na cozinha, por município	SEDES/SASAN	MENSAL
Adquirir do comércio local, regional ou estadual, pelo menos, 20% dos insumos necessários para o funcionamento da cozinha	Percentual da compra de materiais realizada no comércio local Percentual da compra de materiais realizada no comércio dos municípios do entorno Percentual de compra de materiais realizada em outros municípios do Estado	SEDES/SASAN	MENSAL
Reduzir em pelo menos 5%* o índice de insegurança alimentar e nutricional, por ano, por município	Índice de Insegurança Alimentar e Nutricional	SEDES/SASAN	ANUAL

*O marco inicial de aferição será o diagnóstico nutricional, tendo como base o perfil do usuário. Estes dados serão levantados no início da implantação do Projeto.

Trabalho e Renda

GOVERNO DO MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

Secretaria de Estado da Agricultura Familiar

Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão

São Luís

2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 Título do Projeto: ATER PARA OS MUNICÍPIOS DO MAIS IDH

1.2 Órgão Executor:

Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SAF

Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão

1.3 Localização Geográfica: O Projeto será desenvolvido nas zonas periurbanas e rurais dos 30 municípios integrantes do Plano Mais IDH: Fernando Falcão, Marajá do Sena, Jenipapo dos Vieiras, Satubinha, Água Doce do Maranhão, Lagoa Grande do Maranhão, São João do Caru, Santana do Maranhão, Conceição do Lago Açu, Arame, Belágua, Primeira Cruz, Aldeias Altas, Pedro do Rosário, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, São João do Sóter, Itaipava do Grajaú, Santo Amaro, Centro Novo, Brejo de Areia, Serrano do Maranhão, Amapá do Maranhão, Araioses, Governador Newton Belo, Cajari, Santa Filomena, Milagres, São Francisco do Maranhão, Afonso Cunha.

1.4 Período de Execução:

Início: Junho/2015.

Término: dez/2017.

1.5 Coordenação do Projeto:

Titular: Josenildo Cardoso de Araújo.

Cargo/Função: Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da AGERP

Contatos: Josenildo.cardoso@agerp.ma.gov.br / (98) 99158 3795 / 981039650.

Suplente: Anailde Everton Serra

Cargo/Função: Coordenador do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da SAF

Contatos: anailde.serra@saf.ma.gov.br

2. JUSTIFICATIVA

As mais diversas expressões da desigualdade são uma das características marcantes da Região Nordeste do Brasil. No Estado do Maranhão, onde se encontram muitos municípios de pequeno porte as desigualdades socioeconômicas são ainda mais presentes. A população sobrevive com os mais diversos graus de carências no atendimento às necessidades básicas de acesso à alimentação, renda, moradia, saneamento básico, entre outros elementos fundamentais para uma vida digna.

Dentre a população que vive em condições de vulnerabilidade social, destacam-se as pessoas que moram no campo, em especial aquelas que não conseguem produzir o suficiente para garantir a sua própria alimentação diária, comprometendo sua segurança alimentar e nutricional. Em via de regra, são pessoas que vivem em condições de extrema pobreza.

Para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, a insegurança alimentar é definida nos seguintes aspectos conceituais: insegurança alimentar sem fome - é a disponibilidade limitada ou incerta de alimentos adequados, nutritivos e seguros; insegurança alimentar com fome - é definida como sensação desconfortável ou de dor causada pela falta recorrente e involuntária de acesso a alimentos. A PNAD 2013 revela um quadro de acesso a alimentos desfavorável à população mais pobre, dado que a proporção de domicílios em situação de insegurança alimentar leve é de 37,1%, a moderada em 13,9%, a grave em 9,8% e somente 39,1% da população do estado se encontra em situação de segurança alimentar.

Para intervir nessa realidade de extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional do Maranhão, o Sistema de Agricultura Familiar – SAF promoverá ações de incentivo à produção de alimentos direcionada aos agricultores familiares, por meio do presente projeto, denominado Sistema Integrado de Tecnologias Sociais – SISTECS. A finalidade do SISTECS é proporcionar condições de produção para agricultores familiares em situação de extrema pobreza, com vistas a elevar a segurança alimentar e nutricional dessa população e estimular a comercialização do excedente da produção. Esse Projeto integra o Plano de Ações Mais IDH, instituído pelo Governo do Maranhão no início do ano de 2015.

A implantação dos SISTECS terá impacto nas dimensões Saúde e Renda do IDHM, pois, ao fomentar a produção dos agricultores familiares, o Governo estará promovendo qualidade de vida para essa população. E, com os SISTECS implantados e consolidados, os agricultores terão condições de produzir excedente para comercialização.

Nesse contexto, o SISTEMA SAF apresenta este projeto com foco na Assistência Técnica e Extensão Rural voltada especificamente para os 30 municípios de menor IDHM do estado, buscando contribuir para elevar o nível de segurança alimentar e nutricional e da renda, por meio da diversificação da produção e do aumento da produtividade agrícola.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Fomentar e qualificar a produção de alimentos por meio de implantação de sistemas integrados de tecnologias, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional e o aumento da renda familiar.

3.2 Objetivos Específicos

- Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER de forma sistêmica e continuada para as famílias beneficiadas pelos SISTECS;
- Promover processos de formação e capacitação para os técnicos;
- Elevar a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias, por meio da diversificação da produção;
- Fomentar o aumento da renda familiar.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Serão beneficiadas 3.000 famílias de agricultores familiares em situação de extrema pobreza dos 30 municípios do Plano Mais IDH.

5. METODOLOGIA

A concepção teórico-metodológica do processo de formação proposto por este projeto fundamenta-se nos princípios da pedagogia de Paulo Freire, que compreende a participação social, a identidade, o respeito às gerações e relações de gênero, a preservação da cultura e do ambiente como dimensões determinantes em todos os processos de desenvolvimento local.

A metodologia participativa, associada à orientação teórica referida, se constituirá em fundamento da execução dos processos de formação continuados, com conteúdo dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos técnicos e agricultores familiares. Isto potencializa os objetivos de melhoria da qualidade de vida, para contribuir de maneira efetiva com a promoção do desenvolvimento sustentável, tendo como base os princípios de Paulo Freire: "aprender no processo, aprender fazendo". Esse processo prevê a realização de reuniões da equipe técnica da SAF com membros do Comitê Municipal Mais IDH e demais atores sociais que atuam nas regiões. Essas reuniões serão vistas como espaço de diálogo, momento importante para que a equipe técnica apresente o objetivo do Plano Mais Agricultura Familiar. Além disso, as reuniões também possuem caráter de adequação, correção de falhas, planejamento e tomada de decisões.

O conjunto das capacitações compreenderá a formação de técnicos de níveis superior e médio e agricultores familiares beneficiados pelos SISTECS e tem por finalidade a produção integrada de alimentos de origem vegetal e animal. Mas, além da formação voltada para a implantação dos SISTECS, o projeto tratará de conteúdos voltados para o aprimoramento de processos produtivos já existentes nas demais áreas assistidas pelo Projeto ATER no Programa Mais Agricultura Familiar.

A SAF/AGERP contará com uma equipe técnica formada por 90 técnicos, sendo 30 de nível superior e 60 de nível médio, que serão capacitados antes de assumir as atividades de campo. Por município será constituída uma equipe de 3 técnicos, sendo 1 de nível superior e 2 de nível médio, sob a coordenação da equipe pelo técnico de nível superior.

A capacitação para os noventa técnicos sobre o Sistema Integrado de Tecnologia Social - SISTECS será realizada em seis municípios com carga horária de 40 (quaren-

ta) horas. Após o término do curso, os mesmos serão multiplicadores na transferência dessa tecnologia nas unidades produtivas dos agricultores familiares.

O processo de seleção do público beneficiário obedecerá aos critérios dos projetos que receberão assistência técnica.

Os procedimentos metodológicos consistem em:

- MOBILIZAÇÃO E SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS

Compreende as etapas de identificação, abordagem e seleção das famílias, por comunidade, em cada município.

As famílias selecionadas deverão estar na condição de extrema pobreza e compor a lista de cadastrado do CadÚnico, sendo permitido até 15% de famílias identificadas a partir da busca ativa, desde que se enquadrem no perfil estabelecido. As famílias selecionadas passarão a ter acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

A listagem do público selecionado será homologada por uma comissão formada pela SAF/AGERP e Comitê Gestor Municipal do Mais IDH e posteriormente disponibilizada à equipe técnica da SAF/AGERP para realizar as atividades de campo.

A listagem inicial terá 03 vezes o número de famílias a serem beneficiadas, para que a equipe técnica da SAF/AGERP visite as famílias e eleja as 100 com as quais serão desenvolvidas as ações. Nesse processo não podem ser selecionadas famílias contempladas em chamadas públicas de ATER, convênios, contratos de ATER celebrados pelo MDA, bem como os assentados de reforma agrária do Governo Federal de responsabilidade do INCRA.

- DIAGNÓSTICO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR – UPF

Momento de aprofundar o conhecimento da situação socioeconômico da família, considerando a Unidade de Produção Familiar (UPF), com vista a realizar uma prospecção das potencialidades, estrangulamentos, ameaças e oportunidade que contribuem para a família se encontrar na condição de extrema pobreza e vulnerabilidade.

- PROPOSTA TÉCNICA PARA ESTRUTURAÇÃO DA UPF

Etapa que busca concretizar o sonho e alcançar o desejo das famílias, com base nas condições técnicas e nas possibilidades identificadas no diagnóstico, devendo contemplar as atividades produtivas que a família definiu realizar na Unidade de Produção Familiar - UPF. Será elaborado um projeto técnico simplificado com a descrição do processo de execução e tecnologia a ser empregada e as orientações a serem disponibili-

zadas para família, por meio do acompanhamento e prestação dos serviços de ATER, de forma contínua pela equipe técnica da AGERP.

- IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS PRODUTIVOS INTEGRADOS

Esta etapa consiste na implantação dos Sistemas Integrados de Tecnologia Sociais e/ou outros sistemas locais em cada Unidade de Produção Familiar – UPF. Muito importante nessa etapa é o trabalho continuo dos técnicos de ATER para a implantação e condução dos projetos técnicos, com vistas a se alcançar os resultados pretendidos.

- ATIVIDADES COLETIVAS

São atividades que, ao longo do processo e à medida que forem demandadas, serão realizadas pela equipe técnica de ATER da SAF/AGERP, com os grupos de produtores constituídos por afinidades. Terão por objetivo discutir temáticas especificas no sentido de contribuir com o acesso das famílias às políticas públicas de combate a pobreza, como os programas de inclusão social e produtivos a exemplo do Programa Bolsa Família, Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, Garantia-safra - GS, Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar - PGPAF, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, dentre outros.

- ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DAS ATIVIDADES

São as atividades a serem desenvolvidas cotidianamente pela equipe técnica de ATER – SAF/AGERP, para orientar, acompanhar e apoiar de forma sistêmica e contínua cada família ou grupo familiar no processo de implantação e desenvolvimento dos projetos definidos no processo de mobilização, diagnóstico, construção da proposta técnica e capacitação, desde as fases inicias de produção até a comercialização, considerando um período de no mínimo 12 meses, podendo ser prorrogado de acordo com a evolução do projeto.

Serão implantados 100 SISTECS em cada um dos 30 municípios que compõem o Plano Mais IDH, totalizando 3.000 SISTECS. O período de execução deste projeto será de 12 meses, dos quais 05 meses serão destinados à implantação da infraestrutura e 07 meses ao desenvolvimento das demais atividades. A equipe técnica deverá dedicar 04 dias da semana para as atividades de campo e um 1 dia para avaliação, registro das atividades realizadas, reuniões com a coordenação e planejamento.

Os SISTECS são tecnologias sociais alternativas de baixo custo, que consistem na produção integrada de alimentos de origem vegetal e animal, como horticultura, piscicultura, apicultura, meliponicultura e criação de pequenos animais, respeitando as formas de produção locais e hábitos alimentares, dando às famílias ferramentas indutoras da soberania alimentar e nutricional e do desenvolvimento local.

Dentre os Sistecs a serem implantados, tem-se como referência os chamados "sisteminhas" desenvolvidos pela Embrapa, a qual terá o papel de capacitar a equipe técnica na implantação dos mesmos.

Para estruturar as unidades produtivas será concedido um fomento rural para as famílias a ser repassado por meio de um cartão de débito especialmente voltado para os saques cujo valor total é R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), que será concedido em nome da mulher. Os desembolsos serão feitos em três parcelas, sendo a 1ª e a 2ª no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais) e a 3ª no valor de R$ 700,00 (setecentos reais).

6. Quadro demonstrativo das ações/Atividades

O Projeto será implementado conforme as seguintes ações, assim discriminadas:

OPERACIONALIZAÇÃO				
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**Responsável**	**PRAZO**	
			INÍCIO	**TÉRMINO**
Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de forma sistêmica e continuada para as famílias beneficiárias.	Mobilização e seleção das famílias beneficiárias	Equipe técnica	set/15	Fev/2016
	Diagnóstico da Unidade Produtiva Familiar - UPF	Equipe técnica	set/15	Fev/2016
	Customização e monitoria do Projeto Técnico SISTECS	Equipe técnica	Set/15	Fev/2016
	Entrega do Cartão do Agricultor Familiar	Equipe técnica	dez/15	jul/2016
	Aquisição dos materiais necessários à implantação dos SISTECS	Agricultores	dez/15	jul/16
	Implantação do SISTECS.	Equipe técnica	dez/15	jul/16

	Visita aos agricultores para acompanhamento e orientação técnica	Equipe técnica	set/15	Ago/17
	Supervisão e monitoria dos trabalhos desenvolvidos.	Equipe técnica	set/15	ago/17
Promover processos de formação e capacitação para os técnicos.	Realização de oficinas para os técnicos com foco nas metodologias de ATER.	SAF/AGERP/EMBRAPA	set/15	set/17
	Oficina de transferência tecnológica da metodologia de montagem e funcionamento dos SISTECS para os técnicos.	SAF/AGERP/EMBRAPA	ago/15	ago/15
	Treinamento Plataforma ERP	SAF/AGERP/EMBRAPA	ago/15	ago/15
Elevar a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias, por meio da diversificação da produção.	Assistência Técnica	Equipe técnica	Jul/15	ago/17
Fomentar o aumento da renda familiar.	Participação em feiras	Equipe técnica	mar/16	set/17
	Acesso a mercados institucionais	Equipe técnica	Jul/16	set/17

Durante todas as fases de execução do projeto serão realizadas avaliações quantitativas e qualitativas, por meio do monitoramento contínuo de todas as ações, visando corrigir distorções e promover adequações do processo.

7. IMPACTOS

- Unidades de Referência Produtiva - URP desenvolvidas de forma sustentável;
- Agricultores capacitados segundo princípios agroecológicos;
- Produção aumentada e diversificada, com elevação do nível de segurança alimentar e nutricional das famílias;

- Produtos da agricultura familiar com valor agregado;
- Agricultores inseridos no mercado por meio da comercialização direta e por acesso ao mercado institucional.

8. PARCERIAS

- EMBRAPA: formação e capacitação dos agentes de ATER para implantação dos SISTECS por meio de seis unidades pilotos, e acompanhamento e monitoramento do processo de implantação dos sistemas nos municípios;
- STTR: apoio logístico e nas ações de articulações nas ações do desenvolvimento do projeto;
- Secretarias Municipais de Assistência Social: disponibilizar informações do CadÚnico;
- Secretarias Municipais de Agricultura: articulação de políticas públicas e apoio logístico às atividades do projeto;
- Banco do Brasil: operacionalização dos recursos do fomento;
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social- SEDES: disponibilização de informações sociais sobre o público do projeto;
- Secretarias Municipais de Educação: gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

9. RECURSOS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO/ATIVIDADES		VALOR (RS)			FONTE DE RECURSOS
		CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	
AÇÕES/ATIVIDADES					
Diagnóstico da Unidade Produtiva Familiar – UPF		1.800.000,00		1.800.000,00	FUMACOP

Customização e monitoria do Projeto Técnico SISTECS		1.200.000,00		1.200.000,00	FUMACOP
Implantação dos SISTECS	Concessão de fomento aos trabalhadores	8.100.000,00		8.100.000,00	FUMACOP
Visita aos agricultores para acompanhamento e orientação técnica		2.100.000,00		2.100.000,00	FUMACOP
Supervisão e monitoria dos trabalhos desenvolvidos.		265.273,00		265.273,00	FUMACOP
Realização de Capacitações	Realização de oficinas para os técnicos com foco nas metodologias de ATER.	75.000,00		75.000,00	FUMACOP
	Oficina de transferência tecnológica da metodologia de montagem e funcionamento dos SISTECS para os técnicos.	228.000,00		228.000,00	FUMACOP
	Treinamento Plataforma ERP	54.000,00		54.000,00	FUMACOP
Total Geral				**13.822.273,00**	

ANEXO

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

Ação/Atividades	Ano 2015												Ano 2016					
	1º Semestre / Mês						2º Semestre / Mês						1º Semestre / Mês					
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6
1. Mobilização e Sensibilização das Famílias																		
2. OFICINA DE ATER – formação de 90 técnicos em princípios e metodologia de ATER.																		
3.OFICINA TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA – realização de 6 (seis) oficinas, com 15 técnicos, sobre metodologia de montagem e funcionamento dos SISTECS desenvolvido pela EMBRAPA.																		
4. TREINAMENTO PLATAFORMA ERP (Tecnologia Informática) para 90 técnicos.																		
5. CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES em serviço sobre metodologia de montagem e funcionamento dos SISTECS.																		
6. CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES EM POLITICAS PÚBLICAS.																		
7. CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES em sistemas de produção e comercialização.																		
8. CAPACITAÇÕES EM ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO e constituição e/ou gestão de associações comunitárias rurais.																		
11. Acompanhamento e Monitoramento																		
12. Avaliação																		

QUADRO 02 - ORÇAMENTO DETALHADO

ITEM	ATIVIDADES	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Realização de oficinas para os técnicos com foco nas metodologias de ATER.	Oficina	03	25.000,00	75.000,00
02	Oficina de transferência tecnológica da metodolo-	Oficina	06	38.000,00	228.000,00

	gia de montagem e funcionamento dos SISTECS para os técnicos.				
03	Treinamento Plataforma ERP (Tecnologia Informática)	Treinamento	09	6.000,00	54.000,00
04	Diagnóstico da Unidade Produtiva Familiar – UPF	Família	9.000	200,00	1.800.000,00
05	Customizaçao e monitoria do Projeto Técnico SISTECS	Projeto	3.000	400,00	1.200.000,00
06	Visita aos agricultores para acompanhamento e orientação técnica	Visitas técnicas	21.000	100,00	2.100.000,00
07	Supervisão e monitoria dos trabalhos desenvolvidos.	Laudo municipal	360	736,87	265.273,00
08	Concessão de fomento aos trabalhadores	Família	3.000	2.700,00	8.100.000,00
TOTAL GERAL					**13.822.273,00**

Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

Diretoria de Recursos Fundiários

Diretoria de Assentamentos e Desenvolvimento Rural

São Luís

2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: Regularização Fundiária e Consolidação de Assentamentos.

1.2 Órgão Executor:

Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA
Diretoria de Recursos Fundiários – DRF
Diretoria de Assentamentos e Desenvolvimento Rural – DADR

1.3 Localização Geográfica: O projeto será desenvolvido nos municípios integrantes do Plano MAIS IDH, assim distribuídos:

- **19 (dezenove) Municípios ainda não contemplados com ações do ITERMA**: Marajá do Sena, Jenipapo dos Vieiras, Satubinha, Lagoa Grande do Maranhão, São João do Caru, Arame, Belágua, Conceição do Lago-Açu, Aldeias Altas, São Raimundo do Doca Bezerra, Centro Novo do Maranhão, Brejo de Areia, Serrano do Maranhão, Amapá do Maranhão, Araioses, Santa Filomena do Maranhão, Milagres do Maranhão, São Francisco do Maranhão, Afonso Cunha.
- **11 (onze) Municípios contemplados com ações do ITERMA, com 30 (trinta) Projetos de Assentamentos:** Fernando Falcão, Água Doce do Maranhão, Santana do Maranhão, Primeira Cruz, Pedro do Rosário, São João do Sóter, São Roberto, Itaipava do Grajaú, Santo Amaro do Maranhão, Governador Newton Bello, Cajari.

1.4 Período de Execução:

Início: Fevereiro/2015
Término: Dezembro/2018

1.5 Coordenação do Projeto:

Titular: Pedro Pascoal de Souza Filho
Cargo: Diretor de Assentamento e Desenvolvimento Rural
Contatos: pedropascoal.iterma@gmail.com; (98) 2106 2022 – (98)98899 7913
Suplente: Augusto Cézar de Moraes Salgado
Cargo: Diretor de Recursos Fundiários
Contatos: salgado.iterma@gmail.com; (98)99971 3463

2. JUSTIFICATIVA

A falta de regularização fundiária das terras devolutas do Estado do Maranhão, nos municípios integrantes do Plano Mais IDH, ante ao presumido estoque de glebas ainda não incorporadas ao patrimônio público estadual daquelas localidades, e a sua justa distribuição, impulsionam conflitos agrários, que comprometem a paz no campo e contribuem para o êxodo rural.

A arrecadação sumária dessas terras e a titulação de seus ocupantes são ações importantes para garantir às famílias beneficiadas acesso às políticas sociais da reforma agrária e a segurança jurídica garantida pelo título dominial, condições que muito contribuirão para a superação da extrema pobreza em que vivem essas famílias.

A não consolidação dos atuais Projetos Estaduais de Assentamento (PE's) impede sobremaneira o desenvolvimento das famílias assentadas. Estabelecidos em dez municípios integrantes do Plano Mais IDH, diante da inércia de governos anteriores, encontram-se completamente abandonados, desprovidos de infraestrutura, sem assistência técnica e sem acesso a créditos produtivos, apresentando-se como grandes favelas rurais. A consolidação desses PE's é medida que se impõe para resgatar a dignidade das famílias assentadas.

A ação de regularização fundiária das terras devolutas e a sua justa distribuição e ação de consolidação dos assentamentos, a que se propõe o ITERMA a executar, garantida assistência técnica, infraestrutura e acesso ao crédito, contribuirão para progresso social e econômico das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis dos municípios do Plano Mais IDH.

Com a implementação deste projeto espera-se impactar a dimensão renda do IDHM dos 30 municípios do Plano MAIS IDH, uma vez que estando os assentamentos regularizados as famílias poderão acessar as diversas políticas públicas necessárias à sua consolidação.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral: Promover a regularização fundiária e consolidação de assentamentos dos municípios integrantes do Plano Mais IDH.

3.2 Objetivos Específicos

- Identificar áreas com potencial para criação de novos assentamentos nos 20 municípios;
- Proceder à regularização fundiária nos 30 municípios;
- Implantar Projetos Estaduais de Assentamento de Reforma Agrária – PE's, garantindo as condições de infraestrutura, assistência técnica e extensão rural, acesso aos créditos e demais políticas nacionais da reforma agrária nos 30 municípios;
- Criar condições de sustentabilidade aos Projetos Estaduais de Assentamento de Reforma Agrária – PE's já estabelecidos em 11 (onze) municípios integrantes do Plano Mais IDH.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Agricultores e agricultoras familiares assentados/as do Estado e posseiros de terras públicas sem titulação.

5. METODOLOGIA

A gestão deste projeto é de responsabilidade do ITERMA, com coordenação compartilhada entre as diretorias de Regularização Fundiária e de Assentamento e Desenvolvimento Rural.

Na regularização fundiária, o início do processo ocorre com o levantamento das áreas presumivelmente devolutas e passíveis de regularização fundiária, por meio de visitas *in loco,* que servem para confirmar o processo de predefinição, determinando-se, após este processo, as áreas a serem beneficiadas por este projeto, conferindo caráter participativo a esta etapa. Estas visitas contarão com a representação do Po-

der Púbico Municipal, movimentos sociais e de trabalhadores e trabalhadoras rurais em cada município.

No que se refere aos Projetos Estaduais de Assentamentos de Reforma Agrária – PE's, estes foram identificados a partir das informações constantes no Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária – SIPRA, gerenciado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Uma vez identificados os PE's serão realizados diagnósticos por Projeto, a fim de que sejam levantadas as necessidades de infraestrutura, situação socioeconômica e ambiental, assistência técnica e extensão rural, créditos produtivos, necessários ao desenvolvimento dos projetos de assentamento.

O quadro de operacionalização das ações deste projeto está disposto conforme abaixo:

OPERACIONALIZAÇÃO				
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**RESPONSÁVEL**	**PRAZO**	
			INÍCIO	**TÉRMINO**
Identificar áreas com potencial e criar novos assentamentos nos 19 municípios.	Visita aos 19 (dezenove) municípios para realização de reuniões com Prefeituras e entidades representativas dos trabalhadores rurais para obter informações sobre os trabalhadores que ocupam terras devolutas na condição de posseiros, visando ações do ITERMA nessas áreas.	DRF e DADR	Mar/15	Abr/15
	Realizar Seminários sobre Regularização Fundiária e Políticas de Reforma Agrária (Ações do ITERMA) nos19 (dezenove) municípios.	DRF e DADR	FEV/17	DEZ/17
	Análise de pedidos de concessão de direito real de uso.	DADR	Fev/15	Dez/17
	Deflagração de processo de criação de PE's.	DADR	Abr/16	Dez/18
Proceder à regularização fundiária nos 30 municípios	Deflagração de processos de regularização fundiária, mediante a vistoria, demarcação, georreferenciamento, arrecadação e titulação.	DRF	Mai/15	Dez/18
	Demarcação e regularização de terras presumivelmente devolutas.	DRF	Mai/15	Dez/18
Implantar Projetos Estaduais de Assentamento de Reforma Agrária – PE's, garantindo as condições de infraestrutura, assistência técnica e exten-	Realização de estudos agronômicos e sociais.	DADR	Mai/15	Dez/17
	Emissão de Portarias de criação de PEs para homologação junto ao INCRA	Presidência do ITERMA	Mai/15	Dez/17

OPERACIONALIZAÇÃO				
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**RESPONSÁVEL**	**PRAZO**	
			INÍCIO	**TÉRMINO**
são rural, acesso aos créditos e demais políticas nacionais da reforma agrária nos 30 municípios;	Realização de estudos socioeconômicos e agronômicos dos 30 PEs já implantados nos 11 municípios.	DADR	Mai/15	Jun/15
	Realizar 30 Oficinas de Qualificação de Demandas nos PE's nos 11 municípios.	DADR	Abril/17	Nov/17
Criar condições de sustentabilidade aos Projetos Estaduais de Assentamento de Reforma Agrária – PE's já estabelecidos em 11 (onze) municípios integrantes do Plano Mais IDH	Realização de parcerias para garantir a disponibilização de infraestrutura básica (estrada, habitação, energia elétrica, sistema de abastecimento de água etc.) às famílias assentadas dos 30 PEs.	Presidência do ITERMA	Mar/15	Dez/18
	Celebração de convênios e parceria para garantir a oferta de assistência técnica e extensão rural continuada para implantação de projetos produtivos nos 30 PE's, criando condições para que as produções possam ser financiadas por meio dos créditos disponibilizados pelo INCRA (Apoio Inicial I e II, Fomento Mulher, Fomento, microcrédito e Mais Alimentos na Reforma Agrária) ou pelos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.	Presidência do ITERMA	Fev/15	Dez/18
	Viabilização de condições para que as famílias dos PE's tenham acesso ao crédito do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR.	DADR	Fev/15	Dez/18
	Cadastramento/Recadastramento das famílias dos 30 PEs no Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária – SIPRA, possibilitando o acesso às políticas públicas direcionadas para a reforma agrária, tais como habitação e crédito para a produção.	DADR	Fev/15	Dez/18
	Emissão de Declarações de Aptidão ao PRONAF – DAP aos assentados (as) dos PE's, possibilitando acesso ao crédito do PRONAF A e A/C, Provisória para acesso aos programas de inserção ao mercado institucional (PAA e PNAE), dentre outras, a partir das solicitações das Associações de PEs que apresentarem projetos produtivos para financiamento pelo PRONAF.	DADR	Mai/15	Dez/18

OPERACIONALIZAÇÃO				
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**RESPONSÁVEL**	**PRAZO**	
			INÍCIO	**TÉRMINO**
	Cadastramento dos imóveis dos PEs, no Cadastro Ambiental Rural – CAR (Registro público eletrônico das informações ambientais dos imóveis rurais), criando condições para o acesso aos créditos nas suas diversas modalidades (Apoio Inicial I e II, Fomento, Fomento Mulher, PRONAF e habitação).	DADR	Mai/15	Dez/17
	Organização e custódia de dossiês individualizados das famílias dos PEs, com os documentos pessoais, CNIS, cópias das DAPs emitidas, etc.	DADR	Fev/15	Dez/16

A avaliação deste projeto se dará por meio de reuniões mensais envolvendo as diretorias com as suas respectivas equipes técnicas, a fim de acompanhar o desenvolvimento das ações.

6. IMPACTO

- Terras regularizadas;
- Conflitos agrários no Estado reduzidos;
- Acesso a políticas públicas ampliado;
- Assentamentos consolidados.

7. PARCERIAS

- INCRA: certificação das demarcações topográficas e homologação de PE's;
- Sindicatos e Associações de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: indicações de terras devolutas e provocação de pedidos de regularização fundiária dos associados;
- Prefeituras e Câmaras de Vereadores: indicações de terras devolutas e provocação de pedidos de regularização fundiária dos associados.

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO/ATIVIDADES		**VALOR (RS)**			**FONTE DE RECURSOS ***
		CUSTEIO	**INVESTIMENTO**	**TOTAL**	
AÇÕES					
Viagens para execução operacional do projeto	Diárias	R$ 1.245.600,00		R$ 1.245.600,00	Tesouro Estadual
	Locação de veículos	R$ 2.025.000,00		R$ 2.025.000,00	Tesouro Estadual
Subtotal 1				**R$ 3.270.600,00**	
RECURSOS HUMANOS					

15 Técnicos de nível superior.	Terceirização	R$ 1.462.500,00		R$ 1.462.500,00	Tesouro Estadual
45 Assistentes de nível médio.	Terceirização	R$ 2.925.000,00		R$ 2.925.000,00	Tesouro Estadual
Subtotal 2				R$ 4.387.500,00	
Georeferenciamento de 30 PE'S	km/Perímetro	R$ 477.050,00		R$ 477.050,00	Tesouro Estadual
Subtotal 3				**R$ 477.050,00**	
FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO					
Realização de 39 eventos	Despesas com os eventos	R$ 235.074,92		**R$ 235.074,92**	Tesouro Estadual
Subtotal 4				**R$ 235.074,92**	
Total Geral				**8.370.224,92**	

9. CONTRAPARTIDA

Não há contrapartida neste projeto.

10. AVALIAÇÃO

METAS	INDICADORES	COMPONENTES	PERIODICIDADE	FONTE
Atender 3.245 famílias em áreas de assentamento	N° de Famílias beneficiadas com ações de assentamentos	Ações: Car, atualização cadastral das famílias assentadas, inclusão no SIPRA, emissão de DAP e acesso a crédito.	Bimestral	ITERMA
Atender 1.000 famílias com titulações de terras	N° de Famílias beneficiadas com ações de titulação das terras ocupadas	Emissão de títulos	Bimestral	ITERMA
Regularizar 40.000 hectares de terras devolutas do Estado*	Hectares de terras devolutas regularizados	Abertura de processo de arrecadação; demarcação das terras; consultas aos órgãos; certidões negativas; matrícula.	Bimestral	ITERMA
Demarcar 658 Km de perímetro nos 30 PE's	Ter demarcado os perímetros dos 30 PE's do Programa Mais IDH	Levantamento e demarcação dos perímetros dos PE's.	Bimestral	ITERMA
Realizar 39 eventos de formação/capacitação e divulgação das ações do ITERMA	Eventos executados nos 30 municípios do Programa Mais IDH	Ações: mobilização dos PE's, das lideranças locais de representação dos agricultores (as) familiares, do poder público.	Bimestral	ITERMA

Nota 01: **Este é um valor estimado, devido não se ter um estudo mais aprofundado sobre cada município.*

ANEXOS

QUADRO 01 - RELAÇÃO DOS 11 MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM AÇÕES DO ITERMA, COM 30 (trinta) PROJETOS DE ASSENTAMENTOS

MUNICÍPIO	PROJETOS	FAMÍLIAS	ÁREAS (ha)
Água Doce do Maranhão	Curva Grande	156	6523,7054
	Curvinha I	250	5762,4498
Cajari	Santa Rosa	78	1054,011
Esperantinópolis/São Roberto	Santa Cruz	31	417,2976
Fernando Falcão	São Francisco	81	4000,0000
	Sítio dos Arrudas	67	1286,9662
Gov. Newton Bello	Santa Lucia	39	385
Itaipava do Grajaú	Itaipava II	262	9292,7861
	Itaipava	1.438	32495,0638
Pedro do Rosário	Ponta da Formiga	51	958,9713
Primeira Cruz	Algodão	29	893,9341
	Boca do Campo	28	658,3055
	Buriti	21	768,2433
	Machado I	24	1484,8861
	Machado II	23	1173,9039
	Ronca/Mirim Cheiroso	51	5429,0562
	Troncho/Buritizal	32	1609,447
	Zelino	29	1529,2989
	Papagaio	32	1647,6524
	Corralzinho	29	1247,7464
	PUBA	60	1596,1235
	CAPEMBA	18	479,459
	ALEGRIA	60	1119,43
	MATÕES	78	1776,1977
Santo Amaro	Riachão	105	4974,1648
	Rio Grande	100	6484,5574
	Satuba	43	3410,5578
Santana do Maranhão	Cabeceira do Magu	32	1856,6785
	Santo Antonio I	19	901,2734
São João do Sóter	Cipó (Quilombola)	159	2404,9567
TOTAL		**3.425**	**103.622,12**

QUADRO 02 - DETALHAMENTO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS

Gastos						Valores
Assentamento						**8.370.224,92**
1. Contratação						
	Salário	Quantidade de Profissionais	Número de pagamentos	Adicional de contratação		
Técnico de Nível Superior	R$ 3.000,00	15	13	2,5		R$ 1.462.500,00
Assistente nível médio	R$ 2.000,00	45	13	2,5		R$ 2.925.000,00
Total Geral	**-**	**60**	**-**	**-**		**R$ 4.387.500,00**
2. Logística						
	Quantidade	Despesa	Quantidade de Profissionais	Despesas com combustível e manutenção (50% do valor do contrato)	Período de contratação	
Diárias	120	R$ 173,00	60		-	R$ 1.245.600,00
Locação de veículo com motorista	15	R$ 7.500,00	-	R$ 3.750,00	12	R$ 2.025.000,00
Total Geral	-	-	-	-	-	**R$ 3.270.600,00**
3. Georeferenciamento						
	Quantidade PE's		Valor por Km	km/Perímetro		
Demarcação de Perímetro	30		R$ 725,00	658		R$ 477.050,00
Total Geral	-		-	-		**R$ 477.050,00**
4. Ações de Formação/Capacitação						
	Número de Eventos	Despesa Alimentação	Despesa com Material didático	Despesa com Cartilha e Material de Publicidade (folderes, banneres,etc)	Locação de Espaço e Equipamentos	
Seminários nos Municípios	19	R$ 42.750,00	R$ 4.560,00	R$ 34.200,00	R$ 24.864,92	**R$ 106.374,92**
Oficinas nos PE's	30	R$ 67.500,00	R$ 7.200,00	R$ 54.000,00	-	**R$ 128.700,00**
Total Geral	**49**	**R$ 110.250,00**	**R$ 11.760,00**	**R$ 88.200,00**	**R$ 24.864,92**	**R$ 235.074,92**

Secretaria de Estado da Agricultura Familiar

Superintendência de Comercialização

Departamento de Feiras e Acesso a Mercados

São Luís

2016

1 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1.Título do Projeto: FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

1.2. Órgão Executor

Secretaria de Estado da Agricultura Familiar-SAF

Superintendência de Comercialização - SUPEC

Departamento de Feiras e Acesso a Mercados - DFAM

1.3. Localização Geográfica: O projeto será desenvolvido nas sedes dos 30 municípios integrantes do Plano Mais IDH: Brejo de Areia, Conceição do Lago Açu, Marajá do Sena, Arame, Fernando Falcão, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Afonso Cunha, Aldeias Altas, São João do Sóter, Milagres do Maranhão, Santana do Maranhão, Araioses, Água Doce do Maranhão, Belágua, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, Lagoa Grande do Maranhão, Pedro do Rosário, Serrano do Maranhão, Santa Filomena do Maranhão, Primeira Cruz, Santo Amaro, São Francisco do Maranhão, São João do Caru, Satubinha, Cajari, Amapá do Maranhão, Centro Novo do Maranhão e Governador Newton Bello.

1.4. Período de execução:

Início: Julho/15

Término: Dezembro/18.

1.5.Coordenação do Projeto:

Titular: Marilene Gomes Bandeira

Cargo: Superintendente de Comercialização/SAF

Contato: (98) 99220-8475

E-mail: mgbandeira@hotmail.com

Suplente: Antônia Lúcia Sardinha

Cargo: Coordenadora de Mercados Institucionais

Contato: (98) 98714-1981

E-mail: luciamalheiros@yahoo.com.br

2. JUSTIFICATIVA

Um dos fatores mais marcantes da baixa geração de renda por parte da agricultura familiar é a ausência ou baixa ocorrência de canais de comercialização direta da sua produção.

A condição da comercialização na agricultura familiar é caudatária do perfil da produção. Nos últimos anos a agricultura familiar teve redução da área plantada com arroz, feijão e mandioca, devido à falta de incentivos governamentais, aos problemas climáticos e ao avanço da monocultura sobre as áreas de cultivo familiar.

Por outro lado, ocorreu um aumento da população do Estado do Maranhão, que passou de 6.574.789 milhões, em 2010, para 6.850.884 milhões, em 2014 (IBGE, 2015), implicando em maior demanda por alimentos. A diminuta escala de produção local, associada às dificuldades estruturais de comercialização, impulsiona a entrada de produtos de outros estados, como Ceará, Pernambuco e do sul do país.

Torna-se imperioso que se desenvolvam formas de geração de renda da agricultura familiar e, nesse contexto, as Feiras Livres aparecem como uma alternativa capaz de iniciar uma transição do perfil da agricultura de subsistência para a de comercialização, reduzindo-se a dependência local da oferta exógena de alimentos e fortalecendo o escoamento dos produtos de subsistência locais. A um só tempo, este movimento poderá potencializar uma redução no nível dos preços dos alimentos, estimular a ampliação da produção para geração de renda monetária e reduzir a intermediação na comercialização.

Este projeto visa também estimular as práticas dos princípios da Economia Solidária, por meio do preço justo, boas práticas de comercialização e de valorização do trabalho feminino, o consumo de produtos da agricultura familiar com perfil orgânico ou agroecológico, dentre outros.

A geração de renda rural é um dos fatores de combate à pobreza no campo e se encontra contemplada no Plano Mais IDH, instituído pelo Governo do Estado segundo o Decreto nº 30.612, de 02 de janeiro de 2015, que se destina a elevar os IDHM dos 30 municípios do referido Plano.

O IDHM compreende três dimensões: *Educação, Longevidade e Renda*. Este projeto potencializa a elevação do indicador *Renda per capita Municipal* por meio da geração de renda e do estímulo à circulação local da renda.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Promover e fortalecer a comercialização direta dos produtos da agricultura familiar com vistas à elevação de renda.

3.2Objetivos Específicos

- Implantar feiras livres da Agricultura Familiar;
- Qualificar as feiras livres já existentes.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Agricultores familiares locais.

5. METODOLOGIA

A coordenação geral do Projeto é da SAF, por meio da Coordenação de Feiras e Acesso a Mercados, enquanto que, nos municípios, será realizada pelos técnicos do Mais IDH/Agerp e a operacionalização das feiras será de responsabilidade dos agricultores selecionados.

O processo de instalação de novas feiras e a qualificação das já existentes se dará por meio de parcerias entre o Sistema SAF, a SETRES, as Prefeituras, os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais –STTR's e demais movimentos sociais, com responsabilidades previamente estabelecidas para cada etapa do projeto.

Todo o processo terá o protagonismo das famílias beneficiárias por este projeto, cabendo a elas desde a condução higiênica dos produtos, armação das bancas, limpeza da área e conservação dos equipamentos e materiais, para isso utilizando mão-de-obra da própria família.

A orientação metodológica deste projeto está associada aos princípios da Economia Solidária, que serão disseminados nas capacitações para todos os sujeitos envolvidos no processo.

O processo de identificação das famílias se dará por meio de um cadastro realizado pelos técnicos de Ater, contendo informações sobre a produção (tipos de produtos, quantidades, comercialização, custos, preços, dentre outros). Após esse levantamento, serão definidas as famílias aptas a participarem das feiras.

Quanto à periodicidade das feiras, a princípio, ocorrerão mensalmente antes de os Sistecs se consolidarem. Em seguida, a periodicidade será quinzenal, para, enfim, se alcançar a realização de feiras semanais.

5.1 - Quadro demonstrativo das ações – Atividades.

OPERACIONALIZAÇÃO				
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**RESPONSÁVEIS**	**PRAZO**	
			INÍCIO	**TÉRMINO**
Implantar feiras livres da Agricultura Familiar	Identificação e seleção das famílias	Equipe de ATER	Jun/2016	Dez/2018
	Elaboração do regulamento das feiras	Equipe técnica, STTR e público beneficiário	Set/2016	Dez/2017
	Licitação aquisição dos equipamentos e materiais	SAF	Jul/2015	Dez/2015
	Entrega de equipamentos e materiais	SAF	Jan/2016	Dez/2016
	Criação de informativo sobre feiras livres e outros serviços	Equipe técnica	Jan/2016	Dez/2018
	Identificação das feiras existentes e situação de funcionamento	Equipe de ATER	Jun/2016	Dez/2018
Qualificar as feiras livres já existentes	Identificação e seleção das famílias	Equipe de ATER	Jun/2016	Dez/2018
	Elaboração do regulamento das feiras	Equipe técnica, STTR e público beneficiário	Set/2016	Mar/2018
	Licitação aquisição dos equipamentos e materiais	SAF	Jul/2015	Dez/2015
	Entrega de equipamentos e materiais	SAF	Jan/2016	Dez/2016
	Criação de informativo sobre feiras livres e outros serviços	Equipe técnica	Jan/2016	Dez/2018

Após a realização de cada feira será realizado um levantamento dos dados da comercialização pela equipe de Ater/Mais IDH.

6. IMPACTOS

- Feiras livres implantadas;
- Feiras livres qualificadas;
- Renda familiar aumentada.

7. PARCERIAS:

Setres:

- Qualificação das feiras segundo os princípios da Economia Solidária.

Prefeituras:

- Emissão de licença de uso de espaço urbano para funcionamento das feiras;
- Contribuição com a logística de transporte dos produtos a serem comercializados;
- Garantia de ponto de apoio sanitário e/ou viabilizar a instalação de banheiros ecológicos- químicos;
- Coleta do lixo.

STTR's:

- Colaboração no processo de mobilização, divulgação, guarda de materiais, disponibilização de local das reuniões de avaliação das feiras;
- Colaboração na elaboração do regulamento das feiras.

Demais movimentos sociais:

- Participação no processo de mobilização e organização das feiras.

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO/ATIVIDADES		VALOR (RS)			FONTE DE RECURSOS
		CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	
AÇÕES/ATIVIDADES					
Realização de Capacitações	Oficinas em princípios e práticas de Economia Solidária				
RECURSOS HUMANOS[1]					
Engenheiro agrônomo	30				
Técnico agropecuário	60				
RECURSOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS					
Aquisição de barracas	Licitação	300.000,00		300.000,00	Fumacop
Aquisição de caixas plásticas		5.100,00		5.100,00	
Aquisição de gaiolas		2.760,00		2.760,00	
Aquisição de caixas de isopor		1.950,00		1.950,00	
Aquisição de balança			11.850,00	11.850,00	
Aquisição de Pallete		3.420,00		3.420,00	
Aquisição de jalecos		10.080,00		10.080,00	
Aquisição de bonés		1.512,00		1.512,00	
Aquisição de camisas		3.895,20		3.895,20	
Aquisição de sacolas personalizadas		1.290,00		1.290,00	
Confecção de folders		1.000,00		1.000,00	
Total Geral		**331.007,20**	**11.850,00**	**342.857,20**	

(1) Os custos com profissionais estão orçados no Projeto ATER.

9. CONTRAPARTIDA:

Não há contrapartida neste projeto.

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

METAS	INDICADORES	FONTE	PERIODICIDADE
Implantar 20 feiras semanais	N° de produtores cadastrados	Relatório Supec	Mensal
	N° de produtores participantes das feiras	Relatório Supec	Mensal
	Quantidade de equipamentos e materiais adquiridos	Relatório Supec	Mensal
	Número de feiras implantadas	Relatório Supec	Mensal
Aprimorar 10	N° de produtores cadastra-	Relatório Supec	Mensal

feiras já existentes	dos		
	N° de produtores participantes das feiras	Relatório Supec	Mensal
	Qtd de equipamentos e materiais adquiridos	Relatório Supec	Mensal
	N° de feiras aprimoradas	Relatório Supec	Mensal
Capacitar 300 agricultores/feirantes (10 em cada município)	N° de agricultores/feirantes capacitados por município	Relatório Supec	Mensal
Fomentar a comercialização nos 30 municípios	Valor comercializado por feira	Relatório Supec	Mensal
	Renda média mensal dos feirantes	Relatório Supec	Mensal

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Secretaria Adjunta de Renda de Cidadania

São Luís

2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.

1.1 Título do Projeto: Bolsa Escola (Mais Bolsa Família)

1.2 Órgão Executor: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social-SEDES/Secretaria Adjunta de Renda de Cidadania-SARC;

1.3 Localização Geográfica: Nos 30 municípios de menor IDH do Estado do Maranhão: Fernando Falcão, Marajá do Sena, Jenipapo dos Vieiras, Satubinha (todos os povoados têm água), Água Doce do Maranhão, Lagoa Grande do MA, São João do Caru, Santana do Maranhão, Arame, Belágua, Conceição do Lago Açu, Primeira Cruz, Aldeias Altas, Pedro do Rosário, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, São João do Sóter, Centro Novo do Maranhão, Itaipava do Grajaú, Santo Amaro do Maranhão, Brejo de Areia, Serrano do Maranhão, Amapá do Maranhão, Araioses, Governador Newton Belo, Cajari, Santa Filomena do Maranhão, Milagres do Maranhão, São Francisco do Maranhão e Afonso Cunha.

1.4 Período de execução:

Início: Janeiro/2015

Término: Janeiro/2019

1.5 Coordenação do Projeto:

Titular: Ana Gabriela Borges

Cargo/Função: Secretaria Adjunta de Transferência de Renda de Cidadania.

Contato: 98 981246364/991669413

E-mail: anagabyborges@hotmail.com

Suplente: André Luíz Neves

Cargo/Função: Gestor de Programas

Contato: 98 984643132

E-mail: andrelrneves78@gmail.com

2. JUSTIFICATIVA

O Maranhão é o estado com o maior percentual de população extremamente pobre do Brasil, com 25,8% (1,7 milhão de pessoas) sobrevivendo com uma renda mensal per capita mensal de até R$ 77,00. (Censo 2010/IBGE).

Segundo o diagnóstico preliminar do Plano de Ação Mais IDH (IMESC, 2015) nos trinta municípios de menor IDHM do Estado, destaca-se que 28 deles estão no ranking dos 200 municípios com menor IDHM Renda do Brasil, sendo que o primeiro, o segundo e o terceiro lugares são ocupados, respectivamente, pelos municípios de Marajá do Sena, Fernando Falcão e Belágua.

Dada esta situação, formular, implementar e monitorar políticas públicas de transferência de renda, produzem impacto imediato pela sua capilaridade. Nessa direção, em 2004, o Governo Federal criou o Programa Bolsa Família (PBF), que se constitui em um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, destinado a famílias em condição de pobreza e extrema pobreza. O PBF visa não só promover o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência de renda, mas também impedir sua reprodução, por meio do estímulo do exercício de direitos sociais básicos, como saúde e educação, e da articulação de estratégias de promoção do desenvolvimento das capacidades dessas famílias.

O Governo do Estado do Maranhão, através da Lei no. 10221, de 01/04/15, criou o *Programa* Bolsa Escola (Mais Bolsa Família), que propõe assegurar a constituição de benefícios financeiros variáveis, de caráter extraordinário, para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar.

O *Programa* Bolsa Escola (Mais Bolsa Família) tem como objetivo principal contribuir para a promoção da dignidade de crianças e jovens em todo o estado do Maranhão, na condição de extrema pobreza, cadastradas no Cadastro Único e beneficiárias do Programa Bolsa Família, com acesso e permanência à sala de aula, bem como contribuir no combate à taxa de abandono e evasão, permitindo que os beneficiários possam frequentar a escola vestidos e/ou calçados adequadamente e portando seu material escolar individual (mochila, caderno, lápis/canetas, régua, etc.).

Este projeto beneficiará quase 1.400.000 crianças e jovens em todo o Estado do Maranhão, dos quais 125.831 residem nos 30 municípios de menor IDHM, objeto das ações do Plano MAIS IDH, impactando diretamente as dimensões renda e educação.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Contribuir para promoção da dignidade de crianças e jovens maranhenses na condição de extrema pobreza.

3.2 Objetivos Específicos

- Assegurar transferência direta de recursos para aquisição de material escolar às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família;

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Os beneficiários do Programa Bolsa Família, que tenham em sua composição crianças e jovens com idade entre quatro e dezessete anos e estejam matriculados em escolas públicas.

Município	Quantidade de Famílias	Quantidades de Crianças no Município no Perfil
Afonso Cunha	654	1.470
Água Doce do Maranhão	1.491	2.835
Aldeias Altas	2.653	5.871
Amapá do Maranhão	734	1.455
Araioses	4.290	8.330
Arame	3.191	6.939
Belágua	928	2.293
Brejo de Areia	718	1.590
Cajari	2.117	4.180
Centro Novo do Maranhão	1.701	3.758
Conceição do Lago-Açu	1.921	4.083
Fernando Falcão	1.111	2.307
Governador Newton Bello	1.228	2.405
Itaipava do Grajaú	1.504	3.009
Jenipapo dos Vieiras	1.552	3.289
Lagoa Grande do Maranhão	1.235	2.629
Marajá do Sena	958	2.056
Milagres do Maranhão	869	1.911

Pedro do Rosário	2.826	5.699
Primeira Cruz	1.498	3.441
Santa Filomena do Maranhão	696	1.366
Santana do Maranhão	1.049	2.076
Santo Amaro do Maranhão	1.441	3.226
São Francisco do Maranhão	1.285	2.362
São João do Carú	1.477	3.398
São João do Soter	2.021	4.359
São Raimundo do Doca Bezerra	724	1.407
São Roberto	683	1.259
Satubinha	919	1.733
Serrano do Maranhão	1.314	2.507
Total	**44.788**	**93.243**

5. METODOLOGIA

A gestão do Programa Bolsa Escola (Mais Bolsa Família) será realizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, por meio da Secretaria Adjunta de Transferência de Renda de Cidadania que fará a execução, monitoramento e avaliação, a cada ano, utilizando-se das ferramentas e base de dados, disponibilizados pelos Ministérios do Desenvolvimento Social (CadÚnico) e Ministério da Educação (matrícula escolar).

O Bolsa Escola (Mais Bolsa Família) assegura a transferência de benefícios financeiros variáveis de caráter extraordinário, que se constitui de parcela única e anual, no início do ano letivo, a ser paga às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, destinado a unidades familiares que tenham em sua composição crianças e jovens entre 4 e 17 anos, matriculados em escola pública, durante o ano letivo anterior.

Cada família beneficiária, em janeiro de 2016, na primeira etapa do programa, receberá um cartão magnético com crédito correspondente ao valor de R$ 46,00 (quarenta e seis reais) para cada criança e adolescente, válido por 90 dias.

O cartão, que será entregue bloqueado, terá unicamente a função débito e o material escolar deverá ser adquirido junto aos estabelecimentos comercias credenciados pela SEDES.

O credenciamento dos estabelecimentos comerciais obedecerá aos critérios descritos na Regulamentação do Projeto, estabelecida em Decreto Governamental.

As comunicações que serão destinadas às famílias beneficiárias e os cartões magnéticos bloqueados serão entregues, em suas residências, pelos CORREIOS.

O projeto prevê a instalação de uma Ouvidoria com o objetivo de prover acesso às informações sobre o projeto Bolsa Escola (Mais Bolsa Família) à população beneficiária e sociedade civil em geral, zelando pela aplicação dos princípios éticos das relações entre o cidadão usuário e o Governo do Estado, por meio da SEDES, com intuito de defender seus direitos e garantir a qualidade das ações e serviços prestados.

Por meio de um serviço de telefonia gratuito para o usuário – 0800, a Ouvidoria será o canal onde as famílias beneficiárias, a sociedade civil em geral e membros do Comitê Municipal do Mais IDH poderão também fazer denúncias, elogios, críticas e dirimir dúvidas, através do numero, 08000981656.

Será feita a tabulação dos assuntos tratados pela população e Comitê para que as situações relatadas sejam solucionadas.

Quadro 1. Demonstrativo de Ações

OPERACIONALIZAÇÃO				
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**		**PRAZO**	
		RESPONSÁVEL	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
Assegurar a transferência direta de recursos para aquisição de material escolar às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.	Seleção do público beneficiário;	SEDES/SARC	03/01/15	30/04/15
	Credenciamento dos estabelecimentos comerciais nos municípios;	SEDES/SARC	24/08/15	30/12/15
	Estabelecimento de parcerias;	SEDES/SARC	04/05/15	10/08/15
	Emissão dos cartões;	Banco do Brasil	01/10/15	13/11/15
	Distribuição dos cartões aos beneficiários;	SEDES/SARC/ CORREIOS	16/11/15	29/02/16
	Licitação dos serviços e equipamentos da Ouvidoria;	SEDES/SARC/CSL	18/05/15	30/12/15
	Transferência dos benefícios;	Banco do Brasil	21/12/15 e ANUAL	10/01/16 e ANUAL
	Gestão, Monitoramento e Avaliação;	SEDES/SARC	2015 a 2018	2015 a 2018
	Monitoramento da condicionalidade matrícula	SEDES/SARC	2015 a 2018	2015 a 2018

6. IMPACTOS

- Elevação da renda familiar dos beneficiários;
- Dinamização do comércio local;

7. PARCERIAS

INSTITUIÇÃO	RESPONSABILIDADES
Banco do Brasil S/A Correios	- Fornecimento do cartão magnético. - Transferir o pagamento dos benefícios. - Entrega dos cartões magnéticos e correspondências
Ministério do Desenvolvimento Social/ Secretaria Nacional de Transferência de Renda de Cidadania	- Extração de dados para pagamentos de beneficiários

8. RECURSOS

DESCRIÇÃO/ATIVIDADES	VALOR (RS)			FONTE DE RECURSOS
	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	
Emissão dos Cartões	395.264	179.152,00	179.152,00	FUMACOP
Pagamento Benefícios	4.289.178,00	3.931.160,00	3.931.160,00	FUMACOP
Material Gráfico	125.451,19	125.451,19	125.451,19	FUMACOP
Envio de correspondências	209.159,96	189.901,12	189.901,12	FUMACOP
Manutenção Serviço Ouvidoria	166.297,84	157.922,49	157.922,49	FUMACOP
TOTAL	**5.185.350,99**	**4.385.072,58**	**4.385.072,58**	

9. CONTRAPARTIDA

Não há contrapartida neste projeto

10. AVALIAÇÃO

METAS	INDICADORES	FONTE	PERIODICIDADE
Transferência direta de recursos para aquisição de material escolar para 125.831 beneficiários em 2016 (quant. por município)	Nº de alunos beneficiados por município	SEDES	Anual
	Quantidade de estabelecimentos comerciais cadastrados p/ município	SEDES	Anual
	Nº de cartões emitidos, por município	SEDES	Anual
	Nº de cartões desbloqueados, por município	SEDES	Anual
	Valor monetário transferido, por município	SEDES	Anual
	Valor monetário utilizado, por município	SEDES	Anual

Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária

Supervisão de Qualificação Profissional

São Luís

2016

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1. Título do Projeto: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

1.2. Orgão Executor: Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária-SETRES / Supervisão de Qualificação Profissional

1.3. Localização Geográfica: O Projeto será executado nas áreas urbanas dos municípios de: Afonso Cunha, Água Doce do Maranhão, Aldeias Altas, Arame, Araioses, Amapá do Maranhão, Belágua, Brejo de Areia, Conceição do Lago Açu, Centro Novo do Maranhão, Cajari, Fernando Falcão, Governador Newton Bello, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Lagoa Grande do Maranhão, Marajá do Sena, Milagres do Maranhão, Primeira Cruz, Pedro do Rosário, Satubinha, São João do Carú, São Raimundo do Doca Bezerra; Santana do Maranhão, Santo Amaro do Maranhão, São João do Sóter, São Roberto, São Francisco do Maranhão, Santa Filomena do Maranhão e Serrano do Maranhão

1.4. Período de execução

Início: outubro/2016.

Término: dezembro/2016

1.5. Coordenação do Projeto

Titular: Iranilde Ferreira Louzeiro

Cargo/Função: Supervisora de Qualificação Profissional

Contatos: 3221-3370

E-mail: iran192@hotmail.com

Suplente: Eliane da Conceição Azevedo Silva

Cargo/Função: Analista Executivo

Contatos: 3221-3370

E-mail: eliane.asilva@hotmail.com

2. JUSTIFICATIVA

A pobreza no Maranhão é produto de um processo histórico, marcado pelas determinações econômicas, sociais e políticas. Como resultado, o estado e muitos de seus municípios tem se situado nos anos recentes nas últimas colocações das estatísticas nacionais, em termos de indicadores econômicos e sociais.

Dados do censo do IBGE de 2010, apontam que em relação à renda, o Maranhão é o estado com maior número de pessoas extremamente pobres do Brasil atingindo um

percentual de 25,8%. Com os mais baixos Indicadores de Desenvolvimento Humano do país, apesar da rica diversidade socioambiental do seu território, o Maranhão vive, há décadas com a maioria de sua população vivendo em condição de vulnerabilidade social.

Inerentes a todos os municípios, está o baixo índice educacional com um percentual significativo de analfabetos e desempregados, principalmente entre as populações que residem na zona rural, na qual em grande parte dos municípios há uma concentração maior de pessoas.

É neste cenário que surge a proposta do Plano Mais IDH, uma das primeiras medidas do novo Governo do Maranhão, com a missão de elevar os índices de desenvolvimento, com ações integradas entre Governo do Estado, Governo Federal, Prefeituras e sociedade civil. O foco inicial está na qualificação das condições de vida e dinamização da produção e do consumo nos 30 municípios com menor IDH, através de ações nos campos da Educação, Saúde e Renda.

A Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária-SETRES, é o órgão responsável pela implementação das políticas públicas de trabalho e renda através da articulação dos programas de qualificação profissional, intermediação de mão de obra, seguro desemprego e economia solidária como estratégias na geração de oportunidades de trabalho, para melhoria da qualidade de vida das pessoas, através da geração de alternativas de trabalho e ampliação das chances de acesso e permanência no mercado produtivo.

No Maranhão, a necessidade de qualificação dos trabalhadores é bem mais acentuada nos municípios com baixo **Índice de Desenvolvimento Humano-IDH** que compreende uma precariedade de serviços nas áreas da saúde, educação e renda.

A maior parte da população dos municípios com baixo IDH vive abaixo da linha da pobreza, considerando os parâmetros da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS. São municípios de pequeno porte com economia pouco diversificada com predominância nas atividades da Agropecuária, em quase sua totalidade na agricultura familiar e no setor da Administração Pública. Pode-se ainda observar a prevalência dos programas de transferência de renda (Bolsa Família, BPC e outros) que atuam como “empregador social” estando diretamente ligados a dinâmica de geração de renda nos municípios.

Grande parcela da população ocupada é de trabalhadores informais (26,9%) e trabalhadores na produção para o próprio consumo.

Diante dessa realidade o grande desafio dos governos estadual e municipal está no fortalecimento das políticas de geração de emprego e renda por meio de investimentos

em educação e em programas de formação e atualização profissional que habilitem cidadãos para os requisitos atuais e futuros do mercado de trabalho.

Urge portanto, a necessidade de implementação de ações de qualificação profissional a qual se constitui uma ferramenta básica das políticas públicas, na perspectiva de assegurar a melhoria das condições de empregabilidade, elevação da produtividade e qualidade dos serviços prestados nos 30 municípios mais pobres do estado.

Esta proposta de qualificação profissional se sustenta diante das evidências apontadas e sua implementação visa fortalecer a capacidade do estado em avançar as políticas de promoção do emprego e como mecanismo no enfrentamento ao estado de pobreza das populações atingidas.

Para a Organização Internacional do Trabalho-OIT, **"Qualificação profissional é entendida como direito e condição indispensável para a garantia do trabalho decente para homens e mulheres**". Portanto a execução deste projeto contribuirá para a elevação da dimensão renda, potencializando uma nova realidade às populações residentes nos municípios do **PLANO MAIS IDH.**

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral: Proporcionar qualificação profissional, priorizando as vocações econômicas e sociais e as oportunidades do mercado de trabalho local.

3.2. Objetivos Específicos:

- Capacitar trabalhadores(as) para o mercado de trabalho formal e informal;
- Integrar a qualificação profissional a outros mecanismos da política pública de trabalho, especialmente ao serviço de economia solidária e de microcrédito produtivo orientado.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

As ações de qualificação definidas neste projeto beneficiará: pessoas desempregadas, trabalhadores(as) autônomos(as), microempreendedores(as) individuais, e associativos, grupos econômicos solidários e comunidade em geral da zona urbana e rural.

5. METODOLOGIA

Os eventos de qualificação profissional, no âmbito do **PLANO MAIS IDH,** deverão ser dirigidas ao desenvolvimento, aprimoramento e ou atualização de habilidades e

competências que promovam a inserção, permanência e desenvolvimento da PEA dos municípios no mercado de trabalho.

Todas as ações terão caráter formativo, devendo incluir de forma integrada, os conteúdos de Habilidade Geral, Específica e de Gestão indicados a seguir, sem prejuízo de outros que se definam em função da realidade local, das necessidades dos trabalhadores, do mercado de trabalho e do perfil da população a ser atendida. Para tanto, será assegurado:

- **HABILIDADE GERAL:** compreendendo cidadania, introdução às ocupações e o exercício do trabalho.
- **HABILIDADE ESPECÍFICA:** deve estar baseada na Classificação Brasileira de Ocupações-CBO, devendo obrigatoriamente ser estabelecidas todas as aprendizagens necessárias ao desenvolvimento profissional do trabalhador.
- **HABILIDADE DE GESTÃO**: compreendendo gestão de pequenos negócios, economia solidária, microcrédito produtivo orientado, associativismo, cooperativismo, melhoria da qualidade e da produtividade.

O princípio pedagógico dos cursos propostos neste projeto é o da integração entre educação, qualificação profissional e o mercado de trabalho. Assim teoria e prática devem estar articuladas tendo em vista o exercício aprender fazer fazendo.

A dimensão teórica objetivará a aquisição de conhecimentos que darão sustentação do fazer profissional, aliado ao desenvolvimento de uma postura adequada ao perfil de um profissional comprometido com a melhoria da sua qualidade de vida.

A dimensão prática será constituída de conteúdos específicos contemplando a aplicação de métodos, técnicas e utilização de materiais e equipamentos relativos a cada ocupação, incluindo ainda empoderamento, autogestão e associativismo. Ao final de cada curso os equipamentos utilizados serão disponibilizados aos participantes.

Como ferramentas básicas serão utilizadas técnicas variadas que estimulem a sensibilidade e a criatividade através de exposições dialogadas, ensino individualizado e socializado, discussão e debates, trabalhos em grupos e utilização de outros recursos pedagógicos que possibilitem aos alunos colocar em prática conceitos, procedimentos e atitudes no desenvolvimento do exercício profissional.

Toda conduta metodológica será direcionada para aquisição e consolidação de conhecimentos, aprimoramento e ou atualização de habilidades e competências que efetivamente preparem o trabalhador para o exercício da profissão, na perspectiva da empregabilidade considerada como a capacidade de inserção e ou permanência no mercado, seja formal ou informal.

Para processo de seleção do público alvo deverá ser observado a meta de cada ação.Visando um controle mais efetivo será exigido no momento da inscrição o Número de Identificação Social-**NIS.**

A gestão e coordenação geral do projeto será de responsabilidade da Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária-SETRES, através do setor de Supervisão de Qualificação Profissional.

Sua execução se dará através da contratação de entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, reconhecidamente idôneas e que comprovadamente sejam especializadas em qualificação profissional de qualidade técnica. Essa contratação deverá ser feita através de um processo licitatório obedecendo às determinações da Lei nº 8.666/1993 e outras disposições normativas aplicáveis ao processo.

As ações de qualificação devem ser conduzidas na direção da aquisição e consolidação de conhecimentos e habilidades que efetivamente contribua para a formação de cidadãos cada vez mais competentes, autônomos e solidários, capazes de gerar seu próprio sustento para melhoria da sua qualidade de vida o que implicará na superação das dificuldades sociais e contribuirá para o fortalecimento da inclusão sócio-produtiva das populações atingidas nos 30 municípios selecionados.

As entidades executoras deverão criar oportunidades de acesso ao emprego formal e outras alternativas de ocupação e geração de renda, definidas a partir das ações de empreendedorismo, associativismo e cooperativismo, o que inclui possibilidades de acesso a linhas de crédito para a criação de pequenos empreendimentos.

Quadro 1. Demonstrativo das ações

OBJETIVOS	OPERACIONALIZAÇÃO	PRAZO	
	AÇÕES / ATIVIDADES	INÍCIO	TÉRMINO
Capacitar trabalhadores para o mercado de trabalho formal e informal	Processo licitatório	Outubro/2016	Novembro/2016
	Contratação de entidade executora	Dezembro/2016	Janeiro/2017
	Mobilização, seleção e inscrição dos participantes	Janeiro/2017	Fevereiro/2017
	Produção e seleção do material didático, de consumo, equipamentos	Janeiro/2017	Fevereiro/2017
	Execução dos cursos	Março/2017	Maio/2017
	Monitoramento e supervisão	Março/2017	Maio/2017

	das ações em execução através de visitas "in loco", reuniões etc.		
	Certificação dos concluintes	Maio/2017	Maio/2017
Integrar a qualificação profissional a outros mecanismos da política pública de trabalho, especialmente à economia solidária e ao serviço de microcrédito produtivo orientado.	Articulação com agentes financeiros (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal)	Abril/2017	Maio/2017
	Reuniões para facilitação de acesso ao crédito orientado	Abril/2017	Maio/2017

Quadro 2. Demandas de qualificação

As demandas representam a real necessidade de mão de obra nos municípios indicados, em conformidade com levantamento realizado pela Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária-SETRES, Diagnóstico Avançado do **IMESC/2015,** e demandas dos Programas Governamentais - Cozinhas Comunitária e Minha Casa Meu Maranhão em implementação nos referidos municípios.

Nº ORDEM	MUNICIPIOS	SETOR ECONÔMICO	CURSOS	C.H.	CBO	META	CUSTO
01	Água Doce do Maranhão	Serviços	Panificação e confeitaria	160	8483-05	15	24.000,00
		Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo, produção, beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
02	Aldeias Altas	Construção civil	Eletricista residencial	140	7156-10	15	21.000,00
		Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo, produção, beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
		Serviços	Cabeleireiro e manicure	160	8483-10	15	24.000,00
03	Arame	Construção civil	Eletricista residencial	140	7156-10	15	21.000,00
		Serviços	Panificação e Confeitaria	160	8483-05	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo, produção, beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
		Agropecuária	Beneficiamento e comercialização do leite	120	8415-05	15	18.000,00
		Serviço	Mecânica e manutenção de motos	140	9144-15	15	21.000,00
04	Araioses	Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
		Serviços	Corte e costura	160	7632-10	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo, produção, beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
		Artesanato	Confecção de redes em brim com varanda	160	7613-03	15	24.000,00
		Serviços	Mecânica e manutenção de motos	140	9144-15	15	21.000,00
05	Afonso Cunha	Serviços	Mecânica e manutenção de motos	140	9144-15	15	21.000,00
		Construção civil	Pedreiro em geral	160	7152-10	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo, produção, beneficiamento e	120	6263-15	15	18.000,00

			comercialização da mandioca				

Nº ORDEM	MUNICIPIOS	SETOR ECONÔMICO	CURSOS	C.H.	CBO	META	CUSTO
06	Amapá do Maranhão	Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
		Construção civil	Bombeiro hidráulico	160	7241-10	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo, produção, beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
07	Belágua	Serviços	Panificação e confeitaria	160	8483-05	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo produção, beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
		Artesanato	Confecção de redes em brim com varanda	160	7613-03	15	24.000,00
08	Brejo de Areia	Construção civil	Eletricista residencial	140	7156-10	15	21.000,00
		Serviços	Mecânica e manutenção de motos	140	9144-15	15	21.000,00
		Agropecuária	Cultivo, produção, beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
09	Conceição do Lago-Açú,	Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
		Serviços	Panificação e confeitaria	160	8483-05	15	24.000,00
		Pesca	Beneficiamento e comercialização do pescado	120	8414-84	15	18.000,00
10	Centro Novo do Maranhão	Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
		Serviços	Mecânica e manutenção de motos	140	9144-15	15	21.000,00
		Agropecuária	Cultivo produção beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
		Artesanato	Confecção de redes em brim com varanda	160	7613-03	15	24.000,00
11	Cajari	Construção civil	Eletricista residencial	140	7156-10	15	21.000,00
		Serviços	Panificação e confeitaria	160	8483-05	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo, produção, beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
		Serviços	Mecânica e manutenção de motos	140	9144-15	15	21.000,00

Nº ORDEM	MUNICIPIOS	SETOR ECONÔMICO	CURSOS	C.H.	CBO	META	CUSTO
12	Fernando Falcão	Serviços	Mecânica e manutenção de motos	140	9144-15	15	21.000,00
		Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo produção beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
13	Governador Newton Bello	Serviços	Panificação e confeitaria	160	8483-05	15	24.000,00
		Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
		Serviços	Mecânica e manutenção de motos	140	9144-15	15	21.000,00
14	Itaipava do Grajaú	Serviços	Panificação e confeitaria	160	8483-05	15	24.000,00
		Serviços	Corte e costura	160	7632-10	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo, produção, beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
15	Jenipapo dos Vieiras	Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo, produção, beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
		Serviços	Corte e costura	160	7632-10	15	24.000,00
		Serviços	Mecânica e manutenção de motos	140	9144-15	15	21.000,00
16	Lagoa Grande do Maranhão	Serviços	Panificação e confeitaria	160	8483-05	15	24.000,00
		Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
		Serviços	Mecânica e manutenção de motos	140	9144-15	15	21.000,00
17	Marajá do Sena	Serviços	Corte e costura	160	7632-10	15	24.000,00
		Artesanato	Confecção de redes em brim com varanda	160	7613-03	15	24.000,00
		Construção civil	Pedreiro em geral	160	7152-10	15	24.000,00
18	Milagres do Maranhão	Serviços	Mecânica e manutenção de motos	140	9144-15	15	21.000,00
		Agropecuária	Cultivo, produção, beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00

		Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
19	Primeira Cruz	Turismo	Cozinheiro de comidas típicas	160	5132-05	15	24.000,00
		Pesca	Beneficiamento e comercialização do pescado	120	8414-84	15	18.000,00
		Serviços	Panificação e confeitaria	160	8483-05	15	24.000,00

Nº ORDEM	MUNICIPIOS	SETOR ECONÔMICO	CURSOS	C.H.	CBO	META	CUSTO
20	Pedro do Rosário	Serviços	Mecânica e manutenção de motos	140	9144-15	15	21.000,00
		Artesanato	Confecção de redes em brim com varanda	160	7613-03	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo produção beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
		Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
21	Satubinha	Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo produção beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
		Construção civil	Bombeiro hidráulico	140	7241-10	15	21.000,00
22	São João do Carú	Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo produção beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
		Serviços	Mecânica e manutenção de motos	140	9144-15	15	21.000,00
23	Santana do Maranhão	Serviços	Cozinheiro em geral	160	8483-05	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo produção beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
		Construção civil	Eletricista residencial	140	7156-10	15	21.000,00
24	São Raimundo do Doca Bezerra	Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo produção beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
		Serviços	Mecânica e manutenção de motos	140	9144-15	15	21.000,00
25	São Roberto	Serviços	Mecânica e manutenção de motos	140	9144-15	15	21.000,00
		Agropecuária	Cultivo produção beneficiamento e	120	6263-15	15	18.000,00

			comercialização da mandioca				
		Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00

Nº ORDEM	MUNICIPIOS	SETOR ECONÔMICO	CURSOS	C.H.	CBO	META	CUSTO
26	São João do Sóter	Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
		Serviços	Cabeleireiro e manicure	160	8483-10	15	24.000,00
		Artesanato	Confecção de redes em brim com varanda	160	7613-03	15	24.000,00
		Construção civil	Eletricista residencial	140	7156-10	15	21.000,00
27	Santo Amaro do Maranhão	Turismo	Camareira de hotel	120	5133-15	15	18.000,00
		Agropecuária	Cultivo, produção, beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
		Turismo	Cozinheiro de comidas típicas	160	5132-05	15	24.000,00
28	São Francisco do Maranhão	Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo produção beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
		Construção civil	Eletricista residencial	140	7156-10	15	21.000,00
29	Santa Filomena do Maranhão	Construção civil	Pedreiro em geral	160	9144-15	15	24.000,00
		Serviços	Cozinheiro em geral	160	5132-05	15	24.000,00
		Serviços	Mecânica e manutenção de motos	140	9144-15	15	21.000,00
30	Serrano do Maranhão	Serviços	Panificação e confeitaria	160	8483-05	15	24.000,00
		Agropecuária	Cultivo, produção, beneficiamento e comercialização da mandioca	120	6263-15	15	18.000,00
		Construção civil	Eletricista residencial	140	7156-10	15	21.000,00
				14.420	**------**	**1.500**	**2.163.000,00**

T O T A L				

MEMÓRIA DE CÁLCULO:

- META DE TREINANDOS: **1.500**
- CUSTO ALUNO HORA: **R$ 10,00 (dez reais)**
- CURSOS DE **120** HORAS: 15 x 10,00= 150,00 x 120= 18.000,00 x 27 turmas= **R$ 486.000,00**
- CURSOS DE **140** HORAS: 15 x 10,00= 150,00 x 140= 21.000,00 x 25 turmas= **R$ 525.000,00**
- CURSOS DE **160** HORAS: 15 x 10,00= 150,00 x160= 24.000,00 x 48 turmas= **R$ 1.152.000,00**
- CUSTO TOTAL DO PROJETO**: 2.163.000,00 (dois milhões, cento e sessenta e três mil reais)**

6. IMPACTOS

Para que uma política de geração de trabalho e renda obtenha sucesso, seus projetos devem ter sustentabilidade para que possa prosseguir funcionando ao longo do tempo e gerando benefícios à população.

Garantir qualificação profissional é um direito de cidadania que poderá contribuir para a democratização das relações de trabalho e para imprimir um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento com equidade e justiça social.

A realização das ações de qualificação definidas nesta proposta trará impactos significativos na forma de:

- perspectivas de trabalho e renda elevadas;
- formação técnica e cidadã dos beneficiários ampliada;
- inclusão social e redução de vulnerabilidade econômica dos beneficiários promovida;
- melhoria dos serviços prestados e aumento da competitividade no mercado de trabalho local ampliadas.

7. PARCERIAS

- Prefeituras municipais: apoio na mobilização das demandas e acompanhamento da execução
- Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais-STTR: mobilização das demandas
- Comitês Municipais Mais IDH: apoio na mobilização e acompanhamento dos cursos

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO	VALOR (R$)			FONTE DE RECURSO
AÇÕES	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	
1.Contratação da Empresa Executora	2.163.000,00		2.163.000,00	**Tesouro Estadual**
2.Monitoramento e Avaliação do projeto	192.935,05		192.935,05	**Tesouro Estadual**
TOTAL	**2.355.935,05**		**2.355.935,05**	

9. Contrapartida

Não há contrapartida neste projeto

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Todo processo de monitoramento será implementado de forma sistemática, de modo a permitir com agilidade a identificação e correção de eventuais falhas e distorções na execução, sempre buscando a construção de uma política pública de trabalho e renda voltada para a eficiência, eficácia e maior efetividade dos resultados esperados em termos de alcance das áreas privilegiadas na proposta.

Será realizado pela SETRES/Supervisão de Qualificação Profissional, através de visitas "in loco" e reuniões para o acompanhamento do processo com emissão de relatórios.

A avaliação terá em vista o atendimento dos objetivos e metas propostas, na perspectiva de fundamentar o processo na tomada de decisão e revisão do planejamento de futuras ações.

META	INDICADORES	FONTE	PERIODICIDADE
1.500 trabalhadores	Número de Trabalhadores qualificados	Relatórios de atividades	Bimestral
		Relatórios de Supervisão	Bimestral
100 cursos	Número de cursos realizados	Relatórios de acompanhamento	Bimestral

Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária

Secretaria Adjunta de Economia Solidária

São Luís

2016

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1. Título do Projeto: MARANHÃO DESENVOLVIDO MAIS JUSTO E SOLIDÁRIO

1.2. Órgão Executor: Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária– SETRES / Secretaria Adjunta de Economia Solidária.

1.3. Localização Geográfica

O Projeto será desenvolvido nas áreas urbanas e rurais dos municípios: Água Doce do Maranhão, Araioses, Primeira Cruz, São Raimundo do Doca Bezerra, Santo Amaro do Maranhão e São Roberto.

1.4 Período de execução

Início: Julho de 2016.

Término: 30 de Junho de 2017.

1.5 Coordenação do Projeto

Titular: Rosemeire Rabelo Moreira

Cargo/função: Coordenadora

Contatos: 98-8874-0726

E-mail: meirerabello_7@outlook.com /meireecosol@setres.ma.gov.br

Suplente: Jose Ribamar Araújo Filho

Função: Assessor Técnico da Secretaria Adjunta de Economia Solidária

Contato: 98867-7340

E-mail: ribamarecosol@setres.ma.gov.br

2 JUSTIFICATIVA

A economia solidária é o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva, cooperada e autogestionária. Este conceito geral explicita os valores e princípios fundamentais da Economia Solidária: cooperação[1], autogestão[2], solidariedade[3] e ação econômica[4].

---

[1] **Cooperação:** compreende a existência de interesses e objetivos comuns, com a união dos esforços, capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus.

[2] **Autogestão**: é a orientação para um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, sobretudo no que se refere à escolha de dirigentes e de coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, nas definições dos processos de trabalho, nas decisões sobre aplicação e distribuições dos resultados e excedentes, além da propriedade coletiva da totalidade ou de parte dos bens e meios de produção do empreendimento.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são as organizações coletivas supra familiares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes, etc. No mapeamento 2010-2013 foram identificados 1.383 empreendimentos, entre os já existentes e novos. Destes, 838 foram validados pelo Comitê Gestor da Economia Solidária no Maranhão, com base nas características definidas na pesquisa, quais sejam: produção coletiva, comercialização coletiva, valores baseados na solidariedade de natureza supra familiar e com atividades permanentes. Dos 838 empreendimentos, 399 já constavam na base de dados anterior realizada em 2005-2007 e outros 439 novos empreendimentos foram incluídos no novo mapeamento (2010-2013).

Estão envolvidos 65.567 trabalhadores (as) associados e associadas (as) dos empreendimentos, sendo 32.951 do sexo masculino, que equivale a 51% e 32.616 do sexo feminino, correspondendo a 49%.

Em relação ao perfil etário dos associados e associadas, predomina a presença de associados e associadas adultos em 86% dos EES. Há baixa incidência de jovens (4%) e de idosos (6%) na composição dos associados e associadas. Em outros 4% dos EES esse perfil etário não se aplica ou não há predominância de nenhum.

Quanto à raça ou cor predominante entre os associados e associadas em 61% dos EES a raça parda é predominante, em 19% predomina a raça negra e em 14% não se aplica ou não há predominância.

Foram mapeadas, ainda, 107 entidades de apoio à economia solidária.

Considerando o universo dos empreendimentos pesquisados, foram apontadas como principais fragilidades: para 45% dos EES o maior desafio é a viabilidade econômica do empreendimento; para 68%, é a geração de renda que garanta o sustento de associados e associadas e de suas famílias; e para os 54%, é a falta de proteção social (previdência, assistência e saúde).

Dentre os municípios retratados no Mapeamento com experiências em economia solidária, 6 (seis) deles estão inseridos entre os 30 municípios de menor IDH, os quais foram destacados pela existência de experiências de economia solidária mais consistentes. Diante disto, o Projeto Maranhão Desenvolvido Mais Justo e Solidário se insere no âmbito do Plano Mais IDH com o desafio de viabilizar e articular diferentes políticas e sujeitos da economia solidária para fortalecimento do trabalho coletivo e do desenvolvimento sustentável e solidário em redes e fóruns.

Com o fortalecimento dos EES nesses 6 (seis) municípios, visa-se impactar positivamente a dimensão renda do Plano Mais IDH.

---

[3] **Solidariedade**: é expressa em diferentes dimensões, desde a congregação de esforços mútuos dos participantes para alcance de objetivos comuns, nos valores que expressam a justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam o desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes.

[4] **A ação econômica**: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo, o que envolve elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade ao lado dos aspectos culturais, ambientes e sociais.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral:

Fortalecer os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES visando a geração de trabalho e renda.

3.2. Objetivos Específicos

- ✓ Apoiar tecnicamente os EES;
- ✓ Articular e apoiar a produção e a comercialização dos produtos e serviços;
- ✓ Fortalecer as ações de finanças solidárias existentes e novas iniciativas;
- ✓ Integrar as ações da economia solidária com outras políticas públicas;
- ✓ Garantir o controle social do projeto pelas organizações do campo da economia solidária.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

O Projeto beneficiará EES que tenham na sua composição trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais: jovens, artesãos, agricultores familiares rurais, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas, etc.

5. METODOLOGIA

O presente Projeto é resultado de um convênio (Sinconv n° 795105MTE/SENAES/SETRES) com a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e será executado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária do Maranhão – SETRES, sob a coordenação da Secretaria Adjunta de Economia Solidária.

O Projeto pretende trabalhar e articular a estratégia de Fomento à Economia Solidária em 50 municípios do Estado do Maranhão, sendo 6 (seis) integrantes do Plano Mais IDH, foco deste Projeto. Trata-se de uma estratégia de inserção produtiva das populações que se encontram em situação de extrema pobreza no Estado, a partir da identificação das potencialidades econômicas locais por meio de ações continuadas que consolidem a Autogestão, Produção, Comercialização e Consumo.

O Projeto contemplará 6 empreendimentos nos 6 (seis) municípios, sendo 1 em cada município. A identificação dos EES se dará a partir do levantamento do Sistema de Informação em Economia Solidária – SIES\MTE\2013, Cadastro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária- CADSOL e do Diagnóstico Rápido e Participativo-DRP de Renda do Plano Mais IDH com a validação junto aos movimentos locais.

As ações do Projeto consistem em: processo de formalização; incubação através de assessoramento técnicos junto aos empreendimentos de economia solidária; organização; qualificação; fomento às finanças solidárias que se efetivará através da realização de seminários interterritoriais de formação, elaboração de planos de

gestão de fundos solidários e realização de intercâmbios com outras experiências de finanças solidárias a nível nacional e realização de seminário estadual; e fornecimento de máquinas, equipamentos e insumos. Para a assessoria técnica aos empreendimentos serão contratadas consultorias e instituições que darão assistência durante todo o projeto segundo as especificidades de cada EES. Será, ainda, potencializado o acesso aos canais de comercialização existentes no mercado institucional e a realização de Feiras de Economia Solidária de forma permanente, bimensais e pontuais com o fornecimento de estrutura física.

Todas as etapas de realização do Projeto serão acompanhadas e avaliadas pelos Comitês Municipais Mais IDH nos 6 (seis) municípios.

Quadro 1. Demonstrativo das Ações

OPERACIONALIZACAO				
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**RESPONSÁVEL**	**PRAZO**	
			INÍCIO	**TERMINO**
Apoiar tecnicamente os EES.	Contratação de pessoa jurídica para executar o Projeto por meio de equipe composta por 01 Coordenador Técnico de Nível Superior – TNS, para os 6 municípios contemplados.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**01/10/2016**	**31/01/2017**
	Contratação de pessoa jurídica para executar o Projeto por meio de equipe composta por Agentes de Desenvolvimento Solidários – ADES, para os 6 municípios contemplados.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**01/10/2016**	**31/01/2017**
	Contratação de Pessoa Jurídica para capacitar Técnico de Nível Superior e Agentes de Desenvolvimento Solidária, para 6 municípios contemplados.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**10/02/2017**	**28/02/2017**
	Contratação de consultoria técnica para melhorar o designer dos produtos, para os 6 municípios contemplados.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**01/01/2017**	**31/03/2017**

OPERACIONALIZACAO				
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**RESPONSÁVEL**	**PRAZO**	
			INÍCIO	**TERMINO**
	Contratação de Instituição para realizar cursos de qualificação em comercialização solidária para a integração no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e gestão administrativa e financeira – SNCJS dos grupos produtivos em economia solidária, para os 6 municípios contemplados.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**01/01/2017**	**31/03/2017**
	Contratação de Instituição para Elaborar Planos de Sustentabilidade com Grupos Produtivos Solidários – PSGPS com EES envolvidos no processo, para os 6 municípios contemplados.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**01/01/2017**	**31/03/2017**
	Realização de oficinas locais sobre temas relacionados a economia solidária (consumo e comércio justo, produção, comercialização e finanças), para participantes dos 6 municípios contemplados.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**01/03/2017**	**31/05/2017**
	Contratação de Pessoa Jurídica para elaborar e confeccionar cartilhas informativas sobre os princípios norteadores de Economia Solidária, para os 6 municípios contemplados.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**01/01/2017**	**31/01/2017**
	Assessorar tecnicamente os Empreendimentos Econômicos Solidários em processos de formalização, incubagem, organização, formação,	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**01/01/2017**	**31/12/2017**

OPERACIONALIZACAO				
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**RESPONSÁVEL**	**PRAZO**	
			INÍCIO	**TERMINO**
	qualificação da produção e comercialização.			
Fortalecer experiências de finanças solidárias	Realização de 01 Seminário Estadual sobre finanças solidárias com os representantes das iniciativas de finanças identificados nos territórios, para os representantes dos 6 municípios.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**01/10/2017**	**30/10/2017**
	Realização de oficinas Inter territoriais de formação em finanças solidárias para as 10 iniciativas de finanças solidárias, para representantes dos 6 municípios contemplados.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**31/05/2017**	**31/07/2017**
	Contratação de Pessoa Jurídica para elaboração de Planos de Gestão de Fundos Solidários, para os 6 municípios contemplados.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**01/01/2017**	**30/04/2017**
	Contratação de Pessoa Jurídica para assessoria técnica jurídica e econômica para gestão e acompanhamento ao fundo, para os 6 municípios contemplados.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**01/04/2017**	**30/06/2017**
Articular a produção e a comercialização dos produtos e serviços	Aquisição de máquinas e equipamentos para estruturação do processo produtivo, para os 6 municípios contemplados.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**01/08/2017**	**30/10/2017**
	Aquisição de insumos para produção e comercialização de produtos, para os 6 municípios contemplados.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**01/08/2017**	**30/10/2017**
	Realização de Feiras Solidárias, para os 6	Secretaria Adjunta de Economia	**01/02/2017**	**30/12/2017**

OPERACIONALIZACAO				
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**RESPONSÁVEL**	**PRAZO**	
			INÍCIO	**TERMINO**
	municípios contemplados.	Solidária.		
	Participação no 1 Encontro Estadual de Diálogos e Convergências com os atores envolvidos nos territórios e redes, fóruns e articulações estaduais dos campos agroecológico, SAN - Segurança Alimentar e Nutricional e direitos humanos, com participantes dos 6 municípios contemplados.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**01/11/2017**	**30/11/2017**
	Participação em 4 seminários Inter territoriais de diálogos e convergências e outros atores envolvidos (redes, fóruns, campo agroecológico, SAN e direitos humanos), com participantes dos 6 municípios contemplados.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**01/01/2017**	**30/12/2017**
Garantir o controle social do projeto pelas organizações do campo da economia solidária, para os 6 municípios contemplados.	Reuniões do Comitê Gestor do Projeto, para os 6 municípios contemplados.	Secretaria Adjunta de Economia Solidária.	**01/09/2016**	**31/12/2017**

O Projeto será avaliado por meio de reuniões trimestrais de planejamento, monitoramento e avaliação, envolvendo o Comitê Gestor Estadual do Projeto é composto por órgãos públicos: SETRES, SRTE, SAF, e SEMU; entidades de apoio: FETAEMA, ACONERUQ, Cáritas, ASSEMA e Associação Tijupá; empreendimentos econômicos solidários: Associação N. S. de Loreto, Associação de Mulheres de Paço Lumiar, Associação de Agricultores(as) de Presidente Juscelino, Cooperativa de Vargem Grande, Rede Mandioca de Lago da Pedra, Associação de Fundos Sustentável de Codó, Cooperativa de Agricultores de São Raimundo das Mangabeiras, Cooperativa de Balsas, Associação dos Trabalhadores Rurais do Rio Buriti e Associação Comunitária de Pescadores e Lavradores de Taxica e a equipe técnica.

6 . IMPACTOS

- EES fortalecidos na sua organização sócioprodutiva;
- EES capacitados em gestão, organização da produção e comercialização;
- Feiras de Economia Solidárias implantadas e consolidadas;
- Finanças solidárias fortalecidas nos municípios;
- Ações de economia solidária integradas a outras políticas locais;

7 . PARCERIAS:

- Prefeituras municipais: cessão de uso de espaços públicos e disponibilização de serviços públicos (energia elétrica, água, limpeza, segurança, dentre outros);
- Movimentos Sociais (Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR e outros): Mobilização, articulação e organização das atividades nos municípios, guarda dos materiais, disponibilização de locais para alimentação dos feirantes,
- Secretaria de Agricultura Familiar – SAF: mobilização dos agricultores e agricultoras familiares;
- Comitês Municipais Mais IDH: mobilização dos EES e no controle social.

8 . RECURSOS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO	VALOR (R$)			FONTE DOS RECUSOS
	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	
AÇÕES				MTE/Senaes e Tesouro Estadual
Contratação de Instituição para realizar cursos de Contratação de consultoria técnica	6.000,00		6.000,00	MTE/Senaes e Tesouro Estadual

para melhorar o designer dos produtos, para os 6 municípios contemplados.				
Contratação de Instituição para realizar cursos de qualificação em comercialização solidária para a integração no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e gestão administrativa e financeira – SNCJS dos grupos produtivos em economia solidária, para os 6 municípios contemplados.	3.600,00		3.600,00	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
Contratação de Instituição para Elaborar Planos de Sustentabilidade com Grupos Produtivos Solidários – PSGPS com EES envolvidos no processo, para os 6 municípios contemplados.	9.600,00		9.600,00	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
Contratação de Pessoa Jurídica para elaborar e confeccionar cartilhas informativas sobre os princípios norteadores de Economia Solidária, para os 6 municípios contemplados.	6.000,00		6.000,00	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
SUBTOTAL 1	**25.200,00**		**25.200,00**	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
RECURSOS HUMANOS				
Contratação de pessoa jurídica para executar o Projeto por meio de equipe composta por 01 Coordenador Técnico de Nível Superior – TNS, para os 6 municípios contemplados.	22.535,52		22.535,52	MTE/Senaes e Tesouro Estadual

Contratação de pessoa jurídica para executar o Projeto por meio de equipe composta por Agentes de Desenvolvimento Solidários – ADES, para os 6 municípios contemplados.	189.840,00		189.840,00	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
SUBTOTAL 2	**212.375,52**		**212.375,52**	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
RECURSOS MATERIAIS				
Assessorar tecnicamente os Empreendimentos Econômicos Solidários em processos de formalização, incubagem, organização, formação, qualificação da produção e comercialização, para 6 municípios contemplados.	20.628,00		20.628,00	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
Contratação de Pessoa Jurídica para capacitar Técnico de Nível Superior e Agentes de Desenvolvimento Solidária, para 6 municípios contemplados.	1.853,40		1.853,40	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
Contratação de Pessoa Jurídica para elaboração de Planos de Gestão de Fundos Solidários, para os 6 municípios contemplados.	6.000,00		6.000,00	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
Realização oficinas locais sobre temas relacionados a economia solidária (consumo e comércio justo, produção, comercialização e finanças), para participantes dos 6 municípios contemplados.	8.772,00		8.772,00	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
Realização de 01 Seminário Estadual sobre	7.124,40		7.124,40	MTE/Senaes e Tesouro Estadual

finanças solidárias com os representantes das iniciativas de finanças identificados nos territórios, para os representantes dos 6 municípios.				
Realização de seminários Inter territoriais de formação em finanças solidárias para as 10 iniciativas de finanças solidárias, para representantes dos 6 municípios contemplados.	7.380,00		7.380,00	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
Aquisição de máquinas e equipamentos para estruturação do processo produtivo, para 6 municípios contemplados.		66.600,00	66.600,00	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
Aquisição de insumos para produção e comercialização de produtos, para 6 municípios contemplados.	36.639,06		36.639,06	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
Realização de Feiras Solidárias, para os 6 municípios contemplados.		66.528,00	66.528,00	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
Participação no 1 Encontro Estadual de Diálogos e Convergências com os atores envolvidos nos territórios e redes, fóruns e articulações estaduais dos campos agroecológico, SAN - Segurança Alimentar e Nutricional e direitos humanos, com participantes dos 6 municípios contemplados.	5.158,00		5.158,00	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
Participação em 4 seminários Inter territo-	3.885,60		3.885,60	MTE/Senaes e Tesouro Estadual

riais de diálogos e convergências e outros atores envolvidos (redes, fóruns, campo agroecológico, SAN e direitos humanos), com participantes dos 6 municípios contemplados.				
Garantir o controle social do projeto pelas organizações do campo da economia solidária, para os 6 municípios contemplados.	6.478,26		6.478,26	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
SUBTOTAL 3	**103.918,72**	**133.128,00**	**237.046,72**	MTE/Senaes e Tesouro Estadual
TOTAL GERAL	**341.494,24**	**133.128,00**	**474.622,24**	MTE/Senaes e Tesouro Estadual

9 . CONTRAPARTIDA:

O valor total dos recursos do projeto a ser aplicados nos 6 municípios contemplados é de **R$474.622,72** (quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos). Desse valor, o Governo do Estado do Maranhão contribuirá com **R$ 23.731,11** (vinte e três mil, setecentos e trinta e um reais e onze centavos) que representa **5%** (cinco por cento) da contrapartida, conforme a Cláusula Sétima, Inciso II do Convênio nº 795105/2013.

10 . MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

META	INDICADORES	FONTE	PERIODICIDADE
Fomentar 6 EES	Numero de empresas ou instituições contratadas	Relatórios de atividades	Trimestrais
	Numero de EES selecionados.	Relatórios de atividades	
	Numero de oficinas realizadas;	Relatórios de atividades	
	Numero de planos de sustentabilidade dos EES.	Relatórios de atividades	

	Valor em equipamentos cedidos aos grupos.	Relatórios de atividades	
	Valor em insumos cedidos aos grupos.	Relatórios de atividades	
Realizar 10 Feiras	Numero de EES selecionados;	Relatórios de atividades	Trimestrais
	Numero de barracas adquiridas.	Relatórios de atividades	
	Numero de feiras implantadas;	Relatórios de atividades	
	Valor comercializado por Feira;	Relatórios de atividades	
Fortalecer 3 experiências de fundo solidário (1 em cada território).	Número de participantes no Seminário Territorial	Relatórios de atividades	
	Número de Planos de Gestão de Fundos Solidários	Relatórios de atividades	
	Números de experiências de Fundos Rotativos Solidários assessorados tecnicamente	Relatórios de atividades	
	Número de participantes no Seminário Estadual	Relatórios de atividades	
Adquirir 6 Máquinas e 6 Equipamentos	Número de Máquinas e Equipamentos adquiridos	Notas fiscais	Trimestrais
Adquirir 6 kits de insumos	Quantidade de insumos adquiridos	Notas fiscais	Trimestrais
Participar de 2 cursos; 2 seminários; 1 encontro estadual e 7 oficinas	Número de participantes	Relatórios de atividades	Trimestrais
Aumentar a renda dos EES	Faturamento\Receita semestral dos EES	Relatórios de atividades	Semestral

Gestão, Cidadania e Participação Popular

GOVERNO DO MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográfico - IMESC

São Luís

2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 Título do Projeto: O Plano MAIS IDH em Números & Mapas.

1.2 Órgão Executor: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC.

1.3 Localização Geográfica: O Projeto conterá informações das zonas urbanas e rurais dos 30 municípios integrantes do Plano Mais IDH: Fernando Falcão, Marajá do Sena, Jenipapo dos Vieiras, Satubinha, Água Doce do Maranhão, Lagoa Grande do Maranhão, São João do Caru, Santana do Maranhão, Conceição do Lago Açu, Arame, Belágua, Primeira Cruz, Aldeias Altas, Pedro do Rosário, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, São João do Sóter, Itaipava do Grajaú, Santo Amaro, Centro Novo, Brejo de Areia, Serrano do Maranhão, Amapá do Maranhão, Araioses, Governador Newton Belo, Cajari, Santa Filomena, Milagres, São Francisco do Maranhão, Afonso Cunha.

1.4 Período de execução:

Início: Janeiro de 2015.

Término: Dezembro de 2018

1.5 Coordenação do Projeto:

Titular: Felipe Macedo de Holanda

Cargo/Função:Presidente do IMESC

Contatos: 98 99972-6942 / 99134-1784

Suplente: Carlos Frederico Lago Burnett

Cargo/Função: Diretor de Estudos e Pesquisas

Contatos: 98 98846-2024

2. JUSTIFICATIVA

Existem diversas fontes de informações para o nível municipal, as mais acessadas, são: indicadores censitários, disponibilizados decenalmente; Censo Escolar, com periodicidade anual; os indicadores de Saúde,

com periodicidade e defasagens diversas; informações sobre a previdência social, divulgados anualmente; Benefícios Sociais, divulgados mensalmente; dentre outras. São informações consistentes que podem ser utilizadas para retratar a realidade em nível municipal.

O fato de essas informações estarem pulverizadas e, em muitos casos, até defasas, torna necessário a consolidação das mesmas, em um único sistema que seja capaz fornecer elementos para subsidiar, monitorar, analisar e avaliar as políticas.

Frente a esse desafio, o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC assumiu a missão de desenvolver e manter atualizado um sistema de informações georreferenciado para os 30 municípios do Plano Mais IDH, com informações quantitativas e qualitativas, primárias e secundárias, além de realizar de estudos metodológicos, discussões e seminários relacionados às ações desenvolvidas no âmbito do Mais IDH. Com isso, o IMESC objetiva assessorar as Ações do Plano Mais IDH e contribuir para o seu monitoramento e avaliação, além de qualificar o debate sobre a realidade socioeconômica e ambiental do Maranhão.

Pensado como uma experiência piloto, a ser sistematizado para aplicação nos demais municípios com baixos IDH, o Plano apresenta uma proposta inovadora de metodologia para enfrentamento da miséria e exclusão sócio-produtiva que acomete a maioria da população maranhense. O MAIS IDH foi instituído através do Decreto n° 30.612, de 02 de janeiro de 2015, como o objetivo principal de "promover a superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais no meio urbano e rural, por meio de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável". As diretrizes do Plano de Ações Mais IDH "compreendem: I - integração de políticas públicas com base no planejamento territorial; II - ampliação dos mecanismos de participação popular na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos municípios; III - ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania; IV - inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais, calcado em um modelo de desenvolvimento que atenda às especificidades de cada um deles; V - valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações" (MARANHÃO, 2015a).

Nesta Justificativa, estão detalhadas as condições em que foram realizadas ações iniciais já realizadas e a serem realizadas pelo IMESC/SEPLAN no âmbito do Plano, considerando suas justificativas, prazos, metodologia, local e custos de execução.

O Projeto O Plano Mais IDH em Números & Mapas impactará as três dimensões do IDHM (Educação, Saúde e Renda), pois, ao compilar os diversos indicadores municipais em uma única base de dados georrefe-

renciada e desenvolver discussões e análises sobre as Ações do Plano, fornecerá elementos para assessorar, monitorar, analisar e avaliar essas Ações. Dessa forma, o Presente Projeto estará presente em todas as etapas do Mais IDH, fornecendo elementos para o contínuo aperfeiçoamento das Ações.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Disponibilizar informações socioeconômicas, ambientais e cartográficas para subsidiar, monitorar, analisar e avaliar as ações do Plano Mais IDH.

3.2 Objetivos Específicos

- Subsidiar o Governo na escolha dos municípios para compor o Plano Mais IDH;
- Elaborar o Diagnóstico Preliminar do Plano Mais IDH a partir de indicadores agrupados em quatro eixos: Educação, Saúde, Renda, Gestão Municipal e Meio Ambiente;
- Organizar e realizar o Seminário Nacional O Plano Mais IDH e o Desenvolvimento Territorial do Maranhão;
- Elaborar o Diagnóstico Avançado do Plano Mais IDH com informações primárias, secundárias e georreferenciadas, contemplando os eixos: Educação, Saúde, Renda, Gestão Municipal e Meio Ambiente;
- Elaborar o Atlas do Plano Mais IDH;
- Construir o Banco de Dados Georreferenciado do Plano Mais IDH;
- Desenvolver um Programa de Pesquisa relacionais as Ações do Mais IDH em parceria com as Secretarias de Estado, as Universidades e com a Funda dação de Amparo à Pesquisa do Maranhão – FAPEMA;
- Desenvolver uma metodologia de *proxy* do IDHM para o Estado e municípios do Maranhão.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Comitê Gestor do Plano MAIS IDH, Comitê Executivo do Plano MAIS IDH e Comitês Municipais do Plano MAIS IDH.

5. METODOLOGIA

A coordenação geral do Mais IDH em Números & Mapas ficará a cargo do IMESC, por meio das diretorias de Estudos e Pesquisas – DEP e de Estudos Ambientais e Cartográficos – DEAC. O IMESC desenvolverá suas atividades em parceria com as Secretarias de Estado integrantes do Comitê Gestor e com os Comitês Municipais, tendo em vista assessorar as Ações das primeiras e demandar informações municipais atualizadas dos segundos.

O Mais IDH em Números & Mapas é um Projeto que atuará em todas as etapas do Plano MAIS IDH, por isso, iniciou suas atividades desde que o Plano foi instituído, no mês de janeiro de 2015. O Projeto prevê a realização de oito atividades: assessoramento na definição dos municípios para compor o Plano; elaboração do Diagnóstico Preliminar; Organizar e realizar o Seminário Nacional O Plano Mais IDH e o Desenvolvimento Territorial do Maranhão; elaboração do Diagnóstico Avançado; Elaborar o Atlas do Plano Mais IDH; Construção o Banco de Dados e do Plano Mais IDH; Desenvolver um Programa de Pesquisa relacionais as Ações do Mais IDH em parceria com as Secretarias de Estado, as Universidades e com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão – FAPEMA, Desenvolver uma metodologia de *proxy* do IDHM para o Estado e municípios do Maranhão.

O primeiro passo foi o assessoramento no processo de definição dos municípios para compor o Plano. Nessa fase, o IMESC atuou no levantamento bibliográfico, compilação e análise dos principais índices municipais que expressam as condições de carências dos municípios.

Uma vez determinados os municípios, o IMESC iniciou o a elaboração do Diagnóstico Preliminar, uma publicação disponibilizada de forma impressa e digital, com indicadores de Educação, saúde, Renda, Meio Ambiente e Gestão para os 30 municípios. Para o levantamento dos indicadores para o Diagnóstico, o IMESC realizou uma reunião com representes das 10 Secretarias e Assessoria do Governador que compõem o Comitê Gestor para definir quais os indicadores-chaves o Diagnóstico Preliminar. Feito isso, procedeu-se a elaboração da publicação.

Após a elaboração do Diagnóstico Preliminar, realizou-se o Seminário O Plano Mais IDH e o Desenvolvimento Territorial do Maranhão, objetivo elaborar diretrizes para o desenvolvimento territorial dos municípios-alvo e seus respectivos territórios e regiões. O Seminário teve duração de um dia e contou com a presen-

ça do Governador do Maranhão, de técnicos da Sei/Bahia, do IPECE/Ceará, do IPEA/DF, do BNDES; do MDA; do BIRD e do BID; dos Secretário de Estado de Direito Humanos e Participação Popular (Sedihpop), do Secretário de Estado Articulação Política (SEAP), do Presidente do IMESC.

O próximo produto será o Diagnóstico Avançado, uma publicação mais completa, sobre cada um dos 30 município, individualmente, a partir de informações secundárias e primárias georreferenciadas. Para a elaboração do Diagnóstico, o IMESC, juntamente com as Secretarias, construiu questionários que foram aplicados durante os mutirões. Além dos questionários, o IMESC teve acesso privilegiado a base de dados da Educação e Assistência Social.

A elaboração do Atlas consistirá na compilação de mapas contendo os limites municipais, núcleos urbanos e povoados, hidrografia, rodovias, áreas protegidas e de informações socioeconômicas por setor censitário. O Atlas e o Diagnóstico Avançado serão publicações complementares.

A Construção do Banco de Dados Georreferenciado do Plano Mais IDH será o momento em que o IMESC consolidará, em uma única base de dados, as informações que vem sistematizando desde o início do Plano Mais IDH. Será, também, o diretório para onde convergirão as estatísticas de todos os Projetos em execução. Para isso, o IMESC conta com um ponto focal em cada Secretaria. O Banco de Dados Georreferenciado fornecerá elementos para o monitoramento e avaliação do Plano Mais IDH.

O IMESC também desenvolverá Pesquisas com a finalidade de a avaliação determinadas Ações do Mais IDH. Essas Pesquisas serão realizadas por meio de Projetos submetidos ao edital 006/2015 da Fapema. Cada Projeto prevê parcerias com as Secretarias de Estado e com as Universidades. Os projetos serão submetidos dentro dos seguintes temas: Desenvolvimento Humano, Escolaridade, Segurança Cidadã e Arranjos Produtivos Locais.

Por fim, será elabora uma metodologia de *proxy* do IDHM para o Estado e municípios do Maranhão. O IDHM é um Índice de periodicidade decenal, pois é construído a partir de indicadores do Censitários. O objetivo é elaborar uma metodologia correlata do IDHM para o Maranhão e demais Estados da Federação, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e elaborar uma metodologia de construção de índice municipal que seja aderente ao IDHM. Dessa forma, poder-se-á captar os possíveis impactos do Plano Mais IDH no IDHM do Estado e dos municípios.

Quadro 1. Demonstrativo das Ações

OPERACIONALIZAÇÃO				
OBJETIVOS	AÇÕES/ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	PRAZO	
			INÍCIO	TÉRMINO
Subsidiar o Governo na escolha dos municípios para compor o Plano Mais IDH	Realização de pesquisa bibliográfica sobre os principais índices municipais de pobreza.	DEP	jan/15	jan/15
	Análise e georreferenciamento dos índices levantados.	DEP E DEAC	jan/15	jan/15
	Apresentação dos resultados para o Comitê Gestor.	Presidência	jan/15	jan/15
Elaborar o Diagnóstico Preliminar do Plano Mais IDH a partir de indicadores agrupados em quatro eixos: Educação, Saúde, Renda, Gestão Municipal e Meio Ambiente.	Realização do levantamento preliminar de indicadores Educação, Saúde, Renda, Gestão Municipal e Meio Ambiente dos 30 municípios com menor IDHM do Maranhão.	DEP E DEAC	jan/15	fev/15
	Realização de reunião com Secretarias para validação dos indicadores para o Diagnóstico Preliminar.	DEP E DEAC	jan/15	fev/15
	Elaboração do Diagnóstico Preliminar.	DEP E DEAC	jan/15	fev/15
Organizar e realizar o Seminário Nacional O Plano Mais IDH e o Desenvolvimento Territorial do Maranhão	Elaboração da programação	DEP/DECON/ GABINETE	fev/15	fev/15
	Contato com os palestrantes	DEP/DECON/ GABINETE	fev/15	abr/15
	Realização do Seminário Nacional do Plano Mais IDH	DEP/DECON/ GABINETE	mai/15	mai/15
Elaborar o Diagnóstico Avançado do Plano Mais IDH com informações primárias e secundárias e georreferenciadas contemplando os eixos Educação, Saúde, Renda, Gestão Municipal e Meio Ambiente	Elaboração, em conjunto com as Secretarias, do questionário com a ser aplicado durante os mutirões.	DEP E DEAC	fev/15	mar/15
	Viagens para aplicação dos questionários e georreferenciamento de pontos	DEP E DEAC	mar/15	jun/15
	Tabulação das informações dos questionários.	DEP E DEAC	mar/15	jun/15
	Elaboração do Diagnóstico avançado.	DEP E DEAC	mai/15	jun/15
Elaborar o Atlas do Plano Mais IDH.	Definição dos temas	DEP E DEAC	mai/15	jun/15
	Elaboração dos mapas temáticos	DEAC	mai/15	jun/15

	Tratamento de imagens	DEAC	mai/15	jun/15
	Elaboração do Atlas	DEAC	mai/15	jun/15
Construir o Banco de DadosGeorreferenciado do Plano Mais IDH.	Discussão dos indicadores dos eixos	DEP E DEAC	jan/15	ago/15
	Levantamento de dados secundários	DEP E DEAC	jan/15	set/15
	Levantamento de dados primários	DEP E DEAC	jan/15	set/15
	Construção do Banco de Dados	DEP E DEAC	set/15	nov/15
	Disponibilização das informações para o Comitê Gestor	DEP E DEAC	jan/16	dez/18
	Alimetação do banco de dados	DEP E DEAC	set/18	dez/15
Desenvolver um Programa de Pesquisas relacionais as Ações do Mais IDH em parceria com as Secretarias de Estado, as Universidades e com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão – FAPEMA	Elaboração dos Projetos de monitoramento e avaliação de ações do Mais IDH	DEP E DEAC	mai/15	jun/15
	Realização de convênios com Secretarias de Estado	DEP E DEAC	mai/15	jun/15
	Submissão dos Projetos a editais	DEP E DEAC	jun/15	jun/15
	Execução dos Projetos Fapema	DEP E DEAC	ago/15	jul/15
Desenvolver uma metodologia de *proxy* do IDHM para o Estado e municípios do Maranhão.	Realização de pesquisa bibliográfica sobre metodologia do IDHM	DEP	fev/15	mar/15
	Levantamento dos indicadores	DEP	abr/15	jul/15
	Realização de capacitação da metodologia da Tábua de Vida	DEP	jun/15	jun/15
	Construção da *proxy* do IDHM	DEP	jul/15	dez/15

Durante todo processo de levantamento, construção, sistematização das informações e realização de análises e pesquisas o IMESC manterá um canal direto de comunicação com as Secretarias, através dos coordenadores das ações, para aperfeiçoar a qualidade das informações.

6. IMPACTO

- Sistema de informações georreferenciadas construído;

- Comitê Gestor assessorado;
- Ações subsidiadas, monitoradas, analisadas e avaliadas.

7. PARCERIAS

Serão firmadas parcerias com todas as Secretarias de Estado que integram o Comitê Gestor do Plano Mais IDH, para o envio de informações para compor o Banco de Dados Georreferenciado. As Secretarias são: Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SedihPop), Secretaria deCidades (Secid), Secretaria Estadual de Saúde (SES), Secretaria Estadual de Agricultura (Sagrima), Secretaria de Estado da Educação (Seduc), Secretaria Estadual de Igualdade Racial (Seir), Secretaria de Agricultura Familiar, Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão (Agerp) e Secretaria Estadual de Trabalho e Economia Solidária (SETRES).

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO/ATIVIDADES		VALOR (RS)			FONTE DE RECURSOS
		CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	
AÇÕES					
Elaboração do Diagnóstico Preliminar	Despesas Gráficas	7.840,00		7.840,00	IMESC
Realização do Seminário Nacional do Plano Mais IDH	Despesas Gráficas com Impressões, folders, etc.	1.015,00		1.015,00	IMESC
	Gravação do Seminário	200,00		200,00	IMESC
	Despesa de Combustível	740,00		740,00	IMESC
	Passagens e Diárias	11.400,00		11.400,00	Gabinete do Governador
Viagens para aplicação dos questionários e georreferenciamento de pontos	Diárias de pessoal	35.576,00		35.576,00	IMESC
	Adiantamentos	5.720,00		5.720,00	IMESC

Elaboração do Diagnóstico avançado.	Despesas Gráficas	375.000,00		375.000,00	Gabinete do Governador
Elaboração do Atlas	Despesas Gráficas	260.400,00		260.400,00	Gabinete do Governador
Execução dos Projetos Fapema	Viagens e diárias	87.500,00		87.500,00	FAPEMA
Realização de capacitação da metodologia da Tábua de Vida	Despesa com palestrante	2.500,00		2.500,00	IMESC
	Alimentação	700,00		700,00	IMESC
Subtotal 1				**788.591,00**	
RECURSOS HUMANOS					
1 Bolsista Doutor	Valor da Bolsa: R$ 3.200 Período: 12 meses	38.400	-	38.400	IMESC/ FAPEMA
3 Bolsistas Mestres	Valor da Bolsa: R$ 2.650 Período: 12 meses	93.600	-	93.600	IMESC/ FAPEMA
4 Bolsistas Especialistas	Valor da Bolsa: R$ 1.550 Período: 12 meses	18.600	-	18.600	IMESC/ FAPEMA
Subtotal 2				**150.600**	
TOTAL (1+2)				**939.191,00**	

9. CONTRAPARTIDA

O Projeto não prevê contrapartida.

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

META	INDICADORES	FONTE	PERIODICIDADE
Elaborar 1 Diagnóstico Preliminar do Plano Mais IDH	Diagnóstico Preliminar do Plano Mais IDH produzido e publicado	IMESC	-
Realizar 1 Seminário Nacional	Seminário realizado	IMESC	-
Elaborar 1 Diagnóstico Preliminar do Plano Mais IDH	Diagnóstico Avançado do Plano Mais IDH produzido e publicado	IMESC	-

Elaborar 1 Atlas do Plano Mais IDH	Atlas do Plano Mais IDH produzido e publicado	IMESC	-
Construir o Banco de Dados Georreferenciado do Plano Mais IDH	Banco de Dados Georreferenciado implantado	IMESC	-
Submeter e aprovar 5 Projetos ao edital 006/2015 da FAPEMA	Projetos submetidos	IMESC	-
	Projetos Aprovados	IMESC	-
	Projetos concluídos	IMESC	-
	Parcerias	IMESC	-
Proxy do IDHM Estadual e Municipal	Proxy do IDHM Estadual desenvolvida	IMESC	-
	Proxy do IDHM e municipal desenvolvida	IMESC	-

REFERÊNCIAS

IMESC.Projeto Executivo das Ações Iniciais do IMESC/SEPLAN no Âmbito do Plano de Ações Mais IDH. São Luis, mimeo, 2015

MARANHÃO**. Instalação do Comitê Gestor do Plano de Ações Mais IDH**, Critérios de Seleção dos Municípios Prioritários, Municípios de Menor IDHM do Estado considerados Prioritários para efeito de Mudança do IDH do Maranhão. São Luis: mimeo, Comitê Gestor do Plano De Ações Mais IDH, 2015a.

MARANHÃO. **Matriz de Responsabilidades. Plano Mais IDH.** Comitê Gestor do Plano de Ações Mais IDH. São Luis, mimeo, 2015b.

Secretaria de Desenvolvimento Social

Secretaria Adjunta de Assistência Social

Superintendência de Gestão do SUAS /Supervisão de Vigilância Socioassistencial

São Luís

2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 Título do Projeto: Mais Busca Ativa (Estratégia da Vigilância Socioassistencial)

1.2 Órgão Executor:

Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES

Secretaria Adjunta de Assistência Social - SAAS

Superintendência de Gestão do SUAS /Supervisão de Vigilância Socioassistencial

1.3 Localização Geográfica: O projeto será desenvolvido nos 30 Municípios integrantes do Plano MAIS IDH: Afonso Cunha, Água Doce do Maranhão, Aldeias Altas, Amapá do Maranhão, Araioses, Arame, Belágua, Brejo de Arreia, Cajari, Centro Novo do Maranhão, Conceição do Lago-Açu, Fernando Falcão, Governador Newton Bello, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Lagoa Grande do Maranhão, Marajá do Sena, Milagres do Maranhão, Primeira Cruz, Pedro do Rosário, Santa Filomena do Maranhão, Satubinha, Santana do Maranhão, Serrano do Maranhão, São João do Carú, Santo Amaro do Maranhão, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, São João do Sóter, São Francisco do Maranhão.

1.4 Período de Execução:

Início: Março 2016

Término: Dezembro de 2018.

1.5 Coordenação do Projeto

Titular: Ascenção de Maria Matos Rocha Muniz Mendes

Cargo: Supervisora de Vigilância Socioassistencial

Contato: (98) 98872-0431

E-mail: ascencaomg@hotmail.com

Suplente: Karla Cristina dos Santos Ferreira

Cargo: Supervisora de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Social.

Contato: (98) 98804 7860

E-mail: karlitacrisitina@hotmail.com

2. JUSTIFICATIVA

Conforme disposto na Lei 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social -LOAS) - atualizada por meio da Lei nº 12.435/2011, na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e na Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS/2012) -, a Vigilância Socioassistencial se caracteriza como uma das funções da Política de Assistência Social, responsável pela gestão das informações sobre as relações que se estabelecem no território, pelas condições em que residem as pessoas e famílias, pelas ocorrências de vulnerabilidades, de ameaças e de vitimizações e danos.

Estes fatores refletem a capacidade protetiva das famílias e de seus membros, por elas mesmas e pelos agentes públicos, responsáveis pela intervenção e garantia de direitos. A vigilância, portanto, se materializa por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de conhecimentos sobre a vida nos territórios, que devem orientar a tomada de decisões no planejamento, gestão, monitoramento, avaliação e execução dos serviços socioassistenciais.

A Vigilância é também responsável pela organização de informações no *Sistema de Notificações das Situações de Violação de Direitos* e está estruturada a partir de dois eixos: o da *Vigilância de Riscos* e o das *Vulnerabilidades e Vigilância de Padrões e Serviços.* A partir desses dois eixos, são articuladas, de um lado, as informações relativas às incidências de violações e necessidades de proteção da população, e, de outro, as características e distribuição da rede de proteção social instalada, para a oferta de serviços e benefícios.

A Busca Ativa é uma das estratégias da Vigilância Socioassistencial, responsáveis pela **identificação de famílias que ainda não acessaram benefícios e serviços,** no âmbito do Sistema de Proteção Social, e é realizada por meio das equipes dos Centros de Referência de Assistência Social -CRAS, existentes nos municípios, podendo contribuir significativamente para a efetividade e eficácia do Plano Mais IDH.

A organização da Busca Ativa na Política de Assistência Social se desdobra em três ações, considerando seus objetivos:

1. ***Busca Ativa para inclusão e atualização no CADÚNICO***: trata-se de localizar as famílias extremamente pobres, incluí-las no CADÚNICO e manter suas informações sempre atualizadas;

2. ***Busca Ativa para Acessar Benefícios***: incluir nos programas sociais todas as famílias que atendam aos critérios de elegibilidade, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada-BPC e Programa Bolsa Família-PBF;

3. ***Busca Ativa para Acessar Serviços***: nesse caso, o Estado possibilita que as famílias extremamente pobres, sendo localizadas e orientadas, tenham acessos aos serviços sociais básicos de saúde, saneamento, educação, assistência social, trabalho e segurança alimentar e nutricional, entre outros.

Portanto, a Vigilância Socioassistencial traduz o compromisso com a instituição e consolidação de um modelo de atenção que, partindo do reconhecimento e identificação das necessidades da população, aja proativamente para assegurar a oferta e efetivar o acesso das famílias e indivíduos aos serviços e benefícios socioassistenciais e de outras políticas públicas.

A ausência e fragilidade das ações da Vigilância Socioassistencial no município dificulta a leitura da realidade local, comprometendo a intervenção qualificada das políticas públicas uma vez que elas devem se constituir em respostas às necessidades da população, sobretudo aquelas que demandam proteção, em decorrência dos riscos e vulnerabilidades a que estão expostos.

O Censo SUAS, realizado anualmente desde 2007, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, e alimentado por estados e municípios, é um instrumento importante para o planejamento, gestão, avaliação e monitoramento dessas situações na medida em que possibilita a produção de dados sobre a realidade dos entes federados.

Os resultados divulgados no último Censo SUAS[5] (2014), em relação à implantação do setor da Vigilância Socioassistencial, apresentam os municípios contemplados no Plano MAIS IDH conforme o quadro a seguir:

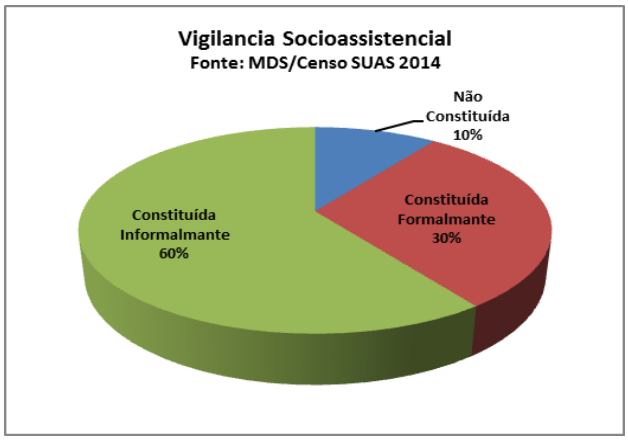
Municípios	Não Constituída	Constituída Formalmente	Constituída Informalmente
Arame	x		
Brejo de Areia	x		
Centro Novo	x		
Amapá do Maranhão		x	
Belágua		x	
Cajari		x	
Fernando Falcão		x	
Lagoa Grande do Maranhão		x	
Milagres do Maranhão		x	
Primeira Cruz		x	
Santana do Maranhão		x	

[5] O Censo SUAS é realizado anualmente pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, e se constitui um processo de coleta dados por meio de um formulário eletrônico preenchido pelas Secretarias e Conselhos de Assistência Social dos Estados e Municípios, que possibilita a produção de dados sobre a realidade e representa uma ação para o monitoramento e o acompanhamento dos serviços executados no âmbito do SUAS.

São Roberto		x	
Afonso Cunha			X
Água Doce do Maranhão			X
Aldeias Alta			X
Araioses			X
Conceição do Lago Açu			X
Gov. Newton Belo			X
Itaipava do Grajaú			X
Jenipapo dos Vieiras			X
Marajá do Sena			X
Pedro do Rosário			X
Santa Filomena			X
Santo Amaro do Maranhão			X
São Francisco do Maranhão			X
São João do Caru			X
São João do Sóter			X
São Raimundo do Doca Bezerra			X
Satubinha			X
Serrano do Maranhão			X

FONTE: MDS/SAGI/CENSO SUAS 2014

A grande maioria (60%) informa a existência do setor (existência não formal), 30% afirmam que o setor está instituído formalmente e 10% atestaram ainda não ter constituído a Vigilância Sociassistencial.



FONTE: MDS/SAGI/CENSO SUAS 2014

Dados recentes oriundos das visitas de monitoramento realizadas por técnicos da SEDES apontam que, mesmo nos municípios que responderam ao Censo SUAS 2014, com a informação de que o setor da Vigilância

Socioassistencial foi instituído formalmente, não estão efetivamente funcionando, o que requer a presença e apoio do Estado nos seus processos de estruturação e funcionamento.

É com este objetivo que apresentamos o presente projeto, de apoio técnico aos gestores e trabalhadores do SUAS, para a implantação da Vigilância Socioassistencial e a dinamização da busca ativa, de forma a contribuir com a gestão municipal na sua missão institucional de prover melhores condições de vida à população que se encontra em situação de vulnerabilidades e riscos.

O projeto tem relação direta com a **dimensão gestão e participação social**, no Plano Mais IDH.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral:

Contribuir para a implantação e fortalecimento da Vigilância Socioassistencial nos municípios, no âmbito da Política de Assistência Social, fortalecendo a garantia de acessos de pessoas e famílias à proteção social.

3.2. Objetivos Específicos:

- Prover apoio técnico e material para a implantação e fortalecimento da Vigilância Socioassistencial;
- Assessorar os municípios para a dinamização da Busca Ativa, como estratégia de inclusão de pessoas e famílias pobres e extremamente pobres no Cadastro Único, para acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Gestores, técnicos e conselheiros que executam e fazem o controle social da Política de Assistência Social, nos municípios.

5. METODOLOGIA

A gestão e execução do projeto serão compartilhadas entre Estado e Municípios, a partir das competências específicas de cada um, conforme apresentado a seguir:

Estado:

- Apoio técnico e material para a estruturação e fortalecimento da Vigilância Socioassistencial nos municípios;
- Assessoramento às equipes técnicas dos municípios no processo de alimentação de dados do Censo SUAS, acompanhando e orientando o preenchimento dos questionários e a qualidade das informações coletadas;
- Apoio técnico às equipes municipais que fazem a alimentação dos dados para atualização das informações na REDE SUAS (Sistema de Cadastro do SUAS – CADSUAS; Registro Mensal de Atendimentos - RMA, Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC).

Municípios/ Setor de Vigilância Socioassistencial:

- Coordenar as atividades de identificação, localização, cadastramento e atualização cadastral das famílias no Cadastro Único de Programas Sociais - CadÚnico;
- Fornecer sistematicamente aos CRAS[6] e CREAS[7]:

a) Informações e indicadores, territorializados, extraídos do Cadastro Único, que possam auxiliar as ações de busca ativa e subsidiar as atividades de planejamento e avaliação dos próprios serviços;

b) Lista nominal das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, com bloqueio ou suspensão do benefício, bem como monitorar a realização da busca ativa destas famílias, pelas equipes das unidades, e o registro do seu acompanhamento que possibilita a interrupção dos efeitos do descumprimento sobre o benefício das famílias;

c) Lista nominal das famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC e dos benefícios eventuais, bem como monitorar a realização da busca ativa destas famílias, pelas equipes técnicas, para inserção nos respectivos serviços;

- Orientar sobre métodos para a coleta de dados, a serem realizadas pelas equipes dos municípios, para sistematização de informações territorializadas;
- Preenchimento dos questionários do Censo SUAS;

---

[6] Centro de Referência de Assistência Social-CRAS é uma unidade pública estatal, descentralizada, da Política Nacional de Assistência Social, que atua como a principal porta de entrada do SUAS, dada sua capilaridade nos territórios, sendo responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

[7] Centro de Referência Especializado de Assistência Social –,CREAS, configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.).

- Alimentação e atualização da REDE SUAS (CADSUAS; RMA; SISC).

Todo o processo de implantação onde não há setor de Vigilância Socioassistencial constituído - onde foi implantado, mas não funciona a contento, e onde funciona, mas não foi constituído formalmente - será acompanhado pelo Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS e pelo Comitê Municipal Mais IDH. Estas diferentes ações serão complementadas com orientações sobre a realização das atividades de coleta de dados nos territórios, a partir dos serviços socioassistenciais, e sua posterior sistematização pelo setor de Vigilância Socioassistencial.

Para a dinamização da Busca Ativa, pelas equipes dos CRAS's e CREAS's, onde houver, os técnicos e gestores serão orientados a organizarem as ações de identificação para inclusão no CadÚnico e a atualização cadastral, para a garantia de acesso a serviços e benefícios, considerando a realidade de cada município e a existência das redes de serviços das diferentes políticas públicas.

A dinâmica da busca ativa e da vigilância socioassistencial, nos municípios, serão acompanhadas e avaliadas pela Supervisão de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Social/ SEDES, em conjunto com os municípios.

Quadro 01 – Demonstrativo das Ações

OPERACIONALIZAÇÃO				
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**RESPONSÁVEL**	**PRAZO**	
			INÍCIO	**TÉRMINO**
Prover apoio técnico e material para a implantação da vigilância socioassistencial	Elaborar Termo de Referência	SEDES/SAAS/Superintendência de Gestão do SUAS/ Supervisão de Vigilância Socioassistencial	Jun/15	Jun/15
	Licitação	SEDES/SAAS/CPL	Set/16	Dez/16
	Realização, em São Luis, de Oficina de Capacitação para a implantação/ fortalecimento da Vigilância Socioassistencial nos municípios	SEDES/SAAS/Superintendência de Gestão do SUAS/ Supervisão de Vigilância Socioassistencial	Set/16	Set/16
	Distribuição de Kit's de Informática	SEDES/SAAS	Jan/17	Jan/17

	Assessoramento técnico, acompanhamento, monitoramento e avaliação sistemática das ações realizadas pelos municípios	SEDES/SAAS/Superintendência de Gestão do SUAS/ Supervisão de Vigilância Socioassistencial/Supervisão de Monitoramento e Avaliação	Mar/16	Dez/18
Assessorar os municípios para a dinamização da Busca Ativa, como estratégia de inclusão de pessoas e famílias pobres e extremamente pobres no Cadastro Único, para acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais	Levantamento situacional sobre as ações de vigilância socioassistencial dos 30 municípios para a definição de estratégias de intervenção	SEDES/SAAS/Superintendência de Gestão do SUAS/ Supervisão de Vigilância Socioassistencial/Supervisão de Planejamento, Monitoramento e Avaliação	Mar/16	Jul/16
	Realização de ações de assessoramento técnico com definição de estratégias de intervenção, a partir de dificuldades operacionais identificadas pela equipe estadual e municipais.	SEDES/SAAS/Superintendência de Gestão do SUAS/ Supervisão de Vigilância Socioassistencial/Supervisão de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Município	Set/16	Dez/18
	Orientação sobre a busca ativa para o cadastramento de famílias, com perfil para inserção no CadÚnico, e para a atualização sistemática dos Cadastros das famílias já inseridas no CadÚnico	SEDES/SAAS/Superintendência de Gestão do SUAS/ Supervisão de Vigilância Socioassistencial/Supervisão de Planejamento, Monitoramento e Avaliação	Mar/16	Dez/18

6. IMPACTOS

- Vigilância Socioassistencial implantada e estruturada nos municípios, com a função de proteção social do SUAS fortalecida;
- Busca Ativa dinamizada, com inclusão de famílias e pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza nos programas, serviços e benefícios socioassistenciais, bem como incluídas nas de-

mais políticas, a exemplo da educação e saúde;

- Gestão e execução dos serviços de Vigilância Socioassistencial qualificados.

7. PARCERIAS

- Instâncias de Controle Social (CEAS, CMAS, CMDCA, Comitês Municipais Mais IDH), que terão a responsabilidade de controle social das ações a serem desenvolvidas;
- Secretaria de Estado e Municipais de Saúde – Inserção do público identificado e encaminhado pela PAS nas ações de saúde;
- Secretaria de Estado e Municipais de Educação - Inserção do público identificado e encaminhado pela PAS nas ações da educação.

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO/ATIVIDADES		VALOR (RS)			FONTE DE RECURSOS
		CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	
AÇÃO: Oficina de Capacitação sobre a Vigilância Socioassistencial.					
SERVIÇO DE TERCEIRO	Locação de Espaço com equipamentos para 03 dias, em São Luís.	20.000,00	-	R$ 80.000,60	Recursos Federais (Transferência fundo a fundo - FNAS/FEAS) (PI CAPASSISTEN)
	Alimentação (durante os 03 dias – Almoço, lanche e jantar)	19.220,00			
	Hospedagem (03 diárias - quartos duplo/triplo) e Passagem (ida e volta)	17.815,00			
RECURSOS HUMANOS	02- Assistentes Sociais (24 hs x 110,95 x 2)	5.325,60	-		
	02 - Apoios Administrativos (24hs x 50,00 x 2)	2.400,00			
	01- Profissional de Informática	1.200,00			

	(24x 50,00)				
RECURSOS MATERIAIS	Material de consumo	4.040,00			
	Material gráfico	10.000,00			
SUBTOTAL 1				**80.000,60**	
AÇÃO: Acompanhamento sistemático/ações de monitoramento e avaliação					
Acompanhamento sistemático/ações de monitoramento e avaliação		56.475,00	----	56.475,00	FEAS
SUBTOTAL 2				**56.475,00**	
AÇÃO: Estruturação da Vigilância Socioassistencial					
Distribuição de Kit's de informática.	30 Computadores (CPU, Monitor)	-	150.000,00	150.000,00	Recursos Federais (Transferência fundo a fundo - FNAS/FEAS) (PI FORTSOCIAL)
	30 Teclados				
	30 Nobreak				
	30 Cadeiras giratórias				
	30 Mesas para computador				
SUBTOTAL 3				**150.000,00**	
AÇÃO: Levantamento situacional sobre as ações de vigilância socioassistencial, para definição de estratégias de intervenção.					
Levantamento situacional sobre as ações de vigilância socioassistencial, para definição de estratégias de intervenção.		56.475,00	---	56.475,00	---
SUBTOTAL 4				**56.475,00**	
AÇÃO: Orientação sobre a busca ativa para o cadastramento de famílias, com perfil para inserção no CadÚnico, e para a atualização sistemática dos cadastros, das famílias já inseridas no CadÚnico.					
Essa ação será desenvolvida pela equipe técnica municipal. Portanto, não haverá custo para o Projeto.		---	---	---	----
VALOR TOTAL R$		**342.950,00**			

9. CONTRAPARTIDA

Não há contrapartida neste projeto

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

METAS	INDICADORES	FONTE	PERIODICIDADE
Apoiar técnica e materialmente os 30 municípios que integram o Plano Mais IDH na estruturação e funcionamento do setor de vigilância socioassistencial	Licitação para aquisição de material	SEDES/SAAS	Anual
	Nº de municípios que receberam os kits de equipamentos de informática	SEDES/SAAS	Anual
	Realização de Oficina de Capacitação em São Luís	SEDES/SAAS	Anual
	Nº de municípios que implantaram a Vigilância Socioassistencial	SEDES/SAAS	Anual
	Nº de municípios que implementaram a Vigilância Socioassistencial	SEDES/SAAS	Anual
	Nº de monitoramentos realizados por município	SEDES/SAAS	Anual
Assessoramento técnico a todos os municípios para a dinamização da Busca Ativa.	Nº de municípios alimentando os sistemas de informação do MDS	SEDES/SAAS	Anual
	Nº de famílias incluídas no CadÚnico, a partir da Busca Ativa	SEDES/SAAS	Anual
	Nº de cadastros de famílias atualizados no período indicado nas normativas do PBF	SEDES/SAAS	Anual
	Nº de famílias com acesso aos benefícios socioassistenciais	SEDES/SAAS	Anual

Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano

Secretaria Adjunta de Projetos Especiais

São Luís

2016

Secretaria de Estado de Direitos humanos e Participação Popular

Secretaria Adjunta de Promoção de IDH

São Luís

2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 Título do Projeto: Mutirão Mais IDH

1.2 Órgão Coordenador:

Secretaria de Estado de Direitos humanos e Participação Popular - SEDIHPOP

Secretaria Adjunta de Promoção de IDH – SAPIDH (Coordenação).

1.3 Localização Geográfica: O projeto será desenvolvido nos 30 municípios integrantes do Plano MAIS IDH: Fernando Falcão, Marajá do Sena, Arame, Lagoa Grande do Maranhão, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, São Roberto, São Raimundo do Doca Bezerra, Santa Filomena, Centro Novo do Maranhão, Gov. Newton Belo, Pedro do Rosário, Amapá do Maranhão, Serrano do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago Açu, Satubinha, Brejo de Areia, Araioses, Água Doce do Maranhão, Santana do Maranhão, Milagres do Maranhão, Santo Amaro, Primeira Cruz, Belágua, Afonso Cunha, Aldeias Altas, São João do Sóter, São Francisco do Maranhão e São João do Carú.

1.4 Período de execução:

1° Ciclo: (1ª Etapa: 09 a 21/03/15; **2ª Etapa:** 06 a18/04/15; **3ª Etapa:** 04 a 16/05/15), sendo necessária uma etapa extra para o muncípio de São João do Carú, em junho, devido ao isolamento parcial do município no período chuvoso.

2° Ciclo: (**1ª Etapa:** 24 a 26/10/16; **2ª etapa** 31/10 a 12/11/16 , contemplando 5 municípios com os serviços da carreta da mulher, **3ª etapa:** 02 a 20/11/16, contemplando 12 municípios com os serviços de documentação do VIVA.

3º e 4º Ciclos: serão desenvolvidos respectivamente em 2017 e 2018.

1.5. Coordenação do projeto:

Titular: Loroana Coutinho de Santana

Cargo: Secretária Adjunta de Promoção de IDH

Contato: (98) 98819-1498 / 99224-3509

E-mail: loroanacsantana@gmail.com

Suplente: Zeni Pereira Pinheiro

Cargo: Assessor Júnior

Contato: (98) 98106-2725

E-mail: zenipjma@yahoo.com.br

2. JUSTIFICATIVA

Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. Expressa a qualidade do cidadão de poder exercer o conjunto de direitos e liberdades políticas e socioeconômicas de seu país, estando sujeito a deveres que lhe são impostos. Relaciona-se, portanto, com a participação consciente e responsável do indivíduo na sociedade, zelando para que seus direitos não sejam violados.

Observando os indicadores sociais e econômicos do estado do Maranhão, notamos que os direitos individuais não estão sendo exercidos plenamente, faltando aos maranhenses em situação de vulnerabilidade social acesso a equipamentos e serviços básicos que lhes garantam esses direitos.

Em razão disso, o Governo do Estado do Maranhão, exercendo seu papel constitucional, implementa, por meio de um conjunto de ações e projetos, o Plano MAIS IDH, com objetivo de reduzir a pobreza e promover a inclusão social e produtiva inicialmente nos 30 municípios maranhenses com menores IDHMs (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal).

O Mutirão MAIS IDH é um dos projetos que compõe este Plano e nasce com a tarefa de dar início à política nos municípios, como uma espécie de "carro-chefe". Busca atender às necessidades mais imediatas da população, oferecendo principalmente serviços de cidadania/documentação básica e atendimento de saúde. Além disso, permitirá às equipes do Estado um trabalho inicial de diagnóstico, prospecção e busca ativa, através de reuniões, questionários e outras estratégias, fornecendo elementos necessários a qualificação do planejamento dos seus respectivos programas, projetos e ações.

Importa ressaltar que, destas ações, uma se torna fundamental para o exercício da cidadania: a documentação básica, pois entendemos que não pode haver elevação do IDHM sem que um dos direitos mais básicos para a existência do cidadão perante o Estado seja garantida. A documentação é o passo inicial para qualquer ação de promoção de cidadania, uma vez que os documentos constituem um importante instrumento de acesso às políticas públicas por parte dos cidadãos.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Proporcionar, por meio do acesso a serviços públicos (especialmente de saúde, busca ativa e documentação),o exercício da cidadania às populações residentes nos municípios do Plano MAIS IDH**.**

3.2 Objetivos Específicos

- Organizar, em parceria com secretarias e órgãos do Estado, as ações do mutirão;
- Articular o poder público e as organizações locais com vistas ao apoio logístico e a mobilização da população;
- Promover o acesso à documentação e atendimento de saúde;
- Desenvolver atividades socioeducativas visando o fortalecimento da participação social;
- Levantar informações sobre as realidades locais para a construção de documentos, diagnósticos e prospectos que subsidiem a formulação de políticas públicas.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

População em geral residente nos municípios integrantes do Plano Mais IDH.

5. METODOLOGIA

A coordenação deste projeto é de responsabilidade da SEDIHPOP, por meio da Secretaria Adjunta de Promoção de IDH. A gestão é compartilhada com as secretarias e órgãos parceiros na execução das ações e serviços oferecidos no mutirão.

Os procedimentos metodológicos a serem utilizados no desenvolvimento das ações terão como princípio abordagens participativas, nas quais os moradores são vistos como sujeitos coletivos capazes de contribuir com a melhoria da qualidade de vida das suas comunidades, considerando-se que esse processo só é construído a partir da realidade e experiência dos atores envolvidos.

O mutirão será desenvolvido em 04 ciclos, da seguinte forma:

- 1º Ciclo: serão atendidos todos os municípios do Mais IDH;
- 2º Ciclo, dividido em duas etapas: 1ª etapa (Aldeias Altas, Belágua, Santana do Maranhão, Milagres do Maranhão e Afonso Cunha); 2ª etapa (Água Doce do Maranhão, Santana do Maranhão, Milagres do Maranhão, São João do Caru, São Francisco do Maranhão, Lagoa Grande do Maranhão, Fernando Falcão, Jenipapo dos Vieiras, São João do Sóter, Governador Newton Bello, Serrano do Maranhão e Pedro do Rosário);
- 3º e 4º Ciclos: a definir.

Os serviços de documentação serão oferecidos em períodos de duas semanas de segunda a sábado no horário de 08h00 às 17h00, a fim de possibilitar o acesso ao maior número de pessoas possível.

Serão desenvolvidos em locais de fácil acesso à população, indicados pelas prefeituras e demais organizações. Os serviços de documentação e saúde serão realizados de acordo com a capacidade de atendimento dos órgãos.

A documentação será oferecida por meio das unidades móveis (caminhões) ou alternativas do Viva Cidadão. Os atendimentos médicos pela Secretaria de Estado da Saúde em parceria com as equipes municipais, e pela carreta da mulher realizados nos postos de saúde ou em locais apropriados para este fim, indicados pela Prefeitura de cada município. Os outros serviços serão distribuídos em escolas, prédios de secretarias municipais e em outros locais disponíveis nos municípios.

Convém destacar que não haverá um processo de seleção do público beneficiário, porém algumas ações realizadas pelas diferentes secretarias são voltadas para públicos específicos, como, por exemplo, gestores municipais de determinadas áreas.

As ações nos municípios serão desenvolvidas conforme planilhas elaboradas em conjunto com todas as secretarias e órgãos envolvidos no Mutirão, já previstas, em linhas gerais, no quadro de operacionalização a seguir.

OPERACIONALIZAÇÃO				
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**RESPONSÁVEL**	**PRAZO**	
			INÍCIO	**TÉRMINO**
Organizar Mutirão em parce-	- Reunião da Equipe SAPIDH/SEDIHPOP	SAPIDH	Janeiro/15	

ria com secretarias e órgãos, buscando também parcerias externas em potencial.	- Reunião com Secretários e presidentes de órgãos do Comitê Gestor	SEDIHPOP	Janeiro/15
	- Elaboração da Proposta Preliminar do Projeto Mutirão	SAPIDH/SEDIHPOP	
	- Reunião com técnicos das secretarias e órgãos do Comitê Gestor para apresentação da proposta preliminar e para sondagem de sua disponibilidade e forma de inserção no Mutirão e sugestões (serviços, atividades e ações de cada parceiro)	SAPIDH/SEDIHPOP	Fevereiro/15
	- Formatação do Projeto	Equipe SAPIDH/SEDIHPOP	
	- Reuniões com equipes do Governo envolvidas no Mutirão para apresentação do calendário e formato final das ações antes da primeira etapa	SAPIDH e Viva Cidadão/SEDIHPOP	
	- Reunião com a Secretaria de Segurança para discutir segurança dos caminhões e garantir gratuidade da taxa de expedição de RG	Viva Cidadão e SEDIHPOP	
	- Reunião com INSS para apresentação da proposta e sensibilização para integração do órgão ao Mutirão	Equipe Viva e Equipe SAPIDH	
	- Reunião com FUNAI para apresentação da proposta e sensibilização para apoio e parceria durante a primeira etapa do Mutirão, realizada	Jackson e Thayane (SEDIHPOP)	

	em áreas com grande população indígena - Reunião com Corregedoria do Tribunal de Justiça para apresentação do projeto, visando parceria para expedição do Registro Civil de Nascimento - Reunião com empresa que opera contrato dos caminhões do Viva Cidadão - Reunião com os gestores municipais de saúde dos 30 municípios em São Luís	Diretora do Viva Cidadão Mari Silva Equipe Viva Cidadão Secretaria de Saúde	
Divulgar o Mutirão Mais IDH	-Reunião com a SECOM -Produção e definição de material para mídias (impresso, redes sociais, spots) - Ato de lançamento do Mutirão Mais IDH/ - Acompanhamento da contratação de serviços específicos (plotagem dos caminhões, aluguel de tendas, etc.)	SEDIHPOP ASCOM SEDIHPOP /Equipe SECOM/ Cerimonial do Governador/ SAPIDH-SEDIHPOP	Fevereiro a Maio/15
Articular o poder público e as organizações locais com vistas ao apoio logístico e a mobilização da população;	- Contatos (via telefone e email) com prefeitos e técnicos das prefeituras, além de lideranças municipais e organizações locais - Elaboração e envio aos municípios de Termo de Cooperação com as Prefeituras	SAPIHD/SEDIHPOP SAPP/SEDIHPOP SEAP	Semanas anteriores ao início de cada etapa do Mutirão

	- Visita prévia da equipe de saúde aos municípios para definir logística e local e equipamentos para atendimento	SAPIHD/SEDIHPOP	Março/15
	- Visita prévia da empresa que opera os contratos dos caminhões do Viva aos municípios para avaliar possibilidade de acesso e local de instalação da unidade	SES/ Sec. Adj. de Atenção Primária	Antes de cada etapa
	- Contatos (via telefone e email) com STTRs e outras organizações da sociedade civil	Equipe Técnica e Viva Cidadão	
REALIZAÇÃO DO MUTIRÃO Promover o acesso à documentação e atendimento de saúde;	Serviços de Documentação - Emissão de RG - CPF - Carteira de Trabalho - Antecedentes Criminais - Junta de Serviço Militar (só onde a Prefeitura não tem convênio com o exército) - Cadastro de microempresários e empresários individuais (Convênio com a CCL) - Emissão de CNPJ e Inscrição Estadual e Municipal para pequenos empreendimentos individuais com faturamento até R$ 60 mil anuais	Equipes SAPP e SAPIDH/SEDIHPOP (com apoio da SEAP) Viva Cidadão	Período que antecederá cada etapa Em cada etapa, conforme calendário do Mutirão
	- Emissão de DAP´s	SEFAZ	
	Atendimentos médicos: <u>Saúde da Criança</u> - Acompanhamento do Crescimento e Desenvolvimento da Criança - ACD		

	-Monitoramento da Pressão Arterial – PA em crianças. -Consultas Médicas e de Enfermagem. Técnica de Escovação e Aplicação Tópica de Flúor. <u>Imunização</u> -Atualização de Carteiras de Vacina. (Crianças, Adolescentes, Adultos e Gestantes) <u>Saúde da Mulher</u> -Exame Papanicolau <u>Hipertensão e Diabetes</u> - Ações educativas de prevenção - Teste de Glicemia -Monitoramento da Pressão Arterial – PA em adultos. <u>Saúde do Adolescente</u> -Prevenção do HPV - Ampliar a cobertura vacinal em meninas na faixa etária de 11 a 13 anos de idade - -Prevenção de DST's/ AIDS – Distribuição de Preservativos e orientações educativas sobre as DST's <u>Hanseníase e Turbeculose</u> - Busca Ativa de Hanseníase e Tuberculose / Ação Educativa com distribuição de material informativo. <u>DST/AIDS e Hepatites Virais</u> Realização de Testes Rápidos para detecção de: HIV, Sífilis e Hepatites Virais.	AGERP/SAF e SEFAZ SES	
Desenvolver atividades socioeducativas visando o fortalecimento da	Realização de palestras e formações: - Direitos Humanos e Cidadania; -Uso do cinema como ferra-	SPEDH/SEDIHPOP	

participação social e o acesso a Políticas públicas;	menta pedagógica (para professores); -Cine Direitos Humanos com Exibição de filmes para estudantes; - Oficinas MAIS IDH sobre Regularização Fundiária - Palestras sobre organização produtiva e mercados institucionais e economia solidária - Orientação fiscal para gestores e pequenos empreendedores com esclarecimentos sobre o PAA, PNAE, Nota Fiscal, Chamada Pública -Carreta Mulher Maranhense com os seguintes serviços: ° Ouvidoria, ° Orientações Jurídicas, Psicológicas, Nutricionais, Saúde da Mulher Negra e Mulheres Quilombolas, ° Palestras sobre Lei Maria da Penha, Lei do Acompanhamento e Registro Paternidade, ° Orientações e Atendimento: Delegacia de Polícia, Promotoria de Justiça, Defensoria Pública, Juizado/ Vara, Social.	SEIR SETRES SEFAZ SEMU	Durante as etapas do mutirão
Levantar informações sobre as realidades locais para a construção de documentos, diagnósticos e prospectos que subsidiem a formulação de políticas públicas.	-Levantamento de informações sobre as atividades agropecuárias -Prospecção sobre o Sisteminha da EMBRAPA - Reunião ampliada com o Prefeito, Gestores Municipais e técnicos das secretarias ligadas à política de Assistência Social, Segurança Alimentar e Transferência de Renda;	AGERP SEDES	Durante as etapas

	- Aplicação de instrumental para elaboração de diagnóstico - Visitas técnicas às secretarias ligadas à politica de desenvolvimento humano; - Aplicação de questionário para construção de diagnóstico avançado.	IMESC	do mutirão

6. IMPACTO

- População com acesso a documentação básica garantida;
- População sensibilizada quanto aos seus direitos básicos de cidadania;
- População com acesso garantido a atendimento de saúde;
- Elaborado diagnóstico que forneça subsídio à formulação de políticas públicas.

7. PARCERIAS

7.1 Co-executores:

- Viva Cidadão – Serviço de documentação e informação de cidadania
- SES – Serviços de saúde
- SEFAZ - Serviço de documentação e orientação fiscal para pequenos empreendedores e gestores
- SAF – Levantamento de informações sobre as realidades agropecuárias dos municípios e emissão de DAP´s a agricultores familiares
- SEDES – mobilização de gestores e técnicos municipais com vistas ao levantamento de informações sobre as políticas de Assistência social, Segurança alimentar e Transferência de renda de cidadania e formações nessas áreas
- SEIR – Mobilização e sensibilização da população quilombola e atividades de formação
- SETRES – Realização de feiras da economia solidária e orientação quanto ao acesso a políticas públicas

- SEMU – Serviços jurídicos, psicológicos e orientações de saúde às mulheres, além de orientações voltadas para os direitos das mulheres;
- IMESC – Levantamento de informações para construção de diagnóstico avançado.

7.2 Outros parceiros:

- Comitês Municipais MAIS IDH – Apoio às equipes estaduais, mobilização da população e apoio na organização do Mutirão quanto à logística, mobilização e acesso da população aos serviços;
- Prefeituras municipais – Apoio logístico e mobilização e transporte da população;
- SECOM – Apoio à divulgação das ações do mutirão nos meios de comunicação;
- SEAP – Apoio à mobilização das lideranças e representantes dos poderes públicos locais;
- STTRs - Mobilização da população, especialmente das comunidades rurais.

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO/ATIVIDADES	VALOR (RS)			FONTE DE RECURSOS
	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	
AÇÕES				
- Serviços de documentação (Viva)	1.200.000,00		1.200.000,00	Tesouro Estadual
- Serviços de Saúde (SES)	600.000,00		600.000,00	
- Outras atividades (demais secretarias e órgãos)	100.000,00		100.000,00	
TOTAL ESTIMADO	**1.900.000,00**		**1.900.000,00**	

9. CONTRAPARTIDA

Não há contrapartida neste projeto.

10. AVALIAÇÃO

METAS	INDICADORES	FONTE	PERIODICIDADE
1° CICLO (2015)			
Realizar 80 mil atendimentos de saúde	Nº de atendimentos realizados	Relatório Geral das etapas do mutirão	Ao final de cada etapa
Realizar 50 mil atendimentos de serviços de documentação	Nº de documentos expedidos	Relatório Geral das etapas do mutirão	Ao final de cada etapa
Realizar 150 atividades sócioeducativas	Nº de atividades desenvolvidas; Nº de participantes envolvidos	Relatório Geral das etapas do mutirão	Ao final de cada etapa
30 municípios visitados pelas equipes do Estado	Nº de municípios visitados pelo Mutirão	Relatório Geral das etapas do mutirão	Ao final de cada etapa
2° CICLO (2016)			
Atender X mulheres com serviços de saúde	Nº de atendimentos realizados	Relatório Geral do mutirão	No final do ciclo
13 municípios visitados pelas equipes do Estado	Nº de municípios visitados pelo Mutirão	Relatório Geral do mutirão	No final do ciclo
Realizar X atendimentos de serviços de documentação	Nº de documentos expedidos	Relatório Geral do mutirão	No final do ciclo
3º CICLO (2017)			
Realizar 70 mil atendimentos de saúde	Nº de atendimentos realizados	Relatório Geral das etapas do mutirão	No final do ciclo
Realizar 50 mil atendimentos de serviços de documentação	Nº de documentos expedidos	Relatório Geral das etapas do mutirão	No final do ciclo
30 municípios visitados pelas equipes do Estado	Nº de municípios visitados pelo Mutirão	Relatório Geral do mutirão	No final do ciclo
4º CICLO (2018)			
Realizar 60 mil atendimentos de saúde	Nº de atendimentos realizados	Relatório Geral das etapas do mutirão	No final do ciclo
Realizar 40 mil atendimentos de serviços de documentação	Nº de documentos expedidos	Relatório Geral das etapas do mutirão	No final do ciclo
30 municípios visitados pelas equipes do Estado	Nº de municípios visitados pelo Mutirão	Relatório Geral do mutirão	No final do ciclo

Secretaria de Estado de Direitos humanos e Participação Popular

Secretaria Adjunta de Promoção de IDH

Secretaria Adjunta de Participação Popular

São Luís

2016

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1. Título do Projeto: Comitês Municipais Mais IDH

1.2. Órgão Executor:

Secretaria de Estado de Direitos humanos e Participação Popular – SEDIHPOP

Secretaria Adjunta de Promoção de IDH - SAPIDH

Secretaria Adjunta de Participação Popular – SAPP

1.3. Localização Geográfica: O projeto será desenvolvido nos 30 municípios integrantes do Plano Mais IDH: Fernando Falcão, Marajá do Sena, Arame, Lagoa Grande do Maranhão, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, São Roberto, São Raimundo do Doca Bezerra, Santa Filomena, Centro Novo do Maranhão, Gov. Newton Belo, Pedro do Rosário, Amapá do Maranhão, Serrano do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago Açu, Satubinha, Brejo de Areia, Araioses, Água Doce do Maranhão, Santana do Maranhão, Milagres do Maranhão, Santo Amaro, Primeira Cruz, Belágua, Afonso Cunha, Aldeias Altas, São João do Sóter, São Francisco do Maranhão e São João do Carú.

1.4 Período de execução: 2015 a 2018 (Os Comitês Municipais Mais IDH terão funcionamento permanente, acompanhando a execução do Plano Mais IDH).

1.5. Coordenação do projeto:

Titular: Loroana Coutinho de Santana

Cargo: Secretária Adjunta de Promoção de IDH

Contato: (98) 98819-1498 / 99224-3509

E-mail: loroanacsantana@gmail.com

Suplente: Creuzamar de Pinho

Cargo: Secretária Adjunta de Participação Popular

Contato: (98) 98807-7772

E-mail: mardepinho@hotmail.com

2. JUSTIFICATIVA

A fragilidade da participação popular no controle das políticas públicas no estado do Maranhão, em geral, e nos municípios com maior evidência de pobreza, em particular, é um dado incontestável.

Os governos, quase sempre, possuem estruturas administrativas marcadamente burocráticas, com baixa influência popular na elaboração das políticas públicas. Considerando-se o também frágil sistema de controle social, podemos afirmar que até então, o Maranhão viveu uma relação Estado-Sociedade Civil cunhada pelo autoritarismo e por baixa efetividade das políticas públicas na resolução de problemas sociais crônicos, derivados da extrema pobreza.

As políticas e programas de Estado foram historicamente pensados e desenvolvidos de forma vertical e centralizada, servindo para cumprir protocolos, atender a demandas de determinados governos ou ainda aderir aos programas federais.

Ocorre que o combate à pobreza diz respeito a um conjunto de políticas que tenham assento no interesse coletivo e não no favorecimento de forças políticas e econômicas dominantes, daí a necessidade de governos democráticos reforçarem os organismos de controle social das políticas públicas, para que estas sejam efetivamente indutoras de desenvolvimento humano, social e econômico.

Assim, redefinir o papel das instâncias de controle social é tornar possível que as políticas espelhem os anseios das populações municipais e sejam por estas controladas socialmente, aprimorando o seu processo de construção e execução, garantindo ainda a justa aplicação dos recursos a elas destinados.

Em reforço ao que foi dito, este projeto atende a vários princípios orientadores da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), mas está particularmente associado aos artigos 19º, 20º, 21º e 22º, que proclamam direitos à liberdade de expressão, à livre associação e ao acesso a segurança social.

No entanto, a consolidação dessa associação de direitos exige formas institucionais concretas que garantam a sua efetividade. Por isto, o Plano de Ações Mais IDH - instituído pelo Governo do Estado segundo o Decreto n° 30.612, de 02 de janeiro de 2015 - terá os *Comitês Municipais Mais IDH* como instrumento de controle social das suas ações.

O Plano Mais IDH é um plano estadual de combate à pobreza, composto de programas, projetos e ações que visam melhorar a vida das pessoas e o índice de desenvolvimento humano dos 30 municípios de

menor IDHM do Maranhão, impactando prioritariamente as dimensões Longevidade, Renda e Educação e seus indicadores.

O presente projeto impacta indiretamente –e de maneira fundamental- todos os indicadores, uma vez que a atuação dos comitês municipais garantirá a boa execução das políticas públicas nos municípios.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Criar nos municípios de menor IDHM do estado do Maranhão espaço institucional permanente de controle social do Plano Mais IDH e de proposição de políticas públicas para elevação do índice de desenvolvimento humano.

3.2. Objetivos Específicos

- Instalar os Comitês Mais IDH com coordenação executiva paritária entre sociedade civil e poder público (executivo e legislativo) nos municípios do Plano Mais IDH;
- Contribuir com a efetividade dos processos de acompanhamento, fiscalização, monitoramento e proposição de ações correlatas ao desenvolvimento das ações do Plano Mais IDH, lastreados por permanentes processos de capacitação.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

O público beneficiário deste projeto serão os habitantes dos 30 municípios do Plano Mais IDH com presença física nas Plenárias dos Comitês Municipais Mais IDH e com vontade manifesta de compô-los como membros coordenadores ou não. A sua composição será aberta, podendo ser ampliada a qualquer tempo, e a sua Coordenação será paritária (com representações do Poder Público e da Sociedade Civil).

5. METODOLOGIA

Os Comitês serão criados pelo Governo do Estado do Maranhão e as suas instâncias de acompanhamento, monitoramento e formação serão de incumbência da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), por ação da Secretaria Adjunta de Promoção do IDH (SAPIDH) e da Secretaria Adjunta de Participação Popular (SAPP). Acompanharão ainda as plenárias de instalação, uma representação da Assessoria Especial do Governador e uma da Secretaria de Comunicação e Assuntos Políticos (SECAP), como parceiros na execução desta primeira etapa.

A orientação metodológica da instalação dos Comitês está associada aos princípios norteadores da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), conforme exposto na Justificativa deste projeto.

A composição dos Comitês será livre e pautada na ampla participação, por isso haverá um processo de mobilização para a plenária de instalação, devendo as populações urbanas e rurais e o poder público (legislativo e judiciário) tomarem conhecimento prévio do evento, no qual serão apresentadas as diretrizes e primeiras ações do Plano Mais IDH, aprovado o Regimento do Comitê e a sua Ata de Constituição. Será eleita uma Coordenação Executiva, paritária, que encaminhará as deliberações das plenárias e mobilizará as agendas dos Comitês.

A Plenária de Instalação será sempre iniciada com a apresentação sintética sobre o Plano Mais IDH, seus objetivos e ações iniciais, seguida de discussão sobre a importância dos Comitês, seu funcionamento e composição. Por fim, aprovação do Regimento Interno e eleição de uma coordenação executiva.

As instalações dos Comitês ocorrerão em quatro etapas, conforme o quadro abaixo:

ETAPA/PERÍODO	MUNICÍPIO	COORDENAÇÃO
1ª ETAPA (18 a 20/03/2015) (16 a 20/01/2017) (08 a 12/01/2018)	ARAME	SEDIHPOP: Secretaria Adjunta de Promoção do IDH (SAPIDH) e Secretaria Adjunta de Participação Popular (SAPP)
	MARAJÁ DO SENA	
	SANTA FILOMENA SÃO ROBERTO	
2ª ETAPA (30 e 31/03/2015) (23 a 27/01/2017) (15 a 19/01/2018)	AMAPÁ DO MA	
	BREJO DE AREIA	
	CAJARI	
	CENTRO NOVO DO MA CONCEIÇÃO DO LAGO AÇU GOV. NEWTON BELLO	

	LAGOA GRANDE DO MA	
	PEDRO DO ROSÁRIO SATUBINHA	
	SERRANO DO MARANHÃO	
3ª ETAPA (07 e 10/04/15) (30/01a 03/02/2017) (22 a 26/01/2018)	ALDEIAS ALTAS	
	ÁGUA DOCE DO MA	
	AFONSO CUNHA	
	ARAIOSES	
	BELÁGUA	
	FERNANDO FALCÃO	
	ITAIPAVA DO GRAJAÚ	
	JENIPAPO DOS VIEIRAS	
	MILAGRES DO MARANHÃO	
	PRIMEIRA CRUZ	
	SANTANA DO MARANHÃO	
	SANTO AMARO	
	SÃO FRANCISCO DO MA	
	SÃO JOÃO DO SÓTER	
	SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	
4ª ETAPA (Junho/16) (06 a 08/02/2017) (29 a 31/01/2018)	SÃO JOÃO DO CARU*	

* Este município terá o seu Comitê instalado após os demais por sua impossibilidade de acesso durante o período chuvoso.

A partir de 2017 as plenárias de instalação dos comitês e as capacitações ocorrerão no mesmo período.

A qualquer tempo o Comitê poderá ser ampliado, podendo qualquer cidadão ou cidadã tornar-se membro, segundo a forma prevista para isto em Regimento aprovado na plenária de instalação dos Comitês. Também estão previstas a constituição de Comissões Temáticas de Trabalho, desde quando necessárias e com vistas a tratar detidamente as ações, identificar seus problemas e dar encaminhamentos pertinentes às decisões tomadas.

O projeto será operacionalizado segundo as ações de instalação, capacitações, acompanhamento e monitoramento das atividades, conforme quadro a seguir:

QUADRO 01 – DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES/ATIVIDADES

OPERACIONALIZAÇÃO			
OBJETIVOS	**AÇÕES/ATIVIDADES**	**RESPONSÁVEIS**	**PRAZO** **INÍCIO** / **TÉRMINO**
Instalar os Comitês Mais IDH com composição paritária entre sociedade civil e poder público nos municípios do Plano Mais IDH	Mobilização da sociedade civil e do poder público para a participação na Plenária de Instalação dos Comitês	- SEDIHPOP (SAPIDH e SAPP); - Secretaria de Comunicação e Assuntos Políticos -SECAP	Uma quinzena antes de cada uma das três etapas de instalação dos Comitês
	Diálogos institucionais com a sociedade civil e poder público referentes a instalação dos Comitês	- SEDIHPOP (SAPIDH e SAPP); - SECAP - Assesoria Especial Gov.	Durante o período das instalações dos Comitês
	Realização das Plenárias de Instalação dos Comitês	SEDIHPOP (SAPIDH e SAPP) Com apoio da SECAP e Assessoria Especial do Gov.	**1ª ETAPA** (18 a 20/03/2015) (16 a 20/01/2017) (08 a 12/01/2018)
			2ª ETAPA (30 e 31/03/2015) (23 a 27/01/2017) (15 a 19/01/2018)
			3ª ETAPA (07 e 10/04/15) (30/01a 03/02/2017) (22 a 26/01/2018)
			4ª ETAPA (Junho/16) (06 a 08/02/2017) (29 a 31/01/2018)
Contribuir com a efetividade do acompanhamento, fiscalização, monitoramento e proposição de ações correlatas ao desenvolvimento das ações do Plano	Realização de Capacitações para os Comitês	SEDIHPOP (SAPIDH e SAPP) e parceiros	Permanente
	Fornecimento de informações e elementos do monitoramento das ações e projetos às coordenações dos Comitês	SAPIHD	

Mais IDH	Monitorar as ações dos Comitês	SEDIHPOP (SA-PIDH e SAPP)	

6. IMPACTOS

Este projeto não apresenta impactos diretos nas dimensões do IDH (Longevidade, Educação e Renda). No entanto, os Comitês, enquanto instâncias de controle social e proposição de políticas públicas, impactam indiretamente, e de maneira determinante, todas as dimensões, na medida em que colaborarão para garantir a efetividade dos programas, projetos e ações do Plano Mais IDH. Podemos destacar os seguintes impactos:

- Membros dos Comitês instrumentalizados e capacitados para o exercício das atribuições de acompanhamento e controle social do Plano Mais IDH;
- Plenárias dos Comitês acompanhadas e monitoradas;
- Espaço de participação popular com interlocução direta com o Governo do Estado institucionalizado e consolidado.

7. PARCERIAS

- SECAP: articulação e mobilização do Poder Público Municipal e lideranças locais, além de apoio à logística de instalação dos Comitês e realização das plenárias;
- Assessoria Especial do Governador: apoio à instalação dos Comitês e realização das plenárias;
- Poder Público Municipal: mobilização dos representantes do Executivo e Legislativo para as plenárias dos Comitês;
- Entidades da sociedade civil: mobilização da sociedade em geral.

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

DESCRIÇÃO/ATIVIDADES		VALOR (RS)			FONTE DE RECURSO
		CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	
Instalação dos Comitês Munici-	30	Diárias: 68.360,00		68.360,0	Tesouro estadual

pais Mais IDH		Combustível: 2.000,00		2.000,00	
		Locação de veículos: 11.891,00		11.891,00	
Capacitações para os Comitês	30	Diárias: 68.360,00		68.360,00	Tesouro estadual
		Locação de veículos: 11.891,00		11.891,00	
Acompanhamento dos comitês		Diárias: 68.360,00		68.360,00	Tesouro estadual
		Locação de veículos: 11.891,00		11.891,00	Tesouro estadual
TOTAL GERAL				**242.753,00**	

9. CONTRAPARTIDA

Este projeto não tem contrapartida**.**

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

METAS	INDICADORES	FONTE	PERIODICIDADE
30 Comitês Municipais Mais IDH instalados	N° de Comitês instalados	- Relatório de instalação; - Listas de presenças; - Atas de Instalação.	Anual
30 Capacitações realizadas (1 por comitê)	N° de Capacitações realizadas	Relatório e demais registros das capacitações	Semestral